

MÔNICA ELISQUE DO CARMO

TRILHOS E MEMÓRIA

Preservação do Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais

BELO HORIZONTE

Escola de Arquitetura - UFMG

Junho/2014

MÔNICA ELISQUE DO CARMO

TRILHOS E MEMÓRIA

Preservação do Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientadora: Dra Yacy-Ara Froner

BELO HORIZONTE

Escola de Arquitetura - UFMG

Junho/2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação intitulada *Trilhos e Memória: preservação do Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais*, de autoria de Mônica Elisque do Carmo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra Yacy-Ara Froner – Orientadora
MACPS-Escola de Arquitetura-UFMG

Prof. Dr. Flávio Carsalade – Membro
MACPS-Escola de Arquitetura-UFMG

Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis – Membro
Escola de Ciência da Informação – UFMG

Profa. Dra. Marieta Cardoso Maciel
Coordenadora do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Escola de Arquitetura – UFMG

Belo Horizonte, junho de 2014

Dedico este trabalho à minha família.

Aos ferroviários e ferroviaristas.

AGRADECIMENTOS

Um projeto de pesquisa envolve tantas pessoas durante tantos anos, por isso, sei que muitos deixarão de ser citados neste momento. No entanto, agradeço a todos com quem tive a oportunidade de conviver nos últimos anos após o meu envolvimento com o patrimônio ferroviário, motivo que me levou a realizar este estudo, instigada por dúvidas, angústias e incertezas e pela imensa oportunidade que tive nesta vida em conhecer pessoas apaixonadas pelo seu trabalho, com quem muito aprendi, os ferroviários.

À minha família pelo apoio incondicional e por compreenderem a minha ausência em diversos momentos.

À minha filha Nathalia Elisque pela apoio e auxílio imprescindível em muitos momentos, assumindo minhas responsabilidades pessoais, me possibilitando a tranquilidade necessária para a dedicação a esta pesquisa.

Ao meu filho Igor Elisque, por compreender a necessidade da minha ausência constante, percebendo a importância da continuidade dos estudos para as pessoas.

À Penélope Wink pelos momentos de alegria e descontração e Poliana Wink pela afetuosa companhia, em nossos raros momentos de lazer.

Ao meu marido Leonardo e colega de IPHAN, pelas contribuições, pelo amparo constante e incentivo, com quem pude compartilhar todos os momentos desta pesquisa, mesmo anteriormente a sua realização, quando iniciamos os trabalhos de resgate da memória ferroviária, no ano de 2007. Idealizador do Centro de Memória da Ferrovia, ferroviarista emérito, pioneiro nas ações de preservação do patrimônio ferroviário no IPHAN.

Ao ferroviário Prof. Victor José Ferreira (*in memoriam*), incentivador do meu trabalho desde o início e quem muito me ensinou sobre o funcionamento da extinta RFFSA.

Ao colega ferroviarista Alexandre Jairo Campos de Souza (*in memoriam*), pelos momentos de aprendizado sobre a ferrovia, parceiro nos trabalhos de recuperação do acervo documental de Araguari.

Aos meus amigos, que me incentivaram e acompanharam minha dedicação a este trabalho e sempre me incentivaram, Jairo Braga Machado, Eliana Machado Miranda, Ana Lúcia Almeida, Márcia Cabral e Ederlaine Seixas.

Aos meus colegas do IPHAN em Minas Gerais, que nesses últimos dois anos contribuíram para que em vários momentos pudesse me afastar do trabalho para o desenvolvimento desta pesquisa. No CDI, Luana, Fabrício, Kellen e Júlio César. Nos diversos setores da Superintendência do IPHAN/MG, Glayson Nunes, Mário Ferrari, Rafael Arrelaro, Fernanda Heitmann e Fabíola Guerra.

À Cristiane Aparecida Ferreira que durante a minha ausência “segurou as pontas” no CDI/IPHAN-MG e pela imensa colaboração na formatação desta dissertação.

Aos Procuradores Federais, Jamerson Vieira, Robson Bolognani e Cristiano Sales Cúrcio pelo aprendizado e apoio no desenvolvimento dos projetos de preservação do acervo documental ferroviário em Minas Gerais.

À professora Yacy-Ara Froner, minha orientadora, por me aceitar como orientanda, pelo carinho, confiança e pelas doces palavras nos meus momentos de angústia. Mais uma vez, obrigada por me incentivar e apoiar nessa caminhada em defesa do patrimônio documental.

Aos professores e colegas da pós-graduação do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Escola de Ciência da Informação e da Escola de Belas Artes da UFMG.

Aos professores Cátia Rodrigues da Escola de Ciência da Informação da UFMG e Luiz Antônio Cruz Souza da Escola de Belas Artes da UFMG, pelas contribuições na minha qualificação.

Aos professores Flávio Carsalade do MACPS-Escola de Arquitetura e Alcenir Soares dos Reis da Escola de Ciência da Informação da UFMG por aceitarem participar da banca.

À Victória M. de León Grego, secretária do MACPS, pela dedicação, atenção e presteza.

Trem da História

Rubinho do Vale

Lá vai o trem da historia tocando a todo vapor
Cumprindo com seu papel de um menestrel sonhador
Apita e solta fumaça pelas montanhas gerais
Vivendo só de pirraça do meio das capitais
Unindo trilhos urbanos com outros trilhos rurais
Vem lá de Jequitinhonha, quem sabe do Rio Doce
E toda noite ele sonha, se trem de carga ele fosse
Levava em cada vagão, viola, surdo e pandeiro
Parava em toda estação, chamava o povo inteiro
Pode subir coração que esse trem é brasileiro

Vamos embora gente, olha o apito do trem
Vamos seguir a história com a canção brasileira
Para que nossa memória não se acabe em poeira

E no peito bate um coração aflito
Feito um tambor de folia descompassado e bonito
Perdido pelas estradas destino deste pais
Olha o menino sem nada sonhando em ser feliz
E a multidão destoadada sem rumo e sem ter raiz
E nessa hora sou eu, um folião congadeiro
Violeiro, cavaleiro, andante, um trovador
Um marujo canoeiro, tropeiro lá do além
Da janela deste trem vou cantando meu amor
Para que o ano que vem não haja fome nem dor
Para que no ano que vem haja mais verde e mais flor

RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta um breve histórico sobre a implantação da ferrovia no Brasil e a formação da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), empresa estatal brasileira de transporte ferroviário, criada em 1957 e extinta em 2007. Coube ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através da Lei nº 11.483/07 a preservação e a difusão da Memória Ferroviária, por meio do recebimento, administração, guarda e manutenção, dos bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural que será efetivada, entre outras funções, por meio da construção, formação, organização, manutenção, ampliação de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais. Inseridos nestes as coleções e acervos, prevê-se o compartilhamento desses bens, caso sejam classificados como operacionais. Aborda a importância da preservação dos registros documentais, as ações desenvolvidas até o momento no âmbito do IPHAN em Minas Gerais, e a necessidade de uma ampla discussão entre as diversas instituições de preservação da memória, fiscalização do patrimônio cultural e de ensino e pesquisa, as esferas municipais, estaduais, federal, sociedade civil organizada, objetivando a criação dos Centros de Memória Ferroviária, bem como a sua organização e missão. Para tanto, aponta questões sobre a gestão e o compartilhamento das informações sobre o patrimônio ferroviário através da utilização das normas internacionais empregadas na Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia e a contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação para a preservação, divulgação e acesso aos acervos ferroviários. São descritas as dificuldades internas do IPHAN na gestão dos acervos documentais e o reflexo dessa realidade no tratamento dado de modo desigual as ações de preservação do patrimônio cultural ferroviário. Destaca a importância da elaboração do Plano Diretor fundamentado em discussões e estudos multidisciplinares para formação do Centro de Memória Ferroviária, após o resgate dos seus acervos.

Palavras-chave: ferrovia; memória; patrimônio cultural; documentação; gestão da informação

ABSTRACT

This study presents a brief history of the implementation of railroads in Brazil and the formation of the “Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima” (Federal Joint-Stock Rail Network), (RFFSA) - the Brazilian state-owned railway company, founded in 1957 and dissolved in 2007. It was given to the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN) through the law numbered 11.483/07 the role of preservation and dissemination of the “Railway Memory” that would be done through the administration, safekeeping, storage and maintenance of movable or immovable assets that are valuable artistically, historically and culturally that will be fulfilled, among other functions, by the construction, organization, maintenance and expansion of museums, libraries, archives and other cultural organisations – including the collections and acquis. If these assets are considered as operational ones they shall be shared. This present study also addresses to the importance that is to preserve the document records, the actions developed until now by IPHAN in Minas Gerais and the absolute necessity of a lengthy discussion among the numerous institutions that are involved in the memory’s preservation, the cultural heritage surveillance and in teaching and research at a municipal, state and national level aiming at the creation and organisation of “Railway Memory Centres”. In order to achieve its aims this present thesis, raises questionings about the management and the sharing of the information regarding the railway heritage, through the usage of the international regulation applied to Librarianship, Archives Management and Museum Sciences, and also to the contribution of the Information and Communication Technologies in order to preserve, disseminate and access the railway archives. This study also points out what are the internal difficulties IPHAN faces while managing the documented records and how this will reflect on the unequal treatment the actions of preservation of the railway heritage receive. This study also focuses on how important is the creation of a Master Plan based on discussions and multidisciplinary research with regard to the creation of the “Railway Memory Centre” after having its archives recovered.

Key-words: railway, memory; cultural heritage; documentation; information management

Lista de imagens

Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Primeira locomotiva oficialmente a tráfegar no Brasil, a “Baroneza”. Inaugurou a Estrada de Ferro Barão de Mauá, em 1854. Fabricada em 1852, na cidade de Manchester, Inglaterra. | 28 |
| Figura 2 - Estação Ferroviária no município de Araguari-MG. Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Antiga Estação da Estrada de Ferro Goiás-Araguari. Uso atual Prefeitura Municipal e Museu dos Feroviários..... | 39 |
| Figura 3 - Estação Ferroviária de Ribeirão Vermelho – MG. Encontra-se atualmente em processo de tombamento pelo IEPHA..... | 41 |
| Figura 4 - Rotunda de Ribeirão Vermelho – MG. Encontra-se atualmente em processo de tombamento pelo IEPHA. | 41 |
| Figura 5 - Rotunda de Ribeirão Vermelho – MG. Encontra-se atualmente em processo de tombamento pelo IEPHA. | 42 |
| Figura 6 - Rotunda de São João del Rei, A ferrovia ainda funcionava regularmente. Ano 1979. | 54 |
| Figura 7 - Rotunda de São João del Rei-Minas Gerais. | 54 |
| Figura 8 - Vista externa da Rotunda de São João del Rei, restaurada..... | 55 |
| Figura 9 - Vista externa da Rotunda de São João del Rei-Minas Gerais..... | 55 |
| Figura 10 - Estação Ferroviária de São João del Rei-Minas Gerais..... | 56 |
| Figura 11 - Vagões. Vista externa da Rotunda de São João del Rei-Minas Gerais. | 56 |
| Figura 12 - Vista aérea do pátio e da rotunda de São João del Rey | 57 |
| Figura 13- Acervo Documental da extinta RFFSA no estado em que foi encontrado. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG..... | 66 |
| Figura 14 - Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG. | 70 |
| Figura 15 - Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG. | 70 |
| Figura 16- Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG. | 71 |
| Figura 17 - Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de..... | 71 |
| Figura 18 - Acervo documental da extinta RFFSA. Desinfestação por anoxia ou atmosfera modificada. | 74 |
| Figura 19 - Acervo documental da extinta RFFSA. Desinfestação por anoxia..... | 74 |
| Figura 22 - Acervo Documental da extinta RFFSA. Remoção de clips e grampos metálicos. | 76 |
| Figura 23 - Acervo documental da extinta RFFSA. Acondicionamento dos documentos com papel alcalino..... | 77 |
| Figura 26- Acervo documental da extinta RFFSA. Acondicionamento dos documentos em caixas confeccionadas com papel alcalino. | 78 |
| Figura 28 - Acervo documental da extinta RFFSA. Brochuras com desenhos técnicos desinfestados e higienizados..... | 79 |
| Figura 30 - Acervo documental da extinta RFFSA. Restauração de obras raras ou especiais. | 80 |
| Figura 31 - Acervo documental da extinta RFFSA. Restauração de obras raras ou | 81 |

| | |
|---|-----|
| Figura 32- Acervo documental higienizado e inventariado, organizado nas estantes. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG. | 82 |
| Figura 36 - Futuras instalações Centro de Memória da Ferrovia. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG. | 87 |
| Figura 37 – Modelo de arquivo deslizante aberto. (Arquivo Histórico de São João del Rei – IPHAN/MG) | 100 |

Mapas

| | |
|--|----|
| Mapa 1- Primeiro período da implantação da estrada de ferro no Brasil: 1854-1870. Abrangendo inicialmente Rio de Janeiro e após dezesseis anos Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas Gerais | 30 |
| Mapa 2 - Segundo período da implantação da ferrovia no Brasil: 1871 – 1890. Expansão nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Recife. Novas linhas em Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. | 31 |
| Mapa 3 - Terceiro período da implantação da ferrovia no Brasil: 1891 a 1910. Abrangendo os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. | 32 |
| Mapa 4 - Quarto período da implantação da ferrovia: 1911 a 1930. Amplificação nos estados já existentes. Surgimento de novas linhas nos Estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí e Goiás..... | 33 |
| Mapa 5 - Quinto e último período: 1931 a 1954. Situação da rede ferroviária brasileira, anteriormente a criação da RFFSA. | 34 |

Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Quadro demonstrando a data e o trecho em que ocorreu o primeiro trem em cada estado, no período compreendido em 30 de abril de 1854 até fevereiro de 1954. .. | 36 |
| Quadro 2 – Dado, informação, conhecimento..... | 107 |
| Quadro 3– Dados sobre desenvolvimento, edição e publicação das Normas..... | 130 |
| Quadro 4 – Standards internacionais | 132 |

Tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 -Modleio 4.10. – Tipo de material gráfico | 147 |
| Tabela 2 - Modelo 4.11. - Tipo de legislação | 148 |
| Tabela 3 - Modelo 4.12. – Tipo do documento cartográfico..... | 148 |
| Tabela 4 - Modelo 4.13.- Documento monográfico/multimeio..... | 149 |

Lista de abreviaturas e siglas

ABOTTC – Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais
ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária
AENFER – Associação de Engenheiros Ferroviários
AFPF – Associação Fluminense de Preservação Ferroviária
Amutrem RJ – Associação de Amigos do Trem do Rio de Janeiro
ANPF – Associação Nacional de Preservação Ferroviária
ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos
APMCP – Associação de Preservação da Memória da Companhia Paulista
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CALCO – Catalogação Legível por Computador
CCAA – Código de Classificação Anglo Americano
CDI – Centro de Documentação e Informação
CDD – Classificação Decimal de Dewey
CDU – Classificação Decimal Universal
CIA- Comissão Internacional de Arquivos
CIDOC – Comitê Internacional para Documentação
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DGPC - Direção-Geral do Patrimônio Cultural
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Dphan - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FAEF - Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários
FEAP - Fundação Educacional de Além Paraíba
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FNpM - Fundação Nacional pró-memória
FNTF – Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários
FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
GEDA – Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística
Grupo de Amigos GWBR – “Great Western of Brazil Railway”
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação e Ciência em Tecnologia
IBPC – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICOM – Internacional Council of Museums

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

IFLA – Federação Internacional de Bibliotecas e Instituições Associadas

IGESPAR – Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IMC – Instituto de Museus e Conservação

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Iphan/MG – Superintendência Estadual do Iphan em Minas Gerais

ISBD(A) - International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)

ISBD(CF) - International Standard Bibliographic Description for Computer Files

SBD(CM) - International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials

ISBD(CR) - International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources

ISBD(ER) - International Standard Bibliographic Description for Eletronic Resources

ISBD(G) - General International Standard Bibliographic Description

ISBD(M) - International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications

ISBD(NBM) - International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials

ISBD(PM) - International Standard Bibliographic Description for Printed Music

ISBD(S) - International Standard Bibliographic Description for Serials

ISO – Organização Internacional de Padronização

MACPS - Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MARC – Catalogação Legível por Computador

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCUL– Museu de Ciências da Universidade de Lisboa

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MPF - Movimento de Preservação Ferroviária

OCLC – Online Computer Library Center

PRESERFE – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Memorial Ferroviário

PRESERVE – Projeto de Preservação a Memória dos Transportes

PRONAC – Programa Nacional de Apoio a Cultura

RDA – Descrição e Acesso de Recursos

REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESEF – Serviço Social das Estradas de Ferro

SEFERJ – Instituto Superior de Estudos Ferroviários do Rio de Janeiro

SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SIPA - Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico

SIPHA - Sistema de Informação sobre Patrimônio Histórico de Andaluzia

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

SR-2 – Superintendência Regional 2

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC's – Tecnologia da Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

URBEL – Unidade Regional de Belo Horizonte

SUMÁRIO

Tabelas

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|--|-----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 18 |
| 2. PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO | 25 |
| 2.1. A Ferrovia no Brasil: primórdios | 26 |
| 2.2. Memória das ferrovias: instrumentalização da história e a percepção da memória | 44 |
| 3. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO | 51 |
| 3.1. Instrumentos de Proteção | 52 |
| 3.2. A patrimonialização do acervo da RFFSA | 63 |
| 3.3 Ações de Preservação do Acervo Documental pela Superintendência Estadual do Iphan em Minas Gerais..... | 65 |
| 3.4. Instituições de memória: Biblioteca, Arquivo, Museu, Centro de Documentação e Centro de Memória | 84 |
| 3.5. Gestão da memória: a Conservação Preventiva como ferramenta da preservação..... | 93 |
| 4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA..... | 103 |
| 4.1. Organização, preservação, compartilhamento, difusão e acesso da documentação ferroviária | 104 |
| 4.2. Processamento técnico do acervo: desenvolvimento de normas e regras | 112 |
| 4.2.1. Na Biblioteconomia..... | 112 |
| 4.2.2. Na Museologia..... | 118 |
| 4.2.3. CIDOC..... | 123 |
| 4.2.4. Na Arquivologia..... | 126 |
| 4.3. Vocabulário controlado e tesauros..... | 132 |

| | |
|---|-----|
| 5. SISTEMAS AUTOMATIZADOS: CONSERVAÇÃO, COMPARTILHAMENTO, DIFUSÃO E ACESSO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO | 135 |
| 5.1. Padronização da descrição de acervos: possibilidades e realizações | 137 |
| 5.2. Sistemas de divulgação e intercâmbio de informações | 140 |
| 5.3. SICG | 144 |
| 5.4. Proposta do Plano Diretor para o Centro de Memória Ferroviária | 156 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 159 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 163 |

1. APRESENTAÇÃO

Ao buscar o resgate dos bens que promovam a preservação da Memória Ferroviária deve-se ter em mente o conceito e valor de “memória” que está intrinsecamente ligado à identidade individual e coletiva “cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469).

A dialética entre memória e esquecimento pode ser posta em prática por qualquer nação que tenha interesse em salvaguardar ou ocultar aspectos do passado em função de interesses políticos em preservar lembranças do passado, podendo ou não ser identificado pela sociedade a qual pertença ou a qual tenha intenção de usufruir. Pierre Nora (2007), ao pensar os “lugares de memória” diz que “só se fala tanto de memória porque ela não existe mais” (RICOEUR, 2007, p. 412).

Compreendendo tais questões, este estudo teve como finalidade pesquisar o acervo do patrimônio ferroviário mineiro por meio de protocolos de gestão a partir da experiência da Superintendência Estadual do Iphan, em Minas Gerais, na recuperação e preservação do acervo documental produzido pelas ferrovias no âmbito do Estado de Minas Gerais.

O Iphan foi criado em 1937 sob a denominação SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passando por diversas nomenclaturas, Dphan – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1970 se chamava Iphan, em 1979 retornou a ser SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atribuições eram compartilhadas com a FNpM – Fundação Nacional pró-Memória. Após a extinção dessas Instituições, ocorrida durante o Governo Fernando Collor de Melo no ano de 1990, foi criado o IBPC – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1994 o IBPC voltou a se chamar Iphan.

Em função da atuação ramificada e diversificada do Iphan, instituição federal que atualmente conta com Superintendências em todos os Estados da Federação, a preservação das ferrovias passou a fazer parte de suas atribuições no ano de 2007, após a promulgação da Lei 11.483, em seu parágrafo segundo:

A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

Até então, o “acervo ferroviário” e suas peculiaridades era um tema distante da atuação do órgão, tendo pela primeira vez a incumbência de receber, organizar e disponibilizar todo acervo institucional considerado como patrimônio histórico, artístico e cultural nacional composto por bens móveis, imóveis e documentais, cuja ação voltada ao patrimônio cultural permaneceu demasiadamente focada na sacralização da memória em pedra e cal. Antes da promulgação da lei, apenas alguns complexos ferroviários tiveram a proteção do Iphan no Estado de Minas Gerais através do instrumento de tombamento, como é o exemplo do Complexo Ferroviário de São João del Rei (processo nº 1185-T-85, inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes sob o nº 596, de 03 de agosto de 1989 e no Livro Histórico sob o nº 528, de 03 de agosto de 1989), sendo a documentação referente ao tema restrita ao estudo do tombamento e às ações de fiscalizações realizadas pelos técnicos.

A promulgação da Lei nº 11.483/2007 determinou uma mudança de postura do Instituto e, por conseguinte, na minha atuação específica como coordenadora do Centro de Documentação e Informação – CDI, na Superintendência do Iphan em Minas Gerais. No âmbito de meu trabalho específico, considerei pertinente amparar essas discussões por meio de uma pesquisa exploratória acadêmica, considerando, portanto, o Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável o espaço acadêmico qualificado para dar suporte às minhas inquietações. Assim, esta pesquisa fez uma reconstituição do quadro histórico a partir dos seguintes aspectos: procurou elucidar questionamentos acerca da história e a da importância da ferrovia para o país, a atuação da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA; como se deu sua liquidação e extinção; qual papel das concessionárias; qual seria a função das sucessoras diante do cenário que foi apresentado; quais seriam os possíveis acervos produzidos e adquiridos, especialmente os documentais, arquivísticos e bibliográficos; bem como seu estado de conservação e organização.

Em 2009, a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais organizou e promoveu o primeiro, em âmbito nacional, e único evento, no Estado, vinculado ao tema até o momento:

“I Seminário sobre o Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro”, realizado em Belo Horizonte, no período entre 2 a 5 de julho de 2009. Esse Seminário teve por objetivo promover uma discussão entre o Iphan e as instituições sucessoras da extinta RFFSA, a inventariança da RFFSA, a sociedade civil organizada, as concessionárias das ferrovias, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a comunidade em geral interessada no assunto. Durante o Seminário foram apresentados os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos e discutidas as atribuições e as funções das instituições envolvidas na proteção da memória ferroviária.

Sem dúvida, as informações obtidas nesses encontros com ferroviários foram de grande valia para o meu entendimento sobre o funcionamento e a estrutura organizacional da RFFSA, bem como sobre a preservação dos arranjos arquivísticos e a composição das Unidades de Documentação, especialmente referente à SR-2, antiga Superintendência da RFFSA em Belo Horizonte, objeto do meu estudo e trabalho.

Durante viagens para a realização das vistorias técnicas, no período de 2007 até 2011, praticamente todas originadas de denúncias realizadas pelo Movimento de Preservação Ferroviária através do Ministério Público Federal ou Estadual, exceto minha ida ao município de Dores de Indaiá, cuja solicitação partiu do Diretor da Fundação de Cultura daquele município, ficou evidente que a sobrevivência do patrimônio e da memória ferroviária em Minas foi produto mais da atuação do cidadão comum, do que da ação de órgãos de preservação municipais, estaduais ou federais. Muitos ferroviários atuaram e ainda agem como verdadeiros guardiões da memória ferroviária, cuidando dos documentos, dos mobiliários e dos objetos, além de manter em razoáveis condições as edificações originais, através da realização de mutirões pelos moradores locais, estabelecimento de parcerias entre prefeituras, universidades e ações pessoais.

Algumas vezes, realizamos uma verdadeira arqueologia ferroviária em busca de dados que desvendem as formas construtivas, as disposições organizacionais ou datas de elementos que compõem este mosaico sedimentado... Uma telha de uma construção, um pedaço de trilho, alicerces abandonados, um reservatório de água, restos de um muro, a disposição das ruas, das casas, do bairro, qualquer destes elementos podem ser fatores chaves no entendimento da história da ferrovia... decifrando elementos de sua paisagem natural. (SOUZA, 2009, p 17).

O tema ferrovia é muitas vezes imbuído de emoção, relatos de afetividade, poesia.

O trem e seus personagens produziram verdadeiras obras primas na literatura brasileira. Crônicas, poemas e canções que viajam pelos trilhos da memória e fazem da alma sua de partida e de chegada, encantando as novas gerações e trazendo saudade para aqueles que vivenciaram os tempos em que a estrada de ferro vicejava por todos os rincões, transportando gente e sonhos, levando cargas, trazendo o progresso, fazendo a alegria do povo. (FERREIRA VJ, 2010, p.25)

O universo do trem também é um celeiro inesgotável para os pesquisadores, monografias, dissertações e teses que abordam de forma diversificada vários aspectos que envolvem este patrimônio.

Considerando as questões expostas acima, o objetivo desta pesquisa foi o estabelecimento de protocolos para a preservação do acervo documental oriundo da extinta RFFSA - Rede Ferroviária em Minas Gerais, com a finalidade da organização do espaço, da documentação e dos objetos de valor histórico, artístico e cultural, localizado no município de Belo Horizonte. Este trabalho apresenta a proposta do desenvolvimento de protocolos de gestão de acervos ferroviários a partir da experiência da Superintendência Estadual do Iphan em Minas Gerais na preservação do acervo documental da RFFSA e propõe, portanto, a discussão de ferramentas operacionais e protocolos de gestão de coleções, a partir da proposição de um projeto piloto aplicado ao acervo documental mencionado. Como decorrência deste estudo, pretendemos contribuir para a formação e a manutenção do Centro de Memória Ferroviária a ser implantado na capital mineira.

Cabe pontuar que, por meio desta pesquisa, tive a pretensão de subsidiar as atividades da Superintendência em Minas Gerais visando à preservação da memória ferroviária através da coordenação das atividades de conservação, restauração, realização de inventário e, desta forma, contribuir para a atribuição de valor artístico, histórico e cultural, objetivando o cumprimento dado ao Iphan na definição de critérios de valoração para os bens do Patrimônio Cultural Ferroviário.

É importante mencionar que após várias mudanças sofridas pela RFFSA durante a sua estruturação até a liquidação e posteriormente a extinção, houve algumas iniciativas de

proteção aos seus acervos como o PRESERVE¹ e PRESERFE², que foram interrompidas no decorrer do tempo. Entretanto, as ferrovias deixaram marcas profundas nos indivíduos envolvidos diretamente ou indiretamente na sua constituição, provocando um valioso sentido de identidade cultural própria, garantindo, mesmo que de forma não coordenada e articulada, a preservação de parte do acervo.

A preservação do acervo documental constituído a partir da formação das ferrovias é fonte primária que subsidia estudos e pesquisas sobre a cultura de uma determinada região a partir das instalações das estações, escolas técnicas de formação de ferroviários para manutenção de locomotivas, montagem de vagões, bem como a implantação e manutenção de ferrovias. Explicam a constituição de municípios e povoados que surgiram ou se desenvolveram a partir das edificações de estações ferroviárias, caracterizando suas peculiaridades e integrando o patrimônio cultural brasileiro, conferindo a essas populações um importante valor de identidade. Em alguns municípios foram criados museus, centros e núcleos de preservação da história ferroviária, conforme o interesse no recebimento e gestão dos acervos.

O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos [...] (LE GOFF, 2003, p.531)

A RFFSA foi extinta em 22 de janeiro de 2007, através da Medida Provisória nº 353 e sancionada pela Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. A partir da promulgação da Lei 11.483, em 2007, o Iphan passou a ter atribuições específicas para preservação da Memória Ferroviária:

Art. 9º Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

¹ Projeto elaborado no final dos anos 80 pelo Ministério dos Transportes destinado à preservação da memória dos transportes no Brasil e contemplava a formação de um Museu Nacional dos Transportes, com sede em Brasília, DF.

² Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Memorial Ferroviário com temáticas ligadas a arquitetura, engenharia, iconografia, literatura e cultura ferroviária, com sede no prédio da administração da RFFSA, no Rio de Janeiro, RJ

§ 1º Caso o bem seja classificado como operacional, o Iphan deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário.

§ 2º A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

II - conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

§ 3º As atividades previstas no § 2º deste artigo serão financiadas, dentre outras formas, por meio de recursos captados e canalizados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pela Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Com o cumprimento da Lei nº 11.483/2007, ocorreram algumas mudanças de paradigmas no Iphan com a inserção da preservação da memória e do patrimônio ferroviário brasileiro em suas atribuições, reforçadas pelas ações propostas pelo Sistema Nacional do Patrimônio Cultural³, estabelecendo uma sintonia entre as esferas federal, estadual e municipal, juntamente com a sociedade civil organizada.

A própria Lei nº 11.483/2007 corroborou para a proposição do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural ao explicitar a necessidade de identificar os bens móveis e imóveis de valor artístico, cultural e histórico, incluindo o compartilhamento dos acervos compreendido pelo Patrimônio Cultural Ferroviário que engloba bens imóveis, como edificações, glebas e leitos ferroviários; e bens móveis, incluindo locomotivas, vagões, carros de passageiros e outros equipamentos, bem como mobiliários, bens integrados, relógios, sinos, distintas ferramentas e acervos bibliográficos e arquivísticos em diversos suportes e formatos.

No entanto, o compartilhamento do uso dos bens móveis e imóveis oriundos da RFFSA ainda é feito de forma pontual e a partir das demandas provocadas pelos municípios para utilização dessas áreas como equipamento cultural; ou pelas instituições sucessoras operacionais que ocuparam esses espaços.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, o Iphan/MG iniciou em 2008 os trabalhos de identificação dos acervos ferroviários a partir da realização dos inventários como forma de

³ Elaborado pelo Ministério da Cultura, é uma proposta de relação entre as esferas de governo que permita estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural.

identificação e conhecimento para posterior tomada de decisões. Com a finalidade da implantação do Centro da Memória Ferroviária no município de Belo Horizonte, também foram feitos os trabalhos de diagnóstico do estado de conservação, inventário do acervo bibliográfico e identificação das tipologias e datas-limite dos documentos. Como não havia sido estabelecida nenhuma política institucional para gestão dos acervos, foram definidas diretrizes que se iniciaram com os trabalhos de recuperação dos mesmos, tornando-se etapa primordial, visando evitar ou minimizar as possíveis perdas e possibilitando o conhecimento do seu conteúdo. Com o intuito de aprimorar estas ações, esta pesquisa aplicada ao acervo documental da RFFSA propõe uma reflexão ampliada deste contexto, bem como o estabelecimento e a análise dos protocolos específicos, aplicados e desenvolvidos durante os trabalhos.

2. PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

*A todos os ferroviários, heróis anônimos
e humildes, que no seu dia a dia,
com afeto, competência e dedicação,
construíram e constroem a história,
a magia e o lirismo do trem.*

Victor José Ferreira

A história da ferrovia inicia-se na Europa, com a Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra a partir do século XIX, devido à substituição da produção de manufaturas pela produção industrial. Motivado pela necessidade de transportar mercadorias de forma mais rápida, James Watt (1736-1819) inventou a máquina a vapor, aprimorando a descoberta de Thomas Newcomen (1663-1729). Em 1814, George Stephenson (1781-1848) mostrou ao mundo a primeira locomotiva, marcando o início da história das ferrovias. Na segunda metade do século XIX, a ferrovia já havia se expandido em muitos países da Europa e Estados Unidos.

A ferrovia desponta no Brasil, no século XIX, marcada por mudanças ocorridas nas relações econômicas do Governo Imperial, permitindo a abertura ao capital industrial já emergente em outros países. A necessidade do escoamento da produção agrícola, principalmente do café, aliado a política de redução de custos em transportes, fez com que a ferrovia cumprisse essa função; além disso, haviam os incentivos oferecidos pelo Governo Imperial sobre o capital aplicado no investimento ferroviário (SOUZA, 2009, p. 35). Com a implantação da ferrovia no Brasil, o comércio passa a se desenvolver nos caminhos percorridos pelos trilhos e em seu entorno, transformando as relações das cidades litorâneas com as cidades do interior, alterando o cenário social, cultural, espacial, além de gerar desenvolvimento econômico.

A criação da RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, em 1957, buscou recuperar e manter as ferrovias em funcionamento no país através da fusão de várias empresas, gerando uma nova organização administrativa. Destaca-se a preocupação desde o início da criação da RFFSA com a preservação da memória ferroviária através da

implantação dos Centros de Documentação em suas Superintendências Regionais, Museu Ferroviário e dos programas PRESERVE e PRESERFE.

Com a instalação dos processos de privatizações de diversos segmentos no setor público na década de 1990, iniciou-se o processo de desmantelamento da RFFSA que culminou na sua liquidação no ano de 1992, e que se encontra em processo de extinção desde 2007 até os dias de hoje. Este desmantelamento marca também o início da atuação do Iphan na preservação da Memória Ferroviária, especialmente no estado de Minas Gerais, quando surge a necessidade de estabelecimento de critérios para a definição de critério para seleção de bens móveis e imóveis de valor histórico, artístico e cultural referente ao patrimônio ferroviário.

2.1. A Ferrovia no Brasil: primórdios

No Brasil, os primeiros empreendimentos destinados à construção e exploração das estradas de ferro com o objetivo de interligar as regiões do País, referem-se ao ano de 1828.

Mesmo antes das ações de D. Pedro II reconhecido como Imperador ferroviarista pelos incentivos que concedeu a implantação das estradas de ferro por todo país, o governo regencial a partir da Lei nº 101, de 31 de outubro de 1835, concedeu o privilégio da exploração pelo prazo de quarenta anos das empresas que tivessem interesse em construir ferrovias no Brasil que interligassem Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Como pode ser observada essa ação se deu pouco tempo após o surgimento das ferrovias na Inglaterra.

No entanto, somente aproximadamente vinte anos após as primeiras leis de incentivo à construção ferroviária é que se iniciou a implantação das ferrovias. Após as garantias e isenções de juros sobre os recursos investidos dados pelo Governo, através da promulgação da Lei nº 641, de 26 de junho de 1852, que “autorisa o Governo para conceder a huma ou mais companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem”, incentivando o investimento das empresas nacionais ou estrangeiras a construírem e explorar estradas de ferro no território nacional.

Anteriormente a existência da ferrovia no Brasil, o transporte de mercadorias era feito precariamente em estradas de terra, pelos tropeiros, através da utilização de animais que escoavam a produção até os portos para a navegação de cabotagem ou exportação. Desta forma, “o trem de ferro substitui os muares, os carros de boi e os cavalos nas longas viagens, multiplicando o poder de transporte de mercadorias.” (SOUZA, 2009, p. 27-28)

Diante desse novo panorama nacional, surgiu Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), mais tarde Barão e Visconde de Mauá, que em 1852 recebeu concessão para construção e exploração da primeira ferrovia ligando a cidade do Rio de Janeiro ao município de Petrópolis. Barão de Mauá, como era conhecido, foi uma figura que se destacou naquela época em que despontavam no país as primeiras iniciativas rumo à industrialização. Importante visionário brasileiro, empresário precursor das multinacionais e da globalização econômica, inaugurou em 30 de abril de 1854, com a presença do Imperador D. Pedro II, a primeira estrada de ferro no Brasil, que tinha como trajeto apenas quinze quilômetros de linha férrea ligando o Porto de Mauá na Baía de Guanabara até raiz da Serra de Petrópolis, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

A empresa era constituída inicialmente por três locomotivas, dentre elas a “Baroneza” (Fig.1), fabricadas em Manchester-*Inglaterra*. A composição compreendia locomotiva, três carros de passageiros e um de bagagem e o percurso era feito em vinte e cinco minutos, percorridos numa média de 35Km/h. Tratava-se de um trecho de difícil acesso e baixa lucratividade econômica, a E.F. Mauá não se manteve financeiramente, se transformando em E.F. D. Pedro II e, posteriormente, na E.F. Central do Brasil em 1855. Mais tarde, a E.F. Mauá foi absorvida pela companhia Leopoldina Railway.

Figura 1 - Primeira locomotiva oficialmente a trafegar no Brasil, a “Baroneza”. Inaugurou a Estrada de Ferro Barão de Mauá, em 1854. Fabricada em 1852, na cidade de Manchester, Inglaterra.



Fonte: Catálogo do Centro de Preservação Ferroviária do Rio de Janeiro/
Engenho de Dentro/1983/Preserve/RFFSA.

O Brasil a partir de 1850 passou a incentivar a expansão ferroviária com a finalidade de proporcionar o crescimento da economia agroexportadora e tornar mais volumosa a entrada de investimentos estrangeiros no país, especificamente provenientes da Inglaterra. Afinal, o investimento na construção de ferrovias significava modernidade e avanço tecnológico, colocando o Brasil num patamar de país avançado e civilizado.

Segundo Rabello (1996, p.124), no setor ferroviário do Rio de Janeiro não houve investimento estrangeiro proveniente da Inglaterra, foram aplicados somente recursos públicos ou particulares nacionais. Contudo, a tecnologia, o maquinário, a matéria-prima e o combustível eram originários de outros países além da Inglaterra, como a França e os Estados Unidos. Cabia às oficinas nacionais fazerem a manutenção e a montagem de vagões.

Aos poucos a paisagem das cidades que tinham como trajeto a ferrovia foi se adaptando, modificando a arquitetura e os costumes. A facilidade e rapidez com que o trem

transportava objetos e pessoas transformam a economia das cidades e criam novos povoados.

A expansão da ferrovia correspondeu economicamente às necessidades de atendimento a demanda da cultura do café e do ciclo da borracha, ocorrendo conjuntamente, a um programa de melhoria dos portos localizados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Belém do Pará (PA) e Manaus (AM).

Em relação às ferrovias paulistas o ápice das construções ocorreu no século XIX. Mas, o período de maior crescimento nacional ocorreu de 1908 a 1914 devido à recuperação financeira do Brasil, após a Crise do Encilhamento⁴.

O período de 1908 a 1914 compreendeu o ponto de ápice apresentando o maior índice de construção, 22,2% em comparação ao ano de 1960, período de declínio da extensão ferroviária. (TELLES, 1984, p.35 *apud*, PAULA, 2000, p.62)

O IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, na cidade do Rio de Janeiro realizou a publicação do “I Centenário das Ferrovias Brasileiras”, em 1954, que registrou as características, dimensões, funções comerciais das ferrovias no Brasil, naquela ocasião. O autor Moacir M. F. Silva (1954) escreveu artigo sobre a expansão da estrada de ferro no país, durante o primeiro centenário de sua existência, baseado no estudo denominado “Plano de Viação Nacional e Conselho Nacional de Transportes” (Imprensa Nacional, 1952), de autoria do deputado federal e relator da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas da Câmara, engenheiro Édson Passos, e no trabalho intitulado “Desenvolvimento Periódico do Sistema Ferroviário Brasileiro”. Este trabalho aborda desde o início da implantação da ferrovia no Brasil até completar cem anos de existência, mostrando suas amplificações e ramificações em todo território nacional, período que antecede a criação da RFFSA. Reduzido relato histórico baseado nestas informações e mapas será apresentado a seguir. (Mapa 1)

⁴ Crise financeira como ficou conhecida no Brasil, no final do século XIX. Foi um período marcado por crescimento e instabilidade econômica, fruto de uma política que tinha por objetivo o incentivo a industrialização baseada na liberação de créditos bancários garantida pela emissão de moedas destinadas ao financiamento de projetos industriais. (FAUSTO, 1989)

Mapa 1- Primeiro período da implantação da estrada de ferro no Brasil: 1854-1870. Abrangendo inicialmente Rio de Janeiro e após dezesseis anos Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas Gerais



Fonte: IBGE. I centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, 1954, p.3

Na primeira Estrada de Ferro, Barão de Mauá, os primeiros 14,5 quilômetros ligavam a Baía de Guanabara a Baixada Fluminense, na época denominada região do Frágoso. Já em 1870, haviam 774 quilômetros fracionados nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. (SILVA, 1954, p. 2)

Nessa segunda fase de desenvolvimento, a ferrovia no Brasil foi ampliada em 9.228 quilômetros em direção aos portos de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Além de serem construídas novas linhas férreas nos atuais estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 1889, a ferrovia havia alcançado a extensão de 9.583 quilômetros (Mapa 2). (SILVA, 1954, p.3)

Mapa 2 - Segundo período da implantação da ferrovia no Brasil: 1871 – 1890. Expansão nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Recife. Novas linhas em Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE. I centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, 1954, p.4.

Durante o terceiro período a ferrovia aumentou em 11.352 quilômetros devido ao acréscimo nas linhas pertencentes aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e ligações interiores nos estados de Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Ao final do século XIX, a extensão da ferrovia era de 14.915 quilômetros (Mapa 3). (SILVA, p. 5, 1954)

Mapa 3 - Terceiro período da implantação da ferrovia no Brasil: 1891 a 1910. Abrangendo os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba.



Fonte: IBGE. I centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, 1954, p.5.

No período compreendido em 1911 a 1930 a ferrovia apresentava o crescimento em 11.152 quilômetros, amplificando-se nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e outros estados no Nordeste. Surgindo ainda, novas linhas na Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí e Goiás. Ao final do ano de 1930 a ferrovia havia atingido a extensão de 32.478 quilômetros (Mapa 4). (SILVA, 1954, p. 6)

Mapa 4 - Quarto período da implantação da ferrovia: 1911 a 1930. Amplificação nos estados já existentes. Surgimento de novas linhas nos Estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí e Goiás.



Fonte: IBGE. I centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, 1954, p.6.

No quinto e último período antes da criação da RFFSA, a malha ferroviária havia atingido a extensão total de 37.019 quilômetros no território brasileiro (Mapa 5).

A Estrada de Ferro Central do Brasil,

[...] a mais importante empresa de transporte de trilhos em nosso país, pela sua extensão, situação geográfica, pelo volume da produção que estimula e distribui, pela grande escola técnica que é para o ferroviarismo nacional, pelos serviços e missões que tem realizado, e ainda pelo que ela representa de tradicional e brilhante na engenharia ferroviária brasileira, merece a antiga EF D. Pedro II esse justo conceito de ser o primeiro e o mais notável dos nossos caminhos de ferro. (VIEIRA, 1954, p. 133)

Ainda dentro do espectro de ferrovias que cortam o território mineiro, a Estrada de Ferro Leopoldina ocupava o quarto lugar em ordem de grandeza: suas linhas percorriam o então Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, constituindo-se como uma empresa inglesa tendo sua sede em Londres (VIEIRA, 1954, p. 125). A Rede Mineira de Viação era a mais extensa com 4.000 quilômetros e suas linhas percorriam os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás (VIEIRA, 1954, p. 131). A Estrada de Ferro Morro Velho ligava Nova Lima a Estação de Ferro Central do Brasil através de um entroncamento na Estação Central de Raposos, com apenas 8.359 quilômetros de extensão. De propriedade particular, foi criada para servir a “St John d’El Rei Mining Co Ltd.”, empresa exploradora de uma das maiores minas de ouro do mundo, localizada em Nova Lima. A Estrada de Ferro Mogiana, a Estrada de Ferro Goiás e a Estrada de Ferro São Paulo e Minas Gerais, eram consideradas as três maiores estradas em extensões dentro das suas regiões, a Estrada de Ferro Goiás na região Centro Oeste e a Mogiana e São Paulo e Minas Gerais na região Sul. (VIEIRA, 1954. p.33)

Esta complexa rede ferroviária (Quadro 1) produziu uma cultura material extensa e diversificada, passível de estudos políticos, econômicos, históricos e culturais, cuja preservação física e inventário, assim como uma política de uso e ocupação, constituem um grande desafio.

Quadro 1 - Quadro demonstrando a data e o trecho em que ocorreu o primeiro trem em cada estado, no período compreendido em 30 de abril de 1854 até fevereiro de 1954.

| ESTRADAS DE FERRO DO BRASIL | | | | | |
|---|----------------------------|---------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Data e trecho em que correu o primeiro trem, em cada estado | | | | | |
| Número de ordem | ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | Data da inauguração | NOME DA ESTRADA | Extensão inaugurada (km) | PONTOS EXTREMOS DO TRECHO |
| 1 | Rio de Janeiro. | 30-4-1854 | E. F. de Mauá (1). | 14,500 | Mauá — Parada Frágosa |
| 2 | Pernambuco. | 9-2-1858 | Recife ao São Francisco | 31,700 | Cinco Pontas — Cabo |
| 3 | Distrito Federal (2) | 29-3-1858 | D Pedro II (hoje E.F.C.B.) | 27,000 | Côrte — divisa fluminense (3) |
| 4 | Bahia. | 28-6-1860 | Bahia ao São Francisco. | 16,439 | Calçada — Parape |
| 5 | São Paulo. | 16-2-1867 | Santos a Jundiá. | 139,000 | Santos — Jundiá |
| 6 | Minas Gerais. | 27-6-1869 | D Pedro II (E.F.C.B.). | 11,179 | Santa Fé — Chador |
| 7 | Alagoas. | 19-10-1873 | Jaraguá a Bebedouro. | 8,500 | Jaraguá — Bebedouro |
| 8 | Ceará. | 30-11-1873 | E.F. de Baturité. | 9,109 | Fortaleza — Porangaba |
| 9 | Rio Grande do Sul. | 14-4-1874 | E. F. de S. Leopoldo. | 35,437 | Pôrto Alegre — Rio dos Sinos |
| 10 | Rio Grande do Norte | 28-9-1881 | Natal a Nova Cruz. | 40,780 | Natal — São José de Mipibu |
| 11 | Paraná. | 7-9-1883 | E. F. Conde d'Eu. | 43,879 | Capital — Mulungu (4) |
| 12 | Paraná. | 17-11-1883 | Paranaguá a Curitiba. | 40,900 | Paranaguá — Morretes |
| 13 | Pará. | 10-6-1884 | E.F. de Bragança. | 33,228 | Belém — Benevides |
| 14 | Santa Catarina. | 1-9-1884 | E.F.D. Teresa Cristina. | 116,340 | Imbituba — Minas de carvão (5) |
| 15 | Espírito Santo. | 15-9-1887 | E.F. de Itapemirim. | 71,180 | Cachocro — Alegre (6) |
| 16 | Maranhão | 5-4-1895 | Caxias a Caylazaras. | 68,348 | Caxias — Luís Domingues |
| 17 | Amazonas (7). | 31-5-1910 | Madeira-Mamoré. | 5,087 | Pôrto Velho — divisa de Mato Grosso |
| 18 | Mato Grosso (8) | 31-5-1910 | Madeira-Mamoré. | 84,893 | Divisa de Amazonas — Jaci Paraná |
| 19 | Goiás. | 24-2-1913 | E.F. de Goiás. | 41,555 | Divisa de Minas — Goiandira |
| 20 | Sergipe. | 10-7-1913 | Leste Brasileiro | 158,000 | Divisa da Bahia — Aracaju |
| 21 | Piauí. | 1-5-1922 | Central do Piauí. | 50,452 | Amarracão — Bom Princípio |

I CENTENÁRIO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS

FONTES. V. A. de Paula Pessoa, "Gua da E. F. Central do Brasil" (Rio, 1901); Eugênio de Sousa Brandão, "Sinopse concernente a Viação Férrea do Brasil" (Rio, 1932); Arthur Castilho, "Um pouco de história ferroviária", em "Estradas de Ferro do Brasil — 1945" (Suplemento da Rev. Ferroviária, Rio, março de 1946); "Estatística das E. F. do Brasil" (da Insp. Fed. Estradas), Rio, tomo XXXIII, anos de 1930 e 1931.

NOTAS. (1) O nome completo era "Imperial Companhia de Navegação a vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis", mas a E. F. ficou conhecida por E. F. de Mauá; mais tarde E. F. Príncipe do Grão-Pará; depois incorporada à Leopoldina Railway. (2) A esse tempo, Município Neutro. — (3) O trecho inaugurado foi até Queimados, na província do Rio de Janeiro (km 48,238). — (4) Incluído o trecho para Entroncamento. — (5) Compreendido o ramal de Laguna. — (6) Abrangendo o ramal de Castelo. — (7) e (8) Nessa época não existia o território do Guaporé. Após a criação desse território, o estado do Amazonas ficou sem sua ferra e o de Mato Grosso só com a E. F. Noroeste do Brasil, que chegou à terra matogrossense em 4-11-1910 quando a linha veio de Aracatuba a Japuí. — Quanto aos Territórios atuais, só o de Guaporé possui E. F. (a Madeira-Mamoré, a que dizem respeito os ns. 17 e 18 deste Quadro.) — O do Amapá vai tê-la, em breve, do pórtio de Macapá à região das jazidas de manguezais (Contrato publ. no D. O. de 1-6-1950).

Fonte: Fonte: IBGE. I centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, 1954, p.10.

Em 1954, a extensão total das estradas de ferro ainda era muito baixa e não havia atingido 38.000 quilômetros demonstrando que boa parte do vasto território nacional estava carente de estradas ferroviárias, tais como os Estados do Amazonas, Acre, Rio Branco e Amapá. Além disso, as vias férreas não estavam interligadas umas as outras e estavam bastante pulverizadas, havendo ferrovias isoladas, com trechos muito curtos, obras inacabadas e algumas com o agravante de que as finalidades econômicas não justificavam sua implantação. Essa situação apresentava um panorama bem distante no que se refere a desejável constituição de uma rede ferroviária nacional. Esse crescimento desordenado da ferrovia desordenado também não acompanhava o crescimento populacional, bem como não atendia ao transporte de mercadorias de modo eficaz. (SILVA, 1954. p.1)

No período de um século de existência da ferrovia no Brasil, entre os séculos XIX e XX, pode-se observar o desenvolvimento e o apogeu. Após a década de 1930, sua decadência.

Excetuando-se alguns casos particulares, a história das ferrovias na Iberoamérica é muito semelhante. Criadas para atender a uma economia agrário-exportadora e também para investimentos de capitais, padeceram com as mudanças no padrão de acumulação no pós 1930. Deficitárias, tecnicamente defasadas, carentes de investimentos e de modernização foram estatizadas maciçamente depois de 1960. (PAULA, 2000, p. 83)

No final da década de 1950, foi criada a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, através da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, a partir da coalizão de dezoito ferrovias regionais.

A RFFSA tinha como objetivo promover e gerir os interesses da União no setor de transportes ferroviários e foi constituída como uma sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Governo Federal, vinculada funcionalmente ao Ministério dos Transportes. Nesse momento, a administração das ferrovias passou a ser feita pelo Ministério dos Transportes e pela RFFSA, com sede no Rio de Janeiro.

Os primeiros atos institucionais e primeiros estatutos foram baixados através dos Decretos nº 42.380 e 42.381, ambos de 30 de setembro de 1957, data que passou a ser considerada como fundação da Empresa. (COIMBRA, 2009, p. 103)

O acervo patrimonial da RFFSA passou a ser constituído, a partir da fusão das seguintes empresas: Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Estrada de Ferro de Bragança,

Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, Estrada de Ferro Central do Piauí, Rede de Viação Cearense, Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, Estrada de Ferro Sampaio Correia, Rede Ferroviária do Nordeste, Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro, Estrada de Ferro Bahia-Minas, Estrada de Ferro Leopoldina, Estrada de Ferro Central do Brasil, Rede Mineira de Viação, Estrada de Ferro de Goiás, Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

Em 1968 a Viação Férrea Centro Oeste – VFCO se tornou a 5ª Divisão Operacional da RFFSA e quando se uniu a 14ª Divisão Operacional da RFFSA em 1976, deu origem a Superintendência Regional Belo Horizonte – SR-2. (COIMBRA, 2009. p. 103), criada em 21 de janeiro de 1976, bem como outras Superintendências Regionais, com a finalidade de dar agilidade ao sistema de descentralização da administração da RFFSA.

Durante a existência da Rede Ferroviária Federal, ocorreram várias mudanças decorrentes da transferência das sedes das estações, construções de novos trechos, investimentos feitos pelo Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES objetivando a remodelação de linhas, ampliação e construção de pátios, recuperação de pontos, construção de terminais intermodais, aprimoramento das comunicações, melhoria do sistema de sinalização e das oficinas de manutenção e construção de silos para grãos, como foi o caso dos trechos entre os municípios de Belo Horizonte e Araguari (Fig. 2). O Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Antiga Estação da Estrada de Ferro Goiás-Araguari, possui tombamento pelo Município e pelo IEPHA, no ano de 2008.

Figura 2 - Estação Ferroviária no município de Araguari-MG. Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Antiga Estação da Estrada de Ferro Goiás-Araguari. Uso atual Prefeitura Municipal e Museu dos Ferroviários



Fonte: CARMO, Mônica E. 2008

As mudanças dessa natureza ocasionaram alterações na infraestrutura organizacional que refletiram na produção documental da instituição. No entanto, podia-se considerar sempre a mesma divisão organizacional: 1.Via Permanente; 2. Material Rodante; Tração; Tráfego; Movimento; Eletrotécnica; Inquérito e Pesquisa; Segurança Patrimonial; Patrimônio; Desenvolvimento de Pessoal; Almoxarifado; Posto Médico. (COIMBRA. 2009, p.104-105). Essa estrutura organizacional demonstra como foi acumulada e organizada a documentação da ferrovia em Minas Gerais, refletindo no arranjo arquivístico e produção bibliográfica.

A documentação referente à SR-2-Belo Horizonte produzida e recebida durante o exercício das suas funções bem como o acervo bibliográfico especializado produzido e adquirido para atendimento das demandas do seu corpo técnico, é detentora de enorme importância para a preservação da memória ferroviária e rica fonte de informações sobre a história da ferrovia.

Novas alterações afetaram a RFFSA, na década de 1990; iniciaram-se as privatizações e ocorreu nova divisão na estrutura da empresa, passando a ser formada por doze Superintendências sediadas nos seguintes locais: São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Campos, Bauru, São Paulo, Juiz de Fora, Curitiba, Porto Alegre e Tubarão.

Nesta ocasião, “de forma geral, o transporte de passageiros, principalmente, foi relegado ao abandono e o que prevaleceu foi o setor de exportação (minérios, produtos agrícolas)” (PAULA, 2000, p. 83).

Em 1992, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, a partir de estudos promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que recomendaram a transferência para o setor privado dos serviços de transporte ferroviário de carga. Essa transferência ocorreu no período entre 1996 a 1998.

A maioria das estações foi fechada por não ser necessária a operação ferroviária do transporte de cargas. Este fato gerou um processo de deterioração dos prédios e artefatos, que, abandonados, passaram a ser depredados representando ameaça ao desaparecimento de importantes exemplares.

Em relação ao acervo documental não foi diferente, pois não houve a implantação de diretrizes nem mesmo a definição de critérios mínimos objetivando a preservação desse acervo, tanto em relação às empresas que tiveram sua guarda provisória ou aos que foram deixados nos seus locais de produção e aquisição.

O último dia de funcionamento da SR-2 foi em 31 de agosto de 1996. Os trens de passageiros que circulavam diariamente nos dois sentidos entre Ribeirão Vermelho e Barra Mansa, com carros de 1ª classe para até 58 lugares e de 2ª classe para setenta e seis passageiros, além do restaurante para trinta pessoas e o carro bagagem, deixaram de existir (Fig.3, 4 e 5). (COIMBRA, 2009, p. 129)

Figura 3 - Estação Ferroviária de Ribeirão Vermelho – MG. Encontra-se atualmente em processo de tombamento pelo IEPHA.



Fonte: FERRARI, Mário. 2011

Figura 4 - Rotunda de Ribeirão Vermelho – MG. Encontra-se atualmente em processo de tombamento pelo IEPHA.



Fonte: FERRARI, Mário. 2011

Figura 5 - Rotunda de Ribeirão Vermelho – MG. Encontra-se atualmente em processo de tombamento pelo IEPHA.



Fonte: FERRARI, Mário. 2011

A RFFSA foi dissolvida de acordo com o estabelecido no Decreto nº 3.277 de 7 de dezembro de 1999 e sofreu alterações até junho de 2004. Sua liquidação iniciou em 17 de dezembro de 1999 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, conduzida por uma Comissão de Liquidação, com o seu processo de liquidação supervisionado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A RFFSA foi extinta em 22 de janeiro de 2007 através da Medida Provisória nº 253 e sancionada pela Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

A partir da promulgação da Lei nº 11.483/2007, o Iphan passou a ter atribuições específicas para preservação da Memória Ferroviária:

Art. 9º Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

§ 1º Caso o bem seja classificado como operacional, o Iphan deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário. § 2º A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

II - conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

§ 3º As atividades previstas no § 2º deste artigo serão financiadas, dentre outras formas, por meio de recursos captados e canalizados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pela Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Com a incorporação da preservação da memória e do patrimônio ferroviário às atribuições do IPHAN, surgiu a necessidade do estabelecimento de critérios para a definição de bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural referente à ferrovia.

A própria RFFSA já havia criado, quando a instituição ainda encontrava-se em pleno funcionamento, critérios para preservação do seu patrimônio ferroviário, instaurado através do PRESERVE e especialmente o PRESERFE - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Memorial Ferroviário - que englobava os acervos relacionados a arquitetura, engenharia, iconografia, literatura e cultura ferroviária.

O compartilhamento para o uso ferroviária dos bens móveis e imóveis, previsto na legislação, requer um diálogo permanente entre as instituições sucessoras envolvidas. Existem também os casos de demanda de uso dos espaços pelos municípios para utilização como equipamentos culturais, tais como museus, arquivos, bibliotecas, centro cultural, centro de memória, pontos culturais entre outros. No entanto os acervos muitas vezes não estão relacionados à preservação da memória ferroviária.

No caso do patrimônio ferroviário, a sociedade civil organizada tem uma participação intensa na proteção da memória das ferrovias. Mas, ainda não se estabeleceu um diálogo contínuo visando à definição de critérios em conjunto – poder público e sociedade -, dos conceitos “memória” e “patrimônio”. Essa medida colaboraria de modo transparente e legítimo para a preservação de uma identidade cultural instituída com a implantação das ferrovias e que permaneceram com a manutenção das mesmas, seja através das instituições sucessoras operacionais ou dos órgãos de preservação da memória através dos centros de memória, centros de documentação, museus, bibliotecas e arquivos.

2.2. Memória das ferrovias: instrumentalização da história e a percepção da memória

A preservação da memória de instituições, pessoas, acontecimentos, lugares é um processo cuja prática e reflexão se desenvolveu principalmente no decorrer do século XIX. O continente europeu deu origem à constituição de organismos públicos e privados com a finalidade de organizar a seleção, a conservação e a preservação do seu patrimônio, especialmente os objetos de arte e edificações compreendidas como monumentos históricos a partir de um ideal renascentista de arte e beleza e a concepção de excepcionalidade, dando início a construção de uma legislação própria para a proteção do patrimônio histórico e da memória, que se ramificou para todo o mundo ocidental.

Especialistas têm discutido com muita intensidade o conceito de memória – individual e coletiva. Debatida principalmente na França, país que viveu tragédias como a Segunda Guerra Mundial tem procurado questionar a “memória” através da sua inscrição na história. De acordo com RICOEUR (2007), a memória, registra algo que "efetivamente ocorreu no tempo" e possibilita uma melhor compreensão das relações do passado presente e futuro.

Após a Segunda Guerra Mundial até a atualidade, a ideia de preservação do patrimônio histórico vem sofrendo modificações gradativamente, após o início da participação da sociedade nas escolhas para eleição do patrimônio cultural consolidada através do processo de identificação, uso e apropriação pela população conferindo uma visão de memória coletiva. Por sua vez, órgãos basilares como o Museu, a Biblioteca e o Arquivo, passam a ser repensados pelo crivo de Instituições de Memória.

No Brasil, no século XX, os órgãos criados com a finalidade de proteger o patrimônio histórico e a memória principiaram também a preservação dirigida à seleção, guarda, conservação e preservação de edificações e objetos de grandes vultos para a história do país, consolidados numa legislação que conferiam relevância, legitimidade, e identidade.

Diante da premência da preservação e difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário, percebeu-se a necessidade de demarcar os bens que despertam a identidade da ferrovia, pois no mundo atual, o processo de desenvolvimento do capitalismo sobrepõe o crescimento econômico em relação à preservação dos bens culturais. A partir do final século XX, os debates acadêmicos sobre o

discurso da memória do arquivo transitam em torno de sua justificativa contemporânea e da sustentabilidade do patrimônio. Essa memória está também presente na literatura, cinema, artes e tem uma forte ligação com a construção da identidade.

A palavra memória, de origem latina, deriva de *memor* e *oris*, e significa “que se lembra”, ligando-se, assim, ao passado. Sob o ponto de vista individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). “Deve-se a Maurice Halbwachs a audaciosa decisão do pensamento que consiste em atribuir a memória diretamente a uma entidade coletiva que ele chama de grupo ou sociedade” (RICOEUR, 2007, p.130).

Segundo RICOEUR, (2007 p. 40) “se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar.”.

A noção de “lugares de memória” se refere a condutas sociais, e cita o calendário republicano, a bandeira, arquivos bibliotecas, dicionários, museus – “objetos simbólicos de memória oferecidos como instrumentos de base do trabalho histórico”. (RICOEUR, 2007, p. 415)

A ausência de documentos textuais ou especiais – mapas, desenhos, fotografias – que registram determinadas épocas da história do Brasil referentes ao patrimônio ferroviário brasileiro decorre de uma falta de uma política de gestão e preservação de acervos documentais.

Apesar da atribuição dada aos órgãos de proteção ao patrimônio, questões relacionadas à memória coletiva deixam de ser observadas no processo de identificação dos bens culturais, muitas vezes centrado somente no patrimônio edificado, ignorando todas as ações e relações exercidas pelos atores que habitam esses espaços cujas edificações são atribuídas como de “excepcional valor”.

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto é forçoso reconhecer que essa imagem,

construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado. (FONSECA, 2003, p.56)

Embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo, 216, declare como patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

Contudo, faz-se necessário ainda a criação de outros instrumentos legais que definam e protejam a constituição do patrimônio histórico e cultural, que extrapolem a Constituição Federal e o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, “que cria o tombamento, ou por tratar de manifestações de caráter processual, a que não se aplica qualquer forma de proteção que tenha por objetivo a fixação de determinada feição física do bem.” (FONSECA, 2003, p. 61)

A promulgação da Lei nº 11.483/2007 que trata da “preservação e a difusão da Memória Ferroviária” atribuiu ao Iphan a ação de preservação do patrimônio ferroviário. Em seu Art. 9º determina: “caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção”. Estas ações são pautadas, muitas vezes, por critérios políticos, sem um subsídio técnico no que concerne o desenvolvimento de protocolos subsidiados por conhecimentos específicos, principalmente àqueles provenientes da Ciência da Informação e da Ciência da Conservação, não observando tampouco o posicionamento da sociedade, quem de fato tem atuado de forma autônoma nesse processo. Há uma necessidade premente da participação dos grupos sociais na elaboração das diretrizes e normas para a construção do patrimônio cultural com o intuito de compreender a apropriação desses bens como referência a identidade cultural.

Se por um lado os órgãos de preservação necessitam da legislação como forma de subsídio para a criação de instrumentos de proteção da memória, concretizados a partir dos registros documentais; a realização de inventários, instrução de processos de tombamento e de registro do patrimônio imaterial, as ações de identificação, proteção e preservação são corroboradas através do compartilhamento dessas ações pela sociedade no processo de construção e apropriação do seu patrimônio e da sua memória.

Nessa linha de reflexão, fica claro que a elaboração e aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto a uma sociedade. É necessária uma constante atualização das políticas específicas, tanto mais se tais políticas desenvolvem-se num contexto democrático. (FONSECA, 2003, p. 67)

Inegavelmente, a questão do patrimônio não se exaure na esfera institucional e conceitual, faz-se necessário a inclusão da sociedade para de maneira conjunta com os órgãos de preservação, idealizarem e concretizarem novos instrumentos de preservação do patrimônio e da memória, fortalecendo a identidade da sociedade com os bens culturais, reforçando valores que legitimem sua preservação.

[...] a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicação respectiva está na ordem do dia. Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais, de minorias de marginalizados, associações de bairros, escolas, e assim por diante, todos têm procurado destilar sua autoimagem – mais raramente e com dificuldade a da sociedade como um todo. (MENEZES, 1999, p.12)

Embora a participação da sociedade na seleção dos bens destinados a preservação ainda ocorra de forma pontual através de algumas classes organizadas, como a dos ferroviários, ainda predomina a decisão baseada numa legislação que permite aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural à atribuição de valores, autenticidade, legitimidade e identidade a determinados bens.

O desenvolvimento da ferrovia provocou múltiplos reflexos na história, engenharia, arquitetura, cultura, economia e política do país, transformando lugares e relações sociais. A criação da “máquina a vapor” deixou registros de uma identidade esfacelada devido ao desinteresse governamental, seja pela descontinuidade da implantação e expansão das ferrovias, seja pela demora no início das ações de preservação do patrimônio ferroviário.

Entretanto, as políticas patrimoniais preservacionistas surgem no momento de um sentimento de perda do patrimônio ferroviário, proveniente dos remanescentes da ferrovia, transformando o abandono e degradação, na força propulsora para a formação da consciência coletiva.

Não se constrói uma utopia sem memória. Mas a memória do trem da nostalgia está ameaçada de residir apenas no coração de seus amantes, se os documentos que a registram forem abandonados. Algum dia talvez entenderemos melhor estes mistérios. Por hoje, não há tempo, a tarefa urgente é salvar o que resta da lembrança desse trem de ferro, dessa imagem cultural e afetiva. (IGNARRA, 2010, p.123)

Uma das grandes dificuldades enfrentada pelos órgãos de preservação é a necessidade sempre urgente de realizar ações para a proteção do patrimônio cultural, como mais uma vez ocorre com a promulgação da Lei nº 11.483/07, que “dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário”, sem nenhuma discussão previa sobre o tema, entre as instituições sucessoras da RFFSA, para recebimento e compartilhamento dos acervos.

A guarda e o controle não se fazem sem dificuldades práticas. Mas o problema fundamental é a necessidade de decidir, em regime de urgência e de forma que resguarde o interesse coletivo, sobre a destinação dos objetos heterogêneos que se tornaram patrimônio da nação. (CHOAY, 2001. p. 100).

Com o sucateamento das ferrovias e conseqüentemente perda desse patrimônio tornou-se notável o declínio da sua influência na economia de várias cidades, causando alteração na paisagem urbana, com os trilhos abandonados, se deteriorando ou simplesmente desaparecendo (SOUZA, 2009, p. 51).

Acrescenta-se a esse cenário, a substituição dos trens de passageiros pelos trens de carga, causando mudanças nas culturas locais, entretanto muito semelhantes entre si, “nas estações havia empadinhas, pastéis, pães de queijo, café, doce ralo que as mulheres dos maquinistas e foguistas faziam para fazer o tempo passar no cotidiano sempre igual e para ganhar um dinheirinho.” (ALVES, 2009, p.10)

A participação intensa dos ferroviários através das associações e organizações não governamentais na preservação do patrimônio ferroviário reforça a atribuição de valor, o sentimento de pertencimento e conseqüentemente a identificação com o patrimônio local,

fortalecendo a ideia de memória ferroviária. A interação entre ferroviários e o Estado, através dos órgãos de fiscalização e proteção, na promoção da preservação dos bens culturais tem um caráter especial, advinda da participação através de denúncias ao Ministério Público Federal e Estadual, e com a atuação mais incisiva do Iphan, a partir do final do ano de 2007.

A necessidade de conservar os lugares e objetos do passado para um ou mais grupos de indivíduos decorre da vontade das sociedades em estabelecer a reprodução da sua própria imagem na memória das próximas gerações, “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003, p. 426).

As relações trabalhistas e sociais provocaram um sentimento proposital de pertencimento a uma “família ferroviária”. Associado a isso, o modo como foram constituídas vilas e ruas das cidades também contribuíram para a agregação dos ferroviários. Desta forma, “as lembranças de ter morado em tal casa de tal cidade ou de ter viajado a tal parte do mundo são particularmente eloquentes e preciosas; elas tecem ao mesmo tempo uma memória íntima e uma memória compartilhada entre pessoas próximas” (RICOUER, 2007, p. 157). Esse sentimento de pertencimento cooperou para o fortalecimento de uma identidade cultural ferroviária.

Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas que fora introduzida a noção de lugar de memória, anterior às expressões e fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão. (RICOUER, 2007. p. 157)

A preservação do patrimônio histórico e cultural é feita baseada nas escolhas dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico, podendo haver ou não participação da sociedade. Quando os órgãos de proteção do patrimônio histórico e a população manifestam o interesse e se apropriam dos espaços e bens culturais, ocorre uma seleção das “memórias” a ser protegida, conseqüentemente a memória de alguns grupos será preservada em detrimento a outros.

No caso do patrimônio ferroviário, nota-se uma forte manifestação por parte da sociedade em preservar a memória ferroviária, a atuação do Iphan até o momento tem sido

em função disto parcialmente pautada no atendimento as demandas solicitadas pelo Ministério Público Federal, através de denúncias da população.

Percebem-se através de escritos e relatos em Seminários e Encontros promovidos pelas Associações de Preservação da Memória Ferroviária uma certeza sobre a importância da preservação das ferrovias. Para que isto ocorra efetivamente deve-se ter de modo claro as respostas para a pergunta: “Como se constrói uma memória?” Primeiro deve-se localizar esse objeto, segundo deve-se torná-lo um objeto interessante e em terceiro deve-se transformá-lo num objeto patrimonializado (informação verbal) ⁵.

A preservação é um processo que se instaura por meio de duas questões, sobrepostas e complementares: as camadas de significado e valor social construído pela reflexão filosófica e histórica e os instrumentos de salvaguarda, legais e da Ciência da Conservação. Neste momento, o problema maior reside no fato da necessidade de decidir, em caráter de urgência, como resguardar o patrimônio e proteger a memória ferroviária, através da preservação e destinação dos bens móveis e imóveis, que se consolidaram patrimônio nacional, visto a rapidez com que este patrimônio tem se degradado pela ação do Homem e do tempo.

⁵ Durante a exposição do Professor Dr. Jean Davallon, na palestra “Imagem, Memória, Patrimônio”: a respeito da transmissão do significado do tempo, realizada na UFMG/ECI, em 19 de outubro de 2012 clarifica quais as questões que precisam ser identificadas e respondidas pela sociedade e quais as formas de atuação a ser desempenhada pelos órgãos de proteção de modo a colaborar no fortalecimento da construção da memória e da apropriação do patrimônio cultural pelas gerações futuras.

3. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO

Nossa história é um texto cheio de trechos escritos com tinta negra e outros escritos com tinta invisível.

Octávio Paz

Uma das premissas desta pesquisa aborda as ações de proteção do patrimônio ferroviário, com especial atenção aos acervos documentais, por meio de sua contextualização em relação aos enunciados de algumas Cartas Patrimoniais Internacionais, da legislação brasileira sobre a proteção legal desses bens e a documentação referente à liquidação e extinção da RFFSA. Contudo, torna-se indispensável discutir a criação, função e atuação do PRESERVE E PRESERFE, programas destinados à preservação da memória dos transportes no Brasil e de preservação do patrimônio histórico e memorial ferroviário, e destacar, simultaneamente, a importância da atuação das associações de preservação das ferrovias, principais atores na defesa do patrimônio ferroviário.

Como avaliar o papel das Instituições Sucessoras da RFFSA, além das concessionárias, do Iphan, da Secretaria de Patrimônio da União, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, dos governos dos Estados e Municípios, no contexto do Sistema Nacional de Cultura e da Lei nº 11.483/2007?

Ao descrever a atuação do Iphan e as medidas em desenvolvimento que visam à preservação e o compartilhamento dos documentos e informações referentes à memória ferroviária entre os órgãos sucessores e governos estaduais e municipais, pretende-se apresentar as ações que objetivam preservação do acervo documental ferroviário através da conservação preventiva e curativa, restauração e a implantação do Centro da Memória Ferroviária como equipamento de preservação, guarda, divulgação e acesso desse conjunto específico.

Ao considerar a área de Conservação Preventiva de acervos uma ferramenta metodológica da preservação específica da área de Ciência da Conservação, o uso das

técnicas e os métodos preventivos e curativos nos protocolos de resgate desse acervo, demanda a projeção de um Plano Diretor, que defina as diretrizes a serem cumpridas. O desenvolvimento deste estudo de caso permite à instituição estabelecer um modelo de protocolo validado pela pesquisa.

3.1. Instrumentos de Proteção

As Cartas Patrimoniais são documentos firmados internacionalmente estabelecendo conceitos e procedimentos, servindo como referência nos estudos de preservação do patrimônio cultural para todas as nações.

A definição de noção de monumento e seu entorno é a tônica das primeiras cartas, ocorrendo posteriormente a ampliação aos conjuntos arquitetônicos. Depois as cartas patrimoniais contemplaram aspectos voltados ao urbanismo, ao uso do bem, a integração com outras áreas, bem como a preocupação com a preservação, restauração, comércio de bens e arqueologia, ficando sempre explícito a importância dos registros dos trabalhos e do depósito de toda documentação produzida em arquivos de órgão público para disponibilização aos pesquisadores.

Algumas cartas tratam diretamente da proteção do acervo documental – manuscritos, livros, coleções, tais como a 13ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris 19 de novembro de 1964 – *Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais*:

[...] são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais. (IPHAN, 2004, p. 98)

O Compromisso de Brasília 1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, realizada em abril de 1970, que destaca nos itens 11,13 respectivamente:

11. Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais.

13. Recomenda-se a conservação do acervo bibliográfico, observadas as normas técnicas oferecidas pelos órgãos federais especializados na defesa, instrumentação e valorização desse patrimônio.

A preservação do patrimônio cultural decorre de uma discussão ampliada gerada por meio das Cartas Patrimoniais Internacionais, as quais fornecem os subsídios necessários à elaboração de legislações locais, atos normativos institucionais e viabilizam iniciativas e projetos realizados por diversos órgãos e instituições de memória. Considerando a *Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais* e os demais documentos gerados pela UNESCO em que o Brasil se posicionou como signatário, o Ministério dos Transportes, no início dos anos 1980, elaborou um Projeto destinado à preservação da memória dos transportes no Brasil, denominado PRESERVE; o projeto previa a formação e implantação de um Museu Nacional dos Transportes, com sede em Brasília. Sendo assim, os setores da administração indireta do poder executivo, ficaram encarregados de definir quais seriam os acervos históricos referentes à sua instituição. Ao DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o rodoviário; ao Ministério da Marinha, o marítimo; ao Ministério da Aeronáutica, o aeronáutico; e a RFFSA, o recolhimento do acervo histórico ferroviário.

Devido às circunstâncias políticas e econômicas daquela época e pelo fato de boa parte dos acervos estarem em uso - denominados ativos operacionais -, somente no âmbito da RFFSA o projeto PRESERVE foi levado adiante, passando a ser denominado PRESERFE – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário –, com sede na Administração Central da RFFSA, na cidade do Rio de Janeiro.

O PRESERFE constituiu Núcleos e Centros de Preservação da História Ferroviária em todo território nacional através da mobilização dos ferroviários, inclusive aposentados, para a recuperação de objetos pessoais, carteiras de trabalho, uniformes, ferramentas, sinos, relógios, telégrafos. Muitos desses objetos foram substituídos em função da evolução tecnológica e guardados pelos ferroviários por questões afetivas.

Em relação ao patrimônio edificado, por exemplo, foi realizada a restauração da rotunda de São João Del Rei, em Minas Gerais (Fig. 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

Figura 6 - Rotunda de São João del Rei, A ferrovia ainda funcionava regularmente. Ano 1979.



Fonte: Acervo ABPF. (Foto Herbert Graf).

Figura 7 - Rotunda de São João del Rei-Minas Gerais.



Fonte: FERRARI, Mário. 2011.

Figura 8 - Vista externa da Rotunda de São João del Rei, restaurada.



Fonte: Acervo ABPF. (Foto Jonas Augusto Martins de Carvalho). 2008

Figura 9 - Vista externa da Rotunda de São João del Rei-Minas Gerais.



Fonte: FERRARI, Mário. 2011.

Figura 10 - Estação Ferroviária de São João del Rei-Minas Gerais.



Fonte: FERRARI, Mário. 2011.

Figura 11 - Vagões. Vista externa da Rotunda de São João del Rei-Minas Gerais.



Fonte: FERRARI, Mário. 2011.

Figura 12 - Vista aérea do pátio e da rotunda de São João del Rey



Fonte: Google Maps. 2010

Quanto aos bens móveis, a recuperação da “Baroneza” – primeira locomotiva a trafegar no Brasil, inaugurando a Estrada de Ferro Mauá, em 1854 e construída na Inglaterra – e do “Carro do Imperador” – fabricado na Bélgica em 1886 para servir ao Imperador D. Pedro II –, dentre outros vagões que se encontravam no Complexo de Preservação Ferroviária no bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, foi fundamental para o início de uma política pública de salvaguarda deste patrimônio ferroviário. Atualmente localizados no Museu do Trem, na cidade do Rio de Janeiro, podem ser vistos e apreciados. Este museu foi um marco nas ações de preservação; inaugurado em fevereiro de 1984 e instalado nas dependências do antigo galpão de pinturas de carros da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que após proclamação da república foi denominada Estrada de Ferro Central do Brasil, o Museu do Trem tem um papel social preponderante na visibilidade e valorização do bem cultural ferroviário, constituindo-se por si só em um equipamento de memória exemplar acerca desse patrimônio.

Em relação à documentação, o PRESERFE, a partir de 1986, reuniu e catalogou um acervo iconográfico composto por fotografias, negativos, filmes de valor inestimável. Por meio desse projeto, o Complexo de Preservação Ferroviária pode ser aberto ao público externo para a realização de pesquisas, nas áreas de Arquitetura, História, Museologia, Engenharia, Sociologia, entre outras.

Para os preservacionistas das ferrovias, a desativação dos trens de passageiros marcou o início do término da RFFSA. Para além do patrimônio material, os laços culturais imateriais marcados pelo “habitar o espaço” das estações, foram afetados pelas transformações desses locais. Antes cheios de vida, com os passageiros, cobradores, maquinistas, bilheteiros, carregadores, ambulantes, artistas de rua, toda uma diversidade humana integrada ao lugar, as estações tornaram-se silenciosas até sucumbir diante de seu esvaziamento. A paisagem sonora também foi afetada: não se escuta mais o som do apito com a desativação das estações. Abandonadas, desertas, transformadas em ruínas, a população que participou da construção de muitas ferrovias, direta ou indiretamente, passaram a conviver com um cenário totalmente modificado, havendo perda, migração e empobrecimento das populações locais. O trem de carga não tinha o mesmo significado e a mesma importância para quem tinha como sobrevivência o ir e vir dos passageiros. Como dizia o presidente do Movimento de Preservação Ferroviária, Victor José Ferreira (1943-2012) “trem de passageiros é que tem alma”.

De fato, trem de carga passa e não cria vínculos de afeto com as comunidades por onde trafega; já o trem que transporta gente, esse, sim, leva sonhos, traz conquistas; deixa saudade, leva vontade de voltar; promove encontros e despedidas; provoca tristezas e alegrias. (REGATO, 2010, p.27)

Diante do cenário desolador que se constituiu, os ferroviários fundaram Associações com o objetivo de “despertar na sociedade o interesse pela memória ferroviária e pelo patrimônio arquitetônico ainda não destruído” (TARGINO, 2010, p. 109), além de destacar a importância da experiência e do conhecimento técnico apreendido durante o funcionamento da ferrovia no país por seus profissionais, todo um patrimônio relacionado à memória do trabalho pelo gesto do ferroviário.

Desde o princípio da fundação das associações, foram realizados encontros, seminários e debates visando à preservação da memória ferroviária e o estímulo ao turismo ferroviário. Dentre estas ações, destaca-se o MPF - Movimento de Preservação Ferroviária - que “congrega entidades e pessoas interessadas pela revitalização do transporte sobre trilhos, resgate, valorização e difusão da cultura ferroviária”. (TARGINO, 2010, p. 108)

O MPF foi constituído informalmente no ano de 1997, e formalizado por voluntários em 22 de março de 2003, como sociedade civil sem fins lucrativos, sediada na cidade do Rio

de Janeiro. Contudo essa associação tem uma atuação presente em âmbito nacional, e teve como marco inicial o “I Seminário sobre Preservação Ferroviária”, no município de Passa Quatro, em Minas Gerais, que de imediato teve apoio da UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba, da FEAP - Fundação Educacional de Além Paraíba do SEFERJ – Instituto Superior de Estudos Ferroviários do Rio de Janeiro e REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, além de outras instituições. (TARGINO, 2010, p. 108)

O idealizador e presidente do MPF, Professor Victor José Ferreira (1943-2012), representou o arquétipo do ferroviário: aos quatorze anos de idade iniciou sua carreira ferroviária como Aluno Aprendiz na Escola Profissional Ferroviária, conveniada com o SENAI e iniciou sua carreira como torneiro mecânico na RFFSA, ocupando vários cargos em diversos setores, como gestor e professor, chegando a ocupar o cargo de Assessor da Presidência da RFFSA, onde trabalhou por trinta e sete anos. Publicou quatro livros “Estórias do Trem: uma viagem no folclore ferroviário” (2008), “O Trilho e a Flor” (1986), “Trilhos e Letras: Uma antologia do trem” (2010) e “Volta Grande: estação primeira” (2013). Ele acreditava na volta dos trens aos trilhos sendo utilizado como turismo cultural e sempre destacava a importância da ferrovia para o Brasil.

Mas há luzes no fim dos túneis. Vozes se levantam contra o sucateamento de nossa malha ferroviária. Movimentos e entidades surgem e atuam, nas diversas regiões protestando contra o abandono do trem, o descaso com o patrimônio público ferroviário, os descaminhos de um transporte sem rumo. Com um detalhe alvissareiro: a causa já não é mais uma luta exclusiva de ferroviários de profissão ou de preservacionistas apaixonados. Outros segmentos de nossa sociedade, como a comunidade acadêmica, estão agora na luta, protestando contra os descabros e propondo ações concretas para recolocar o Brasil na linha. (FERREIRA VJ, 2010, p. 111)

O MPF - Movimento de Preservação Ferroviária é uma associação bastante atuante, sendo autora de denúncias de depredação do patrimônio ferroviário, sejam bens móveis, imóveis, documentais, através de correspondências enviadas às instituições de proteção ao patrimônio histórico como o Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e aos órgãos de fiscalização como o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Foram responsáveis também por formalizações de mensagens de ferroviários e ferroviaristas, abaixo assinados convencionais e eletrônicos encaminhados a parlamentares em busca da preservação das ferrovias, destacando também os benefícios econômicos,

sociais, ambientais, turísticos e culturais que podem ser obtidos com a proteção do patrimônio ferroviário. Possui página na internet (www.trembrasil.org.br) com rico conteúdo e excelente índice de visitação sobre as ações promovidas pelo próprio MPF e outras organizações, referências de obras sobre ferrovias, inventário de música temática, notícias, promoção de eventos, tais como Encontros, Seminários, Mostras cujo tema é a Preservação do Patrimônio Construído, Gestão e Tecnologia Ferroviária, Turismo Cultural Ferroviário, Memória e Documentação. (TARGINO, 2010, p. 109)

Outras associações foram fundadas com finalidade de resgatar, preservar e difundir o patrimônio ferroviário, tais como: FAEF - Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários, FNTF – Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos, ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, ABOTTC – Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais, ANPF – Associação Nacional de Preservação Ferroviária, AENFER – Associação de Engenheiros Ferroviários, AFPP – Associação Fluminense de Preservação Ferroviária, Amutrem RJ – Associação de Amigos do Trem do Rio de Janeiro, APMCP – Associação de Preservação da Memória da Companhia Paulista, Grupo de Amigos GWBR – “Great Western of Brazil Railway”, Sociedade de Pesquisa e Preservação Ferroviária, entre outras.

Na luta pela preservação do patrimônio ferroviário, o Ministério Público Federal, órgão que tem como função assegurar os interesses sociais e individuais promovendo medidas e ações necessárias a garantir o direito de interesse da coletividade, conforme o Artigo 127º da Constituição Federal: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, acionado pelas instituições preservacionistas ferroviárias intentaram ações visando à preservação do patrimônio ferroviário referentes ao espólio da RFFSA.

Além das Ações do Ministério Público Federal, no estado de Minas Gerais, foi criado em 2003, o Grupo Especial de Promotores de Justiça e Defesa do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas. Esse grupo deu origem à atual Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais, que atua na defesa dos bens turísticos e culturais do Estado de Minas Gerais.

Essas duas Instituições, Ministério Público Federal e Estadual em Minas Gerais, em relação ao patrimônio ferroviário, sempre estiveram presentes através das denúncias realizadas por Organizações Sociais não Governamentais, Associações de Ferroviários, especialmente pelo Movimento de Preservação Ferroviária. Essas ações foram emergenciais e pontuais, contudo de importante significado para a preservação da memória ferroviária.

Após a promulgação da Lei nº 11.483/2007, ao final do ano de 2007, iniciaram as ações pioneiras no âmbito do estado de Minas Gerais, referente ao início dos trabalhos de inventário, conservação preventiva e curativa dos acervos documentais, arquivístico, bibliográfico, mobiliário e artefatos ferroviários, com a participação do Movimento de Preservação Ferroviária, Ministério Público Federal em conjunto com o Iphan/Minas Gerais.

O IPHAN, criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, de 13/01/1937, sob a denominação SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo como Art. 16º esta instituição tem “a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. Em 1936, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Posteriormente, entregou aos cuidados de Rodrigo Melo Franco de Andrade a implantação do Serviço do Patrimônio. Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei Nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Apesar de manter sua missão, o Órgão passou por mudanças administrativas e conseqüentemente teve diversas nomenclaturas: Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937 a 1946, Dphan – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1946 a 1970, Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1970 a 1979, Sphan – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1979 a 1990, cujas atribuições eram compartilhadas com a FNpM – Fundação Nacional pró-memória. Após a extinção dessas Instituições, ocorrida durante o Governo Fernando Collor de Melo no ano de 1990, foi criado o IBPC – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1994 o IBPC voltou a se chamar Iphan e atualmente está vinculado ao Ministério da Cultura. Constantes transformações orquestradas por percepções políticas externas à instituição e determinações de atribuições que desconhecem a infraestrutura, o corpo técnico e as competências internas têm gerado

distintas dificuldades no que tange ao cumprimento, tanto de sua missão original quanto das atribuições atuais.

A Administração Central do IPHAN era sediada na cidade do Rio de Janeiro. Mas, logo nos primeiros anos, foram criados quatro Distritos, através do Decreto-Lei nº 8.534, de 02/01/1946, com a finalidade de descentralizar as ações de proteção, sendo: o 1º Distrito, com sede na cidade do Recife, compreendendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; o 2º Distrito, com sede na cidade de Salvador, compreendendo os Estados da Bahia e Sergipe; o 3º Distrito, com sede na cidade de Belo Horizonte, compreendendo o Estado de Minas Gerais; o 4º Distrito, com sede na cidade de São Paulo, compreendendo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente, o Iphan possui vinte e sete Superintendências Estaduais, vinte e cinco Escritórios Técnicos, quatro Centros Culturais e Unidades Especiais, distribuídos em todo território nacional.

No final do ano de 2007, a Superintendência do Iphan em Minas Gerais, realizou a primeira vistoria técnica nos acervos documentais ferroviários depositados no prédio da URBEL – SR-2, no município de Belo Horizonte. Sendo este o marco do início da salvaguarda do patrimônio ferroviário focado nas ações referentes ao patrimônio documental no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Diante deste novo cenário, evidenciou-se que durante o período de um século e meio aproximadamente, desde a constituição da ferrovia no Brasil, com o interesse do Governo Imperial em implantar no país uma política de investimento em tecnologia, alavancando o progresso e unificando todo o território nacional, passando pela criação da RFFSA até a sua extinção, um volume impressionante de documentação administrativa, histórica e operacional foi produzido. A Rede Ferroviária segue tendo importância na Primeira República e após o Estado Novo o trem de ferro passa a ser visto rapidamente como um meio de transporte obsoleto diante dos novos investimentos em rodovias, devido a fatores políticos voltados ao estímulo a indústria automobilística. Desde o marco legal de 2007, para além de sua utilização como transporte de carga, o acervo ferroviário converteu-se em patrimônio cultural. Espantoso perceber que o mesmo argumento de “modernidade” incentivou a implantação e também provocou o abandono das ferrovias no Brasil.

As empresas que passaram a explorar as ferrovias sob regime de concessão da RFFSA, por meio da instrução legal, Lei nº 8.987/95, denominada “Lei das Concessões”, deveriam cuidar de todos os bens da RFFSA, pertencentes aos contratos de arrendamento englobando os ativos operacionais, infraestrutura, locomotiva, vagões e demais bens ligados às operações ferroviárias. No entanto, a legislação não deixa clara a responsabilidade sobre a preservação dos acervos documentais pelas concessionárias.

O SNC – Sistema Nacional de Cultura – tem como finalidade integrar as políticas públicas culturais implantadas pelo governo federal, estados e municípios, descentralizando o desenvolvimento cultural do país. Quando o SNC foi proposto como um modelo de gestão, o patrimônio ferroviário não estava incluso nas atribuições de formatação de um modelo estrutural de compartilhamento de informações. Sua estrutura prevê desde 2007 o estabelecimento de protocolos de coleta e acesso de dados e informações referentes à memória e ao patrimônio ferroviário, facilitando a formulação, aplicação e o acompanhamento das ações e das políticas de cultura. O SNC pretende ser um instrumento que poderá ser utilizado para a elaboração de programas de identificação, controle e uso do patrimônio histórico e cultural ferroviário, sejam de natureza imóvel, móvel, documental.

3.2. A patrimonialização do acervo da RFFSA

“Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001. p. 11). Contudo, a palavra patrimônio expandiu e reuniu ao seu significado a outras atribuições, como patrimônio histórico, termo empregado atualmente em substituição a expressão “monumento histórico”, a partir da incorporação de “novos tipos de bens e com alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior dos quais esses bens se inscrevem”. (CHOAY, 2001. p. 11)

Por patrimonialização entende-se o ato ou ação de transformar um objeto ou conjunto de elementos de uso cotidiano em bens específicos protegidos por leis ou sistemas de proteção institucional, a partir de determinadas camadas de significado simbólico agregadas, tornando esses elementos testemunhos da arte, da cultura, da história e da memória. O processo implica na seleção dos bens e demarcação desse valor e, ainda que

Walter Benjamin tenha escrito que “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (1996, p.223), transformando não apenas a tradição oral ou escrita, mas também os bens culturais em testemunho ou vestígios, o processo de patrimonialização garante um lugar diferenciado que lhe permite o estudo, a reflexão, o acesso e a preservação.

A patrimonialização dos resquícios da ferrovia foi promovida pelos ferroviários por meio de organizações não governamentais, e muitas vezes fomentada por órgãos locais – governos estaduais e prefeituras – através das Secretarias e Fundações de Cultura.

Após esse “esquecimento”, seja por inoperância administrativa ou política do Governo Federal, provocando a decadência do sistema ferroviário, as ferrovias passaram a ocupar um “status” de patrimônio representativo de uma identidade e memória coletiva, referendado pelo próprio Estado.

Sendo a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir (ativo ou passivo, no sentido de não impedir a destruição), ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores – e consequentemente, a preservação. É exatamente nesse processo – que tem de bens nos livros do Tombo, e outra implícita, e muitas vezes até deliberadamente ocultada, que remete às relações de poder entre os agentes envolvidos com a preservação – que se manifestam os conflitos de interesse e jogo na prática aparentemente tranquila da preservação de bens culturais em nome do interesse público (FONSECA, 1997, p. 52).

Concomitantemente às ações de destruição ocorrem as ações de preservação, apesar de atos extremamente opostos. Cabe ressaltar que em alguns momentos elas se completam, pois muitas medidas de salvaguarda resultam da ameaça da perda ou destruição eminente, surgindo nesse momento, o interesse na realização de medidas de proteção.

Durante a existência da RFFSA já havia uma preocupação com a preservação de seus bens móveis, imóveis e acervos documentais, considerando tanto o controle administrativo operacional da empresa quanto o valor erário de seu patrimônio. No início dos anos 80, a atuação do PRESERFE e dos Centros de Documentação passaram a serem

indicadores das ações de preservação da memória ferroviária. Essas ações constituem-se o marco inicial da organização da patrimonialização dos seus bens que continuaram a ser tratados dessa forma, mesmo após a liquidação e extinção da RFFSA, através das ações promovidas pela sociedade civil organizada e por instituições públicas, municipais e estaduais e pelo IPHAN, cuja proteção está fundamentada em legislação a ser cumprida e pela determinação sobre a valoração dos bens ferroviários.

O forte elo entre os ferroviários, as cidades e equipamentos ferroviários cristalizaram a noção de patrimonialização, revigorada pelos desejos da sociedade civil organizada, desafiando os órgãos de preservação a agir em defesa do seu legado histórico ferroviário, aliando-se as prefeituras, para a readequação do uso das estações e galpões, em centros culturais, centros de documentação, museus, arquivos e bibliotecas, oficializados através da formulação de instrumentos legais.

A proteção do patrimônio histórico e artístico cultural está fundamentada em legislação a ser cumprida pelos órgãos de proteção e fiscalização, ao quais cabe a decisão sobre a valoração para os bens ferroviários e conseqüentemente a sua proteção. O patrimônio ferroviário pode ter reconhecimento como valor histórico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico, de acordo com a sua singularidade, raridade e utilidade.

Embora o conceito de patrimônio e de como preservar tenha se transformado e sido ampliado, ainda há pouca discussão sobre a preservação do patrimônio ferroviário.

3.3 Ações de Preservação do Acervo Documental pela Superintendência Estadual do Iphan em Minas Gerais

Como já mencionado, baseado no Art. 9º, § 2º, da Lei 11.483/2007, a Superintendência do Iphan em Minas Gerais realizou a primeira vistoria técnica nos acervos documentais depositados no prédio da URBEL – SR-2, no município de Belo Horizonte, em dezembro de 2007. O acervo encontrava-se em condições inadequadas de acondicionamento e armazenamento (Fig.13). O local onde era a Unidade de Documentação da SR-2 havia sido lacrado e parte do acervo removido pela Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, por decisão do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, devido a denúncias de extravio do acervo, no ano de 2006.

Figura 13- Acervo Documental da extinta RFFSA no estado em que foi encontrado. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. Novembro 2007

As primeiras etapas de recuperação do acervo histórico da RFFSA basearam-se nas atividades de conservação e restauração, empregando técnicas consolidadas, profissionais capacitados e, principalmente, dentro das condições institucionais possíveis.

Não cabe ao conservador perseguir os ideais da Conservação Preventiva como se fossem dogmas ou leis, mas procurar, a partir destes parâmetros, desenvolver entre os vários especialistas uma consciência da materialidade e da vulnerabilidade dos objetos, de modo a encontrar aliados e não opositores nos projetos preservacionistas. Adaptar-se à realidade das verbas, dos espaços e dos materiais que temos por obrigação cuidar, não é tarefa das mais fáceis. A partir do momento que conhecemos conscientemente e tecnicamente nossos problemas é que poderemos encontrar soluções compatíveis com a nossa realidade. Caminhar na direção do ideal é um passo a mais para tentar alcançar as condições mais adequadas. (FRONER, 2007, p. 18)

Outra situação comum nos órgãos de proteção ao patrimônio histórico é que os prédios que abrigam acervos também são históricos. Portanto, deve-se sempre

[...] respeitar as especificidades tanto do edifício quanto da coleção sob sua guarda, minimizando ao máximo o impacto das degradações por meio da adoção de alternativas equilibradas que entendam as características do acervo e da arquitetura, principalmente no que tange ao patrimônio histórico edificado que cumpre o papel de museu. (FRONER, 2007, p. 19)

A necessidade urgente de recuperar o acervo documental não permitiu ações que envolvessem custo elevado nem tampouco aplicação de métodos e técnicas detalhadas que levariam um tempo significativo podendo agravar ainda mais as condições que se encontravam os documentos.

Diante dessa situação, optou-se pela realização do inventário do acervo documental, como recurso imediato e temporário, mas de fundamental importância, permitindo o conhecimento do conteúdo dos documentos arquivísticos e bibliográficos, fornecendo dados pormenorizados do acervo, demonstrando aspectos quantitativos e qualitativos do acervo, além do estado de conservação.

Após a realização do inventário pode-se obter um diagnóstico preciso do estado de conservação do acervo e o conhecimento da documentação arquivística e bibliográfica. Essas informações permitiram estimar os investimentos futuros a serem empregados para a realização de reparos, restauração, acondicionamento, de reposição do livro ou periódico danificado ou extraviado ou até mesmo com a finalidade de complementação, migração para outro suporte devido ao estado de fragilidade do documento.

Permitindo ainda, o planejamento do processamento técnico do acervo, indicando a necessidade de aquisição de mobiliário específico, controle e posteriormente a divulgação e o acesso do acervo.

Embora o inventário tenha sido utilizado inicialmente como recurso temporário, é também essencial e deve ser constantemente revisado e atualizado. Existem duas formas de inventário: sumário, um modelo simples que descreve apenas o tema e conteúdo do documento, e o analítico que descreve minuciosamente o documento. Neste trabalho, optou-se pela realização do inventário analítico, embora alguns campos ainda necessitem de complementação; esta decisão foi tomada devido à situação em que se encontravam os documentos e a necessidade imediata de se obter dados e informações referentes ao acervo documental.

O grande benefício do inventário, segundo Belloto (2006, p. 197) é que “a exemplo dos guias, os inventários de arquivo podem ser publicados ou virtuais, podendo ser impressos no momento desejado, total ou parcialmente”. A realização do inventário do

acervo arquivístico e bibliográfico permitiu o conhecimento dos acervos e possibilitou gerar informações a ser prestada a sociedade, ao MPF, a Justiça Federal.

Além disso, o conhecimento de um fundo de arquivo é de vital importância para se ter noção sobre a estrutura e funcionamento de uma Instituição.

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTO, 2006. p.128)

Essas foram às primeiras iniciativas para análise da estrutura e funcionamento da gestão documental praticada pela extinta RFFSA. As ações acima descritas permitiram a conversão de uma situação em que uma massa documental desconhecida começasse a estabelecer critérios para a construção do Centro da Memória Ferroviária, por meio do conhecimento dos exemplares e documentos, da identificação dos fundos e tipologias, datas-limite, existência de obras raras e especiais, além do estado de conservação.

A metodologia aplicada para a execução do inventário é o passo inicial e primordial para gerar uma base de dados e um catálogo que reunirá todo acervo e que possibilitará a busca, a recuperação e o acesso local e remoto, se configurando como um instrumento de salvaguarda e permitindo ao gestor a elaboração de projetos com segurança, fundamentados em dados qualitativos e quantitativos, viabilizando a preservação e difusão do acervo documental.

As fichas de inventário utilizadas descrevem o estado de conservação em que foram encontrados os acervos bibliográficos e arquivísticos e quais intervenções emergenciais foram empregadas viabilizando estudos sobre a necessidade de restaurar, reparar ou substituir o volume.

Os livros e periódicos foram descritos de acordo com as normas da Biblioteconomia, já que o inventário é uma atividade intrínseca e rotineira de toda biblioteca e tem como finalidade a obtenção da visão pormenorizada, por unidade e geral do acervo bibliográfico, permitindo um conhecimento quantitativo e qualitativo, identificando todos os volumes de modo a torná-los acessíveis.

O conhecimento ocasionado pela realização do inventário de um acervo bibliográfico especializado de uma Instituição, como é o caso dos livros e periódicos pertencentes à extinta RFFSA, permite:

A preservação dos livros, que são fontes primárias e testemunhas materiais do desenvolvimento sociocultural humano, garante a transmissão de informação e de conhecimento (de natureza científica, técnica, artística, filosófica, humanística, de entretenimento, etc.) para as futuras gerações. (MIRANDA, 2006, p. 72)

Assim, no processo de abertura das caixas, separação e avaliação dos documentos, simultâneo ao processo de identificação foi também realizada a ação de conservação, por meio da imunização, higienização e acondicionamento adequados.

Em dezembro de 2008, os trabalhos de resgate foram iniciados com o diagnóstico do estado de conservação, inventário do acervo bibliográfico e identificação das tipologias e datas-limite dos documentos. A partir da elaboração de projeto pelo IPHAN/MG e contratado através de processo licitatório, empresa especializada, composta por uma equipe multidisciplinar, com responsáveis técnicos nas áreas de documentação, bibliotecária e conservadora/restauradora com experiência em papéis. Na ficha de registro dos acervos foram inseridos dados sobre o estado atual de conservação e quais intervenções haviam sido realizadas. A ficha foi elaborada pela empresa contratada e apresentada ao IPHAN, após alguns ajustes dos campos, foi aprovada e utilizada. Além da documentação concentrada na Rua Sapucaí, ao longo do processo a Superintendência Estadual do IPHAN em Minas Gerais recebeu documentação oriunda da Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais (Fig.14, 15, 16 e 17). O acervo recolhido pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, por determinação do Ministério Público Estadual, foi entregue ao IPHAN/MG em outubro de 2008 e encontrava-se em pior estado de conservação. Por isso, foi realizado um diagnóstico do estado de conservação, que determinou a realização de desinfestação por anoxia em parte do acervo, atividades de higienização mecânica, pequenos reparos, confecção de caixas de papel alcalino para armazenamento de alguns documentos, livros e periódicos.

Figura 14 - Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte-MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2008

Figura 15 - Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte-MG.



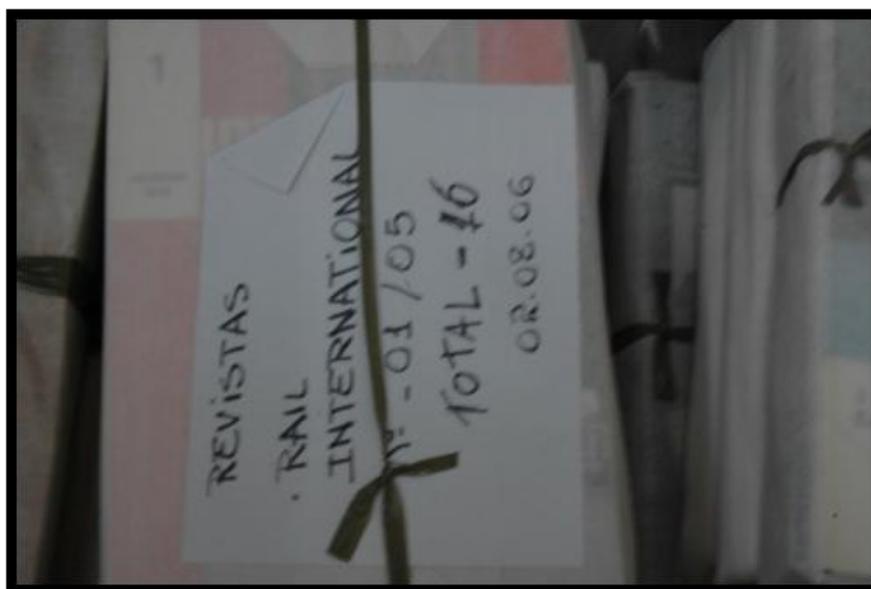
Fonte: CARMO, Mônica E. 2008

Figura 16- Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte-MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2008

Figura 17 - Documentação recebida da Secretaria Estado da Cultura-MG. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte-MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2008

Como não havia sido definida nenhuma política para gestão dos acervos, foram estabelecidas diretrizes que se iniciaram com os trabalhos de recuperação desses

documentos, visando evitar ou minimizar as possíveis perdas e possibilitando o conhecimento do seu conteúdo. A imunização ou desinfestação com atmosfera anóxica foi definida a partir do volume e das características, bem como em função das especificidades desse método. A técnica de atmosfera anóxica (ambiente livre de oxigênio) é baseada na erradicação de insetos e microorganismos a partir da retirada do oxigênio do interior de invólucros lacrados contendo o objeto a ser tratado, utilizando um gás inerte. A técnica permite o tratamento simultâneo de um volume maior de elementos, como no caso deste acervo e resulta na morte por desidratação e asfixia de uma vasta gama de microorganismos e insetos em qualquer um de seus estágios evolutivos (ovo, pupa, larva e adulto).

Desenvolvida especificamente para acervos orgânicos, a tecnologia de uso de atmosfera anóxica (ou modificada) tem se difundido como uma alternativa adequada dentro do conceito de conservação de acervos e bens móveis, pois não gera resíduos tóxicos, o que é positivo em termo da saúde de usuários e dos profissionais vinculados à guarda e conservação desses acervos. O uso de pesticidas de forma descontrolada ainda é um problema em inúmeros acervos, causando doenças sérias em funcionários e consulentes e, eventualmente, ocasionando degradações nos documentos por reações químicas.

No Brasil, métodos atóxicos de atmosfera anóxica e congelamento tem se mostrado bastante eficazes em substituição das antigas técnicas de fumigação com gases tóxicos, porém em algumas situações, mostraram falhas como na desinfestação de fungos anaeróbicos. (FRANÇA; BARBOZA. 2011, p. 5)

A tecnologia de atmosfera anóxica é um processo monitorado por equipamentos com alto nível de sensibilidade e precisão que controlam, basicamente, temperatura, umidade, concentrações de oxigênio e teor de gases inertes. Por meio de equipamentos portáteis é possível realizar este tratamento no próprio local de guarda ou exposição. O processo envolve as seguintes etapas: consiste na colocação do objeto ou conjunto em um recipiente fechado (Fig.18), confeccionado em forma de bolsas impermeáveis que podem ser feitas em películas de filme plástico de alta barreira, em diversos tamanhos e lacradas com seladoras. A finalidade das bolsas é oferecer baixa permeabilidade ao oxigênio no interior para que seja atingido o nível abaixo de 0.3% de oxigênio e é feita a substituição do oxigênio por um gás inerte, Nitrogênio ou Argônio, neste caso foi utilizado o Nitrogênio, devido ao seu mais baixo custo. Depois, a bolsa é selada hermeticamente e em seguida

introduz um gás inerte para deslocar o oxigênio ou o ar; o controle e manutenção das condições selecionadas de pressão, temperatura e umidade por um período de tempo previamente determinado até que os organismos sejam exterminados (Fig.19) e após o período estabelecido para o tratamento, é feita a verificação acerca da permanência dos insetos ou microrganismos, verificando se todos os organismos vivos foram eliminados do objeto e uma limpeza superficial removendo corpos, ovos, cascas e demais resíduos biológicos (Fig. 20). Caso fosse detectada a presença de organismos vivos, o tratamento deveria ser repetido. A retirada do oxigênio e a inserção do gás inerte provocam a desidratação dos insetos xilófagos, larvas e ovos. É necessário que seja feito também o monitoramento dos níveis de oxigênio, da temperatura e da umidade relativa, para obtenção do resultado esperado através da utilização do termo higrômetro e dataloger. O período de tratamento normalmente ocorre entre vinte e cinco a trinta dias. Neste projeto, o tempo utilizado foi em média de trinta dias por bolsa confeccionada. Três pesquisadores foram responsáveis pela invenção do tratamento com atmosfera anóxica: Robert J. Koestler (Hasbrouck Heights, NJ); Richard Sheryll (New York, NY) e William Louche (Tappan, NY). A cessão de uso e comercialização foi concedida à Art Care International, Inc. (Orangeburg, NY). (FROES; OLIVEIRA; SCHÄFER, 2011)

A escolha do método de desinfestação por anóxia ou atmosfera modificada deve-se ao fato de ser de fácil execução e não oferecer riscos a saúde dos profissionais conservadores envolvidos na execução da técnica bem como dos profissionais que farão o processamento técnico do acervo documental e aos usuários que farão as pesquisas, pois se trata de um método atóxico e inerte.

O método de atmosfera modificada vem sendo estudado, testado e aplicado por vários especialistas como Rust e Kenedy (1993), Selwitz e Maekawa (1998), Valentin (2001), Elert e Maekawa (2003), Schäfer (s.d.), Gonçalves (2006) e Beck (2009). Seus resultados mostram que são técnicas eficazes, desde que sigam protocolos específicos. (FLAESCHEN, 2013, p. 209)

A técnica da atmosfera modificada decorre da retirada do oxigênio do interior de câmaras que proporcionem o isolamento do acervo a ser tratado, podendo ser

[...] realizado com três variações de seu sistema: dinâmico – com aplicação de dióxido de carbono ou um gás inerte (nitrogênio, argônio ou hélio); estático – com absorvedores de oxigênio ou dinâmico-estático – com os dois processos simultaneamente. Todos resultam na mortalidade das

pragas em qualquer um de seus estágios evolutivos (ovo, larva, pupa e adulto). (FLAESCHEN, 2013, p. 215)

Figura 18 - Acervo documental da extinta RFFSA. Desinfestação por anóxia ou atmosfera modificada.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Figura 19 - Acervo documental da extinta RFFSA. Desinfestação por anóxia ou atmosfera modificada. Equipamentos de medição.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Figura 20 - Acervo documental da extinta RFFSA. Higienização mecânica com trincha.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

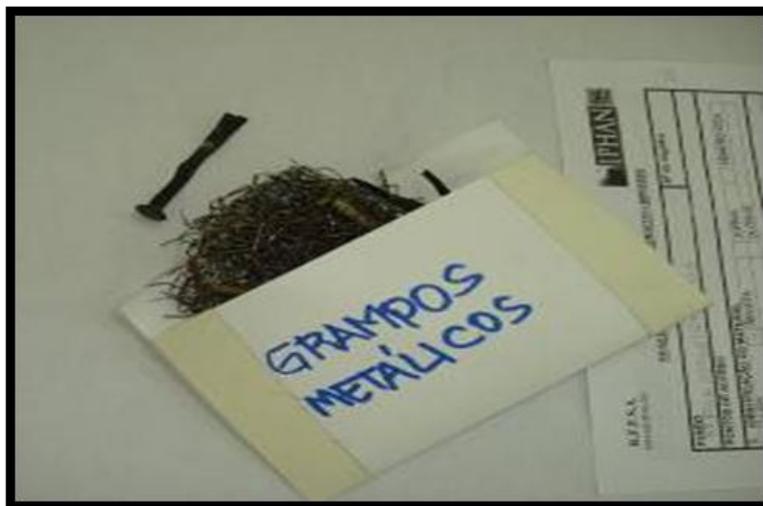
A remoção de clips, grampos e demais elementos metálicos foi executada em virtude da degradação por oxidação que esses elementos metálicos causam nas estruturas orgânicas do papel (Fig. 21 e 22).

Figura 21 - Acervo documental da extinta RFFSA. Remoção de clips e grampos metálicos.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Figura 22- Acervo Documental da extinta RFFSA. Remoção de clips e grampos metálicos.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Ficou definido que não seriam acrescentados carimbos novos nos documentos originais a partir de uma nova numeração de organização. Os registros seriam feitos numa filipeta de papel alcalino e no próprio livro a lápis.

A escolha de papéis alcalinos para o acondicionamento dos acervos foi decorrente da característica dos suportes da documentação. Feitos, em sua maioria, na primeira metade do século XX, os papéis industrializados em fibra de celulose de madeira empregados nesse acervo tem como atributo uma condição mais ácida do que os papéis em fibra de algodão, linho, cânhamo etc. O uso de papel alcalino é recomendado em função de sua carga básica que neutraliza a acidez e sua maior resistência ao rasgo, o que possibilita um invólucro mais resistente. A norma europeia, aceita internacionalmente, ISO 9706, exige: pH entre 7,5 e 10; resistência à oxidação com número de kappa inferior a 5; reserva alcalina 20 gramas de carbonato de cálcio por kg de papel; e resistência ao Rasgo: mínimo de 350 Mn em papéis com mais de 70grs (Fig. 23, 24, 25, 26 e 27).

Figura 23 - Acervo documental da extinta RFFSA. Acondicionamento dos documentos com papel alcalino.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Figura 24- Acervo documental da extinta RFFSA. Acondicionamento dos documentos com papel alcalino.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Figura 25 - Acervo documental da extinta RFFSA. Separação dos periódicos com cinta de papel alcalino.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Figura 26- Acervo documental da extinta RFFSA. Acondicionamento dos documentos em caixas confeccionadas com papel alcalino.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Figura 27 - Acervo documental da extinta RFFSA. Acondicionamento dos documentos em caixas confeccionadas com papel alcalino.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010

Alguns livros, desenhos técnicos de vagões e locomotivas e plantas das estações que se encontravam em formato de cadernos, até a presente data não foram restaurados, dependendo de uma nova avaliação para verificar a possibilidade e necessidade de restauração dos mesmos, devido ao péssimo estado em que se encontravam. Foram acondicionados em caixas de papel alcalino e separados para intervenção futura. (Fig. 28).

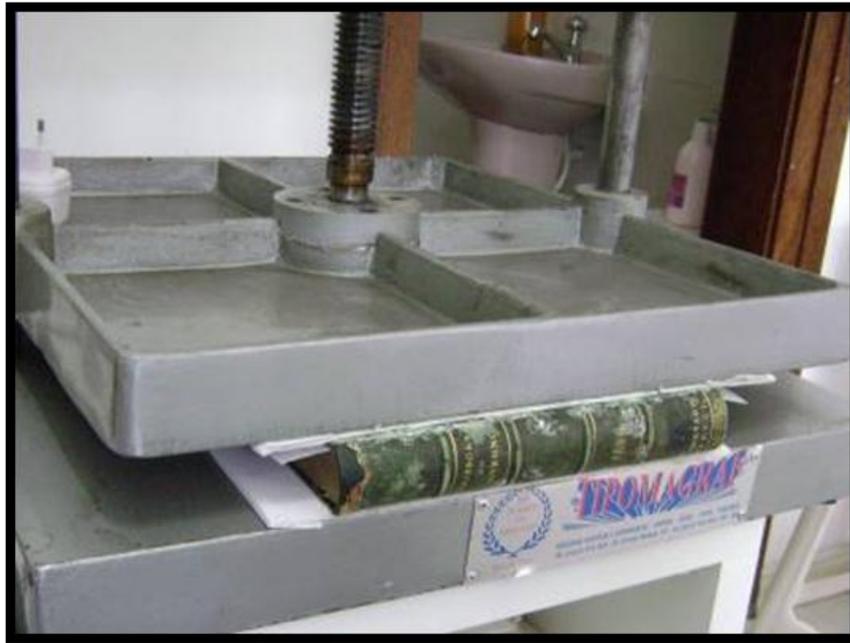
Figura 28 - Acervo documental da extinta RFFSA. Brochuras com desenhos técnicos desinfestados e higienizados.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010.

As obras raras que haviam sido localizadas em vistoria durante a execução da primeira etapa do projeto já tiveram seu processo de restauração iniciado, tendo sido restaurada parte significativa do acervo. (Fig. 29, 30 e 31)

Figura 29 - Acervo documental da extinta RFFSA. Restauração de obras raras ou especiais.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010.

Figura 30 - Acervo documental da extinta RFFSA. Restauração de obras raras ou especiais.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010.

Figura 31 - Acervo documental da extinta RFFSA. Restauração de obras raras ou especiais.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010.

Os livros que sofreram algum tipo de intervenção receberiam uma sinalização em forma de círculo verde na filipeta de registro, facilitando a visualização do trabalho de fiscalização.

Os livros e documentos foram dispostos em estantes e foi feito um mapa topográfico para localização dos mesmos (Fig. 32, 33, 34 e 35).

Desta forma, foi cumprida a primeira etapa de recuperação e identificação da documentação para posteriormente, a realização de identificação da documentação histórica e processamento técnico do acervo. Já que:

Um dos primeiros passos de uma política de preservação é o inventário e análise da coleção, de modo que o gestor passa a ter real posse do acervo. Assim cada item se individualiza e seu real valor passa a ser reconhecido. Essa etapa contribui para tomada de decisão quanto às prioridades e no que tange à segurança das coleções, dando condições para articular medidas de salvaguarda.(LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2006. p.123)

Figura 32- Acervo documental higienizado e inventariado, organizado nas estantes. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2008

Figura 33 - Livros registrados com sinalização verde, indicando intervenção. Centro de Documentação da extinta RFFSA. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2008

Figura 34 - Documentação da extinta RFFSA tratada Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010.

Figura 35 - Documentação da extinta RFFSA tratada. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG.



Fonte: CARMO, Mônica E. 2010.

O acervo documental – bibliográfico e arquivístico –, ao longo da sua produção teve sua organização baseada na estrutura organizacional da RFFSA, onde se pode observar a

destacada centralização da gestão documental nas sedes das Superintendências Regionais da RFFSA e na Administração Geral, no Rio de Janeiro.

Durante a execução da primeira etapa dos trabalhos, o fundo da extinta RFFSA/SR-2 – Belo Horizonte, foi organizado de acordo com as seguintes séries: **Patrimonial** (relatórios técnicos, estudos de implantação de ferrovias, mapas, plantas arquitetônicas, desenhos técnicos das locomotivas, vagões, estações, malha ferroviárias, documentação relativa aos imóveis - desapropriações, vendas, cessões de uso, processos de reintegração de posse, termos de permissão de uso, laudos de avaliação); **Jurídico** (documentação relativa a processos judiciais trabalhistas e civis) e **Administrativo** (recursos humanos e contabilidade, documentos administrativos e financeiros, tais como recolhimento de encargos, notas fiscais de movimentação de cargas). Foi mantida a estrutura da organização feita pela extinta RFFSA.

No primeiro momento foram inventariados onze mil setecentos e sessenta dois itens bibliográficos, sendo quinhentos e oitenta e oito livros recuperados através de pequenos reparos, vinte e três livros não tiveram condições de ser recuperados e os demais estavam em perfeitas condições de preservação. Foram também tratados e identificados vinte e nove metros lineares de documentos arquivísticos.

3.4. Instituições de memória: Biblioteca, Arquivo, Museu, Centro de Documentação e Centro de Memória

De acordo com Le Goff (2003, p. 525):

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Considerando esta escolha, a partir dos anos 1960 houve uma revolução documental quantitativa e qualitativa, originando uma nova unidade de informação privilegiando o dado, em detrimento da estrutura física, suporte ou matéria, onde o primeiro lugar de memória é ocupado pelo *corpu*. O dado torna-se mais importante do que a

memória corpórea do documento exatamente no momento em que o volume de informações produzido pela sociedade no processo de regulamentação de sua vida cotidiana torna-se descomunal, e as novas tecnologias permitem o registro, a cópia e a base de dados informatizada, revertendo em novos arquivos.

Nesse contexto de produção excessiva de documentos, a política de descarte e a hierarquia dos documentos se convertem em questões conceituais, não apenas operacionais, de suma importância. Cabe lembrar que uma das questões de fundo é a sociedade de controle, mas também o princípio do direito evidenciado pelo documento. Além disso, as unidades preservadas convertem-se em elementos de memória e identidade. “A memória está em voga e não só como tema de estudo entre especialistas. Também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia” (MENESES, 1999, p. 12). As considerações descritas tratam da necessidade de um novo equipamento que trate os dados e informações bem como a organização de fontes para pesquisa.

O Estado através dos equipamentos de guarda documentais – bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, centros de memória, vinculados aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural tem como responsabilidade a preservação desses acervos documentais, muitas vezes, sob pressão e protestos evocados pela sociedade civil organizada, como é o caso do patrimônio ferroviário.

Esses lugares de memória, denominados centros de memória, centros de documentação ou centros culturais, foram iniciativas que surgiram em função do deslocamento da guarda de acervos que deveriam estar sob a proteção do poder público, que abandonados ou simplesmente ignorados, foram salvaguardados por instituições privadas, colocando os Centros de Documentação em evidência (SILVA, 1999, p. 88).

No caso do patrimônio ferroviário, diversos municípios tiveram iniciativas públicas e, em alguns casos, com o apoio da iniciativa privada, puderam tratar minimamente esses acervos. No entanto, com a promulgação da Lei nº 11.483/2007, o Iphan passou a ter atribuições específicas para a preservação da Memória Ferroviária, dentre elas a **“construção, formação de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos.”** (grifo nosso).

Nesse contexto, surge a concepção dos Centros de Memória e Documentação regionais vinculados ao Iphan, objetivando o desenvolvimento de uma política institucional voltada à preservação da memória institucional da RFFSA, objetivando o desenvolvimento científico e cultural, organizado por profissionais de diversos campos de formação, biblioteconomia, arquivologia, museologia, história, conservação e restauração, documentalistas, tendo como finalidade viabilizar o acesso democratizado a informação especializada sobre determinado tema.

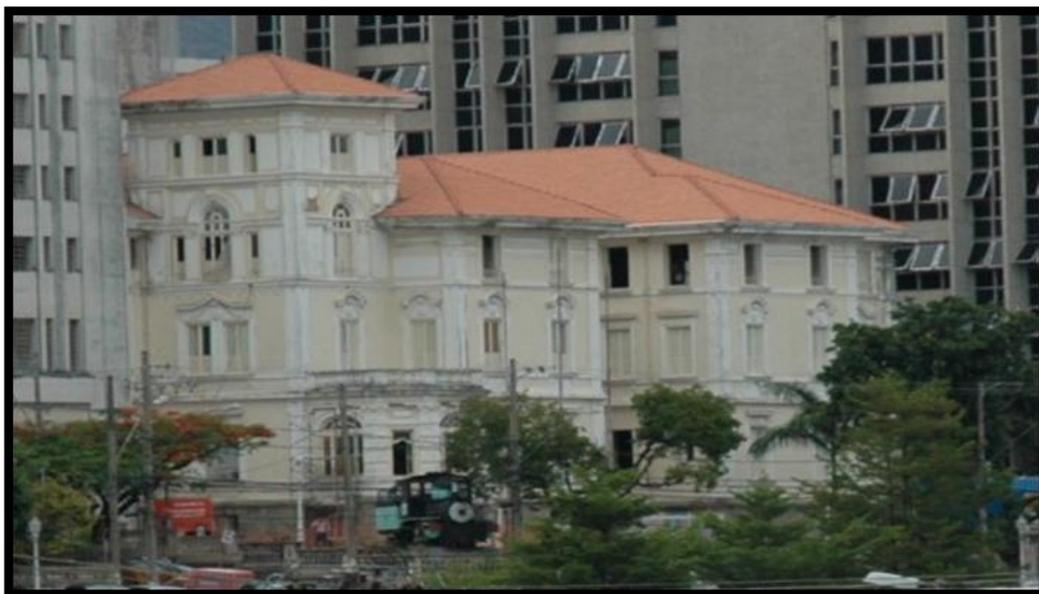
Durante muitos séculos, tanto os documentos bibliográficos quanto os arquivísticos e os museológicos costumavam ser reunidos num mesmo local, em palácios, igrejas e bibliotecas, das quais o exemplo mais grandioso foi a Biblioteca de Alexandria, que reunia vastíssimo universo documental. (CAMARGO, 1999, p.52)

Nos dias atuais, essa realidade se transformou fazendo com que normas, procedimentos técnicos e legislação pertinente à organização de acervos fossem instituídos, com a finalidade de preservar a produção intelectual de nações, regiões, personalidades, instituições públicas e privadas, sendo abrigados em bibliotecas, arquivos, museus e mais recentemente, desde 1950 aproximadamente, os centros de memória e documentação.

O Centro da Memória Ferroviária (Fig. 36) desponta como ponto não de monopolizar estas ações de preservação, mas como local de coordenação e aglutinação dos esforços até agora dispendidos pelos municípios e entidades privadas. A edificação destinada a este Centro em Minas Gerais é o local onde funcionava a antiga SR-2 da RFFSA, no bairro Floresta no município de Belo Horizonte, o prédio está situado na área de entorno do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa, que compreende a Praça, Jardins e Esculturas, Estação Central, antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas, Casa do Conde de Santa Marinha, Edifício Chagas Dória, Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Eletrotécnica, antigo Instituto de Química, Pavilhão Mário Werneck e Viaduto Santa Tereza, as edificações que foram construídas na primeira metade do século XX, protegidas pelo IEPHA, através do Decreto nº 27.927 de 15/03/88. As obras de restauração estão sendo executadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan em Minas Gerais. Em 2010 a Superintendência do Instituto em Minas Gerais assinou um acordo judicial com a inventariança da extinta RFFSA, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU e com o

Ministério Público Federal – MPF, para a criação de um Centro de Preservação da Memória Ferroviária. Uma parte do acordo previa a recuperação da edificação, que é composta por três pavimentos, porão e sótão, e atualmente, em seu segundo andar, funciona a Inventariança da RFFSA. A contratação da empresa para a restauração do prédio foi feita por meio de processo licitatório, pelo IPHAN em dezembro de 2011, a primeira etapa da obra ocorreu no ano de 2012.

Figura 36 - Futuras instalações Centro de Memória da Ferrovia. Rua Sapucaí, Belo Horizonte–MG.



Fonte: CARMO, Mônica Elisque. 2012

Como resultado deste processo específico, surge um enorme desafio para o desenvolvimento de critérios para seleção, processamento, conservação desses acervos visando à difusão e o acesso aos pesquisadores e demais interessados em consultá-los. Atualmente, em todo mundo, o mesmo problema é enfrentado por profissionais de diversas áreas devido à volumosa produção documental existente e os escassos recursos humanos e financeiros, realidade das instituições públicas, para a sua preservação. Como qualificar, preparar e integrar todos os equipamentos ou instituições de memória que abarcam o tema? Como gerenciar a cultura material ferroviária dos Arquivos, Bibliotecas, Museus, Centros de Memória e de Documentação do Iphan, voltados especificamente aos acervos ferroviários ou que tenham apenas uma parte de sua coleção composta por essa tipologia de acervo, de forma integrada? Como gerar protocolos comuns abarcando sistemas de gestão

documental, registro, inventário, bases de dados, restauração, acondicionamento e gestão em conservação preventiva, incluindo treinamento de pessoas e instrumentalização desses espaços?

Tais questões não são fáceis de serem respondidas e dependem de políticas de curto, médio e longo prazo. Projetos pilotos e reflexões, como discutidas nesta dissertação podem ser referência nesse processo.

A RFFSA recebeu das ferrovias antecessoras, no período de 1954 a 1973, e acumulou no decorrer do cumprimento das suas funções entre os anos 1974 a 1999, elevado número de documentos que registraram um conhecimento especializado que colaborou para a construção da identidade da instituição ferroviária. Essa documentação técnica, administrativa, jurídica e bibliográfica, após a realização dos trabalhos de conservação, restauração e processamento técnico deverá ser disponibilizada para consulta e podem constituir um centro de memória, de documentação, biblioteca, arquivo ou museu.

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens. (BELLOTO, 2006, p. 35)

A UNESCO afirma que biblioteca é uma coleção organizada de livros, impressos, revistas e outros materiais gráfico, audiovisuais, entre outros, com pessoal qualificado, com a finalidade de facilitar os serviços aos usuários, de acordo com as necessidades de informação, pesquisa e educação.

A IFLA – Federação Internacional das Associações de Bibliotecário e Bibliotecas – diz que “as bibliotecas proporcionam acesso à informação, às ideias e às obras da imaginação, servindo como portas de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura...” (IFLA, 2009)

De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Biblioteca é uma “coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão

“material manuscrito ou impresso”; “coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários.” Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação, que seriam qualificados como centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48)

A palavra *archives*, de origem grega é definida no Oxford English Dictionary como:
 a) “lugar onde são guardados os documentos públicos e outros documentos de importância;
 b) registro histórico ou documentos assim preservados.” (SCHELLENBERG, 2004, p.35).
 Rousseau e Couture (1994, p.284) definem arquivo “como conjunto de informações e não conjunto de documentos”. No entanto, a informação existe no momento em que são feitos registros em algum suporte. De acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Art. 2º:

Consideram-se arquivos, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos.

E ainda de acordo com Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27) arquivo,

É o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; instituição ou serviço que tem por finalidade, a custódia, o processamento técnico, a conservação e a acesso a documentos; instalações onde funcionam os arquivos; móvel destinado a guarda de documentos.

Segundo o Código de ética para museus do Conselho Internacional de Museus – ICOM (2004) o museu é: “[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu ambiente”.

O museu, como instituição documental, ao tentar contextualizar a informação deve ter o cuidado ao organizar as exposições museológicas evitando-se a “descontextualização, ao reproduzirem, sob a forma de cenário, contextos de mera aparência” (MENESES, 1999, p. 25). Essa iniciativa equivocada tem se mostrado presente nos atuais museus ferroviários. A tentativa de preservar a memória ferroviária dando a ideia de voltar ao passado, compondo uma cena que apenas “reforça aquilo que já estava a disposição da visão” (MENESES, 1999, p. 30), sem transmitir informação ou conhecimento sobre o tema.

O Centro de Documentação é uma entidade que mescla as entidades arquivos, museus e bibliotecas e que não possui uma metodologia específica para o tratamento do acervo, “reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana”. (TESSITORE, 2003. p.13 e 14)

O conceito de Centro de Documentação é divergente do conceito de arquivo pela natureza do seu grupamento, organizado a partir da concepção de coleção enquanto os arquivos têm caráter de unicidade e origem jurídica; outra distinção é o caráter institucional dos arquivos enquanto os centros de documentação são temáticos. No entanto, arquivos, bibliotecas e centros de documentação são compostos por documentos que contem informações. (SILVA, 1999, p. 89)

As instituições de guarda da cultura material devem ter como objetivo a progressão e o crescimento da produção intelectual no país, através da construção de equipamentos que recolham, selecionem, organizem através do processamento técnico, conservação curativa, preventiva e restauração, para posteriormente dar acesso e divulgação aos acervos, constituindo local seguro para o armazenamento da informação que servirá de referência para os estudos científicos e culturais, contemplando a produção acadêmica local, nacional e internacional.

Os Centros de Documentação no Brasil voltados para a preservação da memória surgiram na década de 1970, revelando novas formas de trabalho e estruturas organizacionais existentes, baseando-se na identificação, reunião e organização de fontes documentais, especialmente arquivísticas e bibliográficas. Havia um movimento no campo da documentação que procurava transformar as condições de desenvolvimento de estudos históricos no país, no âmbito do setor público e privado. (CAMARGO, 2003, p.23)

O CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV – Fundação Getúlio Vargas é citado por Camargo (2003, p.24) como pioneiro em “[...] reunir documentos e gerar fontes (como os depoimentos orais) para desenvolver os estudos históricos para o país.” A autora fala que nesse momento iniciava-se uma mudança no desenvolvimento das pesquisas, possibilitada por um “[...] conjunto de ações específicas de proteção e organização do patrimônio documental revelavam um intenso movimento em torno da questão cultural e da memória nacional[...].”(CAMARGO, 2003, p.24)

Inicia-se a partir de 1975, principalmente nas universidades, uma iniciativa de criação dos centros de documentação e pesquisa, memória e referência, incluindo-se também a nomenclatura “memorial”, que independentemente do nome adotado, foram implantados em diversas localidades do Brasil com a missão de reunir e dar acesso à informação especializada, dedicando-se também a preservação do patrimônio reunindo documentos e coleções de valor histórico. (CAMARGO, 2003, p. 29)

De acordo ainda com CAMARGO CR (2009), o Centro de Memória pode ser considerado um arquivo ampliado porque não trata apenas dos documentos produzidos e acumulados por uma empresa ou por uma instituição, incluem-se, por exemplo, os documentos de história oral, chamado por ela de documentos humanos. Os Centros de Memória trabalham com projetos de memória que são antes de tudo construção de memória, não resgatam memória; identificam conjuntos documentais; localizam e reúnem esses conjuntos para construir a memória. A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são o grande tripé da memória, eles são os depositários dessas fontes documentais.

Ainda segundo GOULART (2010) os Centros de Memória possuem documentos que ultrapassam os fundos funcionais; não substituem o arquivo institucional, porém geram uma memória paralela de fotos, cartas, eventos e demais atividades para além dos registros pessoais. Assim, se sobrepõe a ele, são locais de visibilidade, como uma sala de visita; não ficam mais escondidos, passam a fazer parte de uma boa educação institucional, como facilitador e transmissor do conhecimento. São apontados também como instrumento de gestão, auxiliando a instituição ou empresa no cumprimento de suas funções.

No Brasil inicia-se uma produção literária sobre Centro de Memória que o caracterizam como uma unidade de memória corporativa, organizacional e institucional que se apropria de elementos que já estavam identificados com os perfis tradicionais, como os documentos de valor probatório dos arquivos. Nos Centros de Memória essa função de

prova dos documentos deixou de existir, estando atrelada a função de conhecimento e instrução para a própria organização bem como para outras instituições, características das bibliotecas especializadas e museus. (CAMARGO, CR, 2009).

Os Centros de Memória são compostos por fragmentos documentais de uma instituição ou empresa, em função da valorização da memória. Reúnem documentos de diversas tipologias e formatos, características arquivísticas, bibliográficas e museológicas, de fontes múltiplas, acrescentando-se os documentos de memória oral, muito valorizado nesses Centros, como fonte de registro do capital intelectual das organizações. Além dessas características, os Centros de Memória tem finalidade de promover o acesso rápido e universal à informação.

Os Centros de Memória e Documentação representam dentro da organização um setor que tem a função de reunir, organizar e preservar documentos textuais, especiais – compostos por documentos originais, as fontes primárias -, demais documentos arquivísticos e bibliográficos, sobre um determinado tema, agrupados sob o critério de valor histórico, informativo, científico, cultural. Portanto, é uma unidade informacional especializada em determinado assunto, abrangendo também funções de apoio administrativo, da comunicação e como instrumento para tomada de decisão, extrapolando o universo da biblioteconomia, arquivologia e museologia. No entanto, tem como princípio básico preservar o patrimônio cultural bem como possibilitar o acesso a informação a pesquisadores e público interessado, de modo presencial ou remoto.

A escolha do Centro de Memória como entidade responsável pela guarda, manutenção, ampliação e divulgação dos acervos ferroviários deve-se ao fato de ter uma gama variada de documentos, do tema ferrovia se tratar de uma área bastante específica e principalmente, se apresentar como uma mistura dos papéis representados pelo arquivo, museu e biblioteca.

A organização do Centro de Memória tem como finalidade a preservação da memória ferroviária, após um longo período de indiferença demonstrada pelo governo e várias ações contrárias à manutenção dos centros de documentação e programas de preservação da ferrovia existentes durante o funcionamento da RFFSA. Após o combate incansável da sociedade civil organizada, o Governo Federal, através do Iphan, tenta restabelecer esses lugares de memória, que “antes de mais nada, são restos...”. “Museus, arquivos, cemitérios

e coleções, festas, aniversários, tratados, averbações, monumentos, santuários, associações, são remanescentes testemunhos de uma outra era, ilusões de eternidade”. (NORA, 1984 apud MENEZES, 1999, p. 23)

O Centro de Memória Ferroviária idealizado a partir da exigência da sociedade contemporânea organizada deverá ser executado pelo Iphan, cumprindo a legislação pertinente e de acordo com a missão da instituição. No entanto, tornam-se indispensável à participação das Universidades, instituições privadas, sociedade civil organizada, visando o funcionamento em rede de informações, possibilitando pesquisas e tomada de decisões administrativas, já que uma das características do centro de documentação é trabalhar com diversos instrumentos de pesquisa: catálogos, inventários, entre outros.

Para a formação do Centro de Memória Ferroviária deve-se ter, de forma explícita e bem determinada, a questão estratégica para a gestão do conhecimento especializado, sobre a ferrovia, a partir da identificação do público alvo e instituições de guarda e compartilhamento dos acervos. Somente deste modo, o Centro de Memória Ferroviária cumprirá sua missão.

3.5. Gestão da memória: a Conservação Preventiva como ferramenta da preservação

A partir dos interesses individuais ou coletivos que determinam a necessidade de selecionar, organizar, inventariar, classificar, catalogar, criar instrumentos de busca e pesquisa, os objetos precisam ser conservados. A escolha dos bens constitui-se numa tentativa de restabelecer um elo com o passado. Para a sua preservação os acervos precisam ser guardados de modo adequado sendo tomados os devidos cuidados para que as ações do tempo e as intervenções indevidas provocadas pela ação do homem não venham a acarretar maiores danos.

Para a seleção dos bens culturais seja pelo valor probatório, especialmente no caso dos documentos, por critérios de raridade, especialidade, excepcionalidade ou autenticidade, deve-se observar a necessidade de um planejamento de ações continuadas para a proteção e segurança desses bens, prevendo a organização física do espaço para a manutenção desses acervos para posterior exposição.

Uma condição diferenciada no caso da preservação dos acervos do patrimônio ferroviário, oriundos da extinta RFFSA, segundo a Lei n.º 11.483/2007, é a garantia do compartilhamento para o uso ferroviário, caso o bem seja classificado como operacional, cabendo ao Iphan, SPU e DNIT tornar possível o acesso a esses bens, oferecendo informações técnicas, históricas, culturais e científicas sobre esses acervos para usufruto da sociedade e instituições sucessoras, concomitantemente. Essa condição de compartilhamento e uso de bens considerados pelo Iphan como de valor artístico histórico e cultural, faz com que mesmo um bem emanado de significados e com conotação simbólica para um determinado grupo, também seja objeto com possibilidade de uso para outro grupo. Neste caso, a utilidade, singularidade e autenticidade são vistos como critérios comuns para a preservação do patrimônio ferroviário.

Dentre as principais atribuições dessa instituição especializada, o Centro da Memória Ferroviária, deve ser prevista a conservação dos acervos, já que esses organismos são criados com a finalidade de permanência, perpassando governos e gestores, garantindo sua essência no transcorrer do tempo.

Ao preservar os bens ferroviários armazenados no Centro da Memória Ferroviária, constitui-se em espaço de resgate da identidade ferroviária, através da conservação e divulgação dos bens oriundos da época em que a ferrovia alcançou seu apogeu como meio de transporte, marcando de forma indelével a história e memória.

O tratamento documental no mundo contemporâneo demanda profissionais procedentes de diversas áreas de formação acadêmica e técnica, sendo esta multidisciplinaridade importante para um trabalho de elevado nível.

Os trabalhos de processamento técnico de acervos estão intrinsecamente ligados às ações de conservação preventiva, curativa e restauração. Sendo fundamental o controle do ambiente – luz, temperatura, umidade, ataques biológicos, o mobiliário para armazenamento, os materiais adequados para a forma de acondicionamento, a migração de suporte para possibilitar a preservação e o acesso.

A conservação dos bens culturais pode ser compreendida como o conjunto de esforços para prolongar o máximo a existência dos objetos a partir de intervenções conscientes e controladas no ambiente externo ao objeto, como também de intervenções diretas no objeto (SOUZA; ROSADO; FRONER, 2008, p. 3)

A conservação preventiva deve fazer parte do escopo do projeto de implantação do Centro da Memória Ferroviária, devendo deixar de ser encarada como custo e ocupar o lugar de investimento. Devem-se adotar medidas de conservação preventiva ao plano de construção ou restauração, no caso de prédios com a proteção pelos órgãos de proteção do patrimônio histórico como o caso do Centro da Memória Ferroviária, que se encontra na área próxima ao entorno do tombamento pelo IEPHA, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa. As ações de conservação preventiva devem compreender o interior e exterior do prédio, projetos de iluminação especializados, controle ambiental apropriado, ações de segurança, mobiliário específico, treinamento dos funcionários e educação dos usuários. Tais medidas a médio e longo prazo gerarão redução de custos visto que as condições adequadas dos acervos evitarão medidas de emergência e o custo elevado com restaurações que poderão ser evitadas.

A restauração do prédio que abrigará o acervo do patrimônio ferroviário, espólio da extinta RFFSA, situado no município de Belo Horizonte, deverá prever o planejamento formulado por equipe multidisciplinar com a finalidade de definir critérios para a adaptação do prédio destinado à guarda de exposição de acervos.

De acordo com BECK (2000, p. 4) “um arquivo deve oferecer serviços e atividades para o público, possibilitar o trabalho técnico e administrativo e possuir áreas de depósitos reservadas, com condições climáticas e de segurança especial”, essas necessidades precisam ser apontadas por profissionais com formação em áreas do conhecimento destinadas ao processamento técnico, conservação, restauração e difusão.

Os variados tipos de acervos bem como as diferenças de suporte e características peculiares devem corresponder aos cuidados que deverão ser levados em consideração para a proposição de uma política de segurança a ser adotada pelo Centro de Memória Ferroviária.

A adoção de uma política de preservação do acervo institucional será reforçada através da elaboração de “[...] regimentos internos, cartas de intenções, os códigos éticos que conformam os princípios balizadores que norteiam as ações preservacionistas” (SOUZA; ROSADO; FRONER, 2008, p. 6). Estes procedimentos visam minimizar os problemas que vão

desde a ação do homem (manuseio, acondicionamento, armazenamento, intervenções inadequadas, furto, depredação), as variações de temperatura e umidade, infestação por fungos e insetos, desgaste natural pela ação do tempo ou suporte.

A implantação e manutenção do Centro da Memória Ferroviária, será custeado por verbas públicas; por esse motivo as decisões a serem tomadas precisam de um embasamento técnico científico, elaborado por profissionais qualificados, evitando-se dessa forma decisões equivocadas sobre a preservação dos acervos ferroviários. A elaboração de um Plano Diretor objetivando a preservação do acervo ferroviário torna-se essencial para o “[...] planejamento das ações de curto, médio e longo prazo; o estabelecimento de protocolos cotidianos ou eventuais; o cálculo de riscos e a consciência quanto às prioridades na aplicação de recursos.” (SOUZA; ROSADO; FRONER, 2008, p. 6)

Atualmente, várias instituições já desenvolvem trabalhos interdisciplinares, com a contribuição de profissionais de diversas áreas com a finalidade da preservação dos seus acervos tendo como um dos objetivos o fortalecimento da sua identidade institucional. Como por exemplo, O MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins que publicou em parceria com o Museu Villa-Lobos no ano de 2006 um guia sobre Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus. Aborda o documento questões sobre segurança das áreas internas e externas ao prédio, do acervo, das pessoas - funcionários e público externo. Trata da adoção de circuito interno de tv e alarmes, prevenção contra incêndio, plano de emergência, fiscalização e avaliação do programa de segurança. Contém ainda um glossário com a finalidade de aproximar o vocabulário utilizado pela arquivologia, biblioteconomia e museologia em função das metodologias de trabalho e conceitos das áreas, atingindo desta forma os diversos profissionais com formações distintas, envolvidos na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Para a elaboração do projeto foi realizado um questionário que teve como o objetivo conhecer as instituições bem como as condições de segurança de guarda dos seus acervos.

Uma das finalidades do Plano Diretor para o Centro da Memória Ferroviária é contribuir para ampliar a vida útil dos acervos colaborando para o acesso a pesquisas e exposições; dessa forma, as decisões devem ser tomadas levando-se em consideração os critérios definidos no Plano Diretor.

Para a construção do Plano Diretor para a preservação da Memória Ferroviária deverá constar a avaliação e definição das condições necessárias para a segurança física interna e externa do prédio, adequação das condições ambientais onde o acervo ferroviário está depositado, levando-se em consideração a iluminação, o *lay-out*, controle de poluentes e pragas.

No caso do prédio que abrigará o Centro da Memória Ferroviária o projeto de restauração deverá orientar-se pela menor interferência física possível por se encontrar no entorno do tombamento feito pelo IEPHA, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa; contudo, as intervenções devem minimizar os riscos de desastres ou emergências, bem como garantir o adequado acondicionamento do acervo. Para isto, arquitetos, engenheiros, bibliotecários, arquivistas, documentalistas, museólogos, restauradores, conservadores devem elaborar todo o projeto em conjunto, evitando-se projetos dispendiosos e que não atendam as necessidades de preservação dos acervos e dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Embora no geral os danos provocados ao acervo em decorrência da ação humana sejam considerados menos prejudiciais do que os decorrentes de fenômenos naturais - terremotos, tornados, inundações, furacões, temporais -, deve-se observar neste caso fatores como a proximidade a ruas e avenidas muito movimentadas, linhas férreas, área com elevados índices de violência urbana, profissionais despreparados e usuários não capacitados.

O projeto de restauração deverá contemplar desde adequada distribuição de tomadas e interruptores, em atendimento ao *layout* estabelecido, como também a previsão da carga de energia necessária a utilização dos equipamentos especiais propostos, incluindo-se equipamentos para as atividades destinadas ao tratamento emergencial dos acervos. É fundamental que seja disponibilizada, no caso de inundação, por exemplo, informação clara para o corpo técnico sobre a disposição do quadro de energia e provisionamento de energia de emergência.

A iluminação é uma questão a ser tratada com cuidado, ela pode causar conforto ou desconforto aos funcionários e usuários e sérios danos aos acervos, causando a deterioração aos materiais orgânicos, papéis e outros materiais. Na definição do projeto deve-se levar em

conta além da funcionalidade e estética, a necessidade da reposição das lâmpadas, o custo e facilidade de encontrá-las no mercado.

Durante a elaboração do projeto de restauração deverá ser observado se as instalações hidráulicas estão próximas à área de guarda, reserva técnica, processamento técnico, laboratório de conservação e restauração e almoxarifado, devendo prever também um sistema de impermeabilização adequado.

Para que um sistema de climatização seja eficiente deve-se compreender seu real significado, que é o de preservar o acervo e proporcionar conforto aos funcionários e usuários. Projetos mal elaborados que especificam equipamentos inadequados causarão maiores danos aos acervos decorrentes de oscilações indesejáveis, na umidade e na temperatura. A ausência de um sistema de monitoramento pode também colaborar para a ineficácia da climatização artificial ou natural. Cabe avaliar também a disponibilidade de recursos durante todo ano, visto ser fato comum em órgãos públicos, períodos de ausência orçamentária de recursos financeiros, ocasionando interrupção da manutenção do sistema. Na elaboração do projeto de implantação do Centro da Memória Ferroviária, a ventilação natural precisa ser especificada como meio de assegurar a saúde do pessoal e benéfico à preservação dos acervos móvel, imóvel e documental.

No tocante ao tratamento de acervos infestados, durante muito tempo, foi utilizado o método empregado na agricultura por especialistas em preservação na tentativa de tratar e evitar as infestações nos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos. Após a realização de pesquisas foi constatado que tais métodos possuíam um alto índice de toxicidade, sendo, portanto prejudiciais a saúde do homem, ao meio ambiente e aos acervos.

No Brasil, as mudanças nas recomendações de uso começaram a surgir a partir da década de 90, quando novos métodos passaram a ser divulgados. Além disto, verificava-se que os métodos tradicionais não eram tão eficazes e ainda colocavam a saúde das pessoas em risco, traziam problemas para os serviços e contaminavam o meio ambiente. (FLAESCHEN, 2009, p. 40)

A fumigação foi amplamente empregada no Brasil, utiliza substâncias tóxicas encontradas em fungicidas e bactericidas, substâncias nocivas à saúde dos conservadores, bibliotecários, documentalistas, arquivistas e pesquisadores. A experiência relatada com o uso de atmosfera anóxica deve ser utilizada como referência para o aparelhamento do

Centro. A opção por um método que não aplica produtos químicos, de fácil operação e custo acessível é fator decisivo para sua utilização.

A política de preservação de acervos documentais deve prever o controle de infestação através do diagnóstico do estado de conservação e o uso e o manuseio adequado dos acervos é ainda a melhor forma de identificar os tipos de degradação provocados por infestações, ação do tempo, suportes físicos dos documentos e condições ambientais. A escolha do método de desinfestação por anóxia apresenta vantagens que vão desde a fácil execução, não oferecer riscos a saúde dos profissionais conservadores envolvidos na execução da técnica bem como dos profissionais que farão o processamento técnico do acervo documental e aos usuários que farão as pesquisas.

Considerando a experiência relatada, o acondicionamento e armazenamento adequados tem como função a conservação preventiva do acervo documental e devem fazer parte das medidas de preservação contidas no Plano Diretor.

O armazenamento inadequado tem efeito direto sobre a vida útil dos materiais. A guarda sem cuidado ou a superlotação de espaços resultam rapidamente em danos às coleções. As embalagens de má qualidade igualmente aceleram a deterioração dos materiais, quando o objetivo seria protegê-los. (BECK, 2001, p.7).

O uso de materiais adequados para a confecção dos mais diversificados tipos de invólucros, de acordo com o estado de conservação do documento, a frequência do seu acesso, devem ser levados em consideração. Além do suporte, papel muito ácido, brochura, encadernações em couro, tecido e fotografias.

Os invólucros devem ser confeccionados em papel alcalino, livres de ácido, sendo atualmente facilmente encontrado no mercado, em diversas gramaturas, proporcionando melhores condições para a produção de invólucros, tais como caixas, envelopes e *folders*. Outro material apropriado a armazenagem de documentos é o filme de poliéster, por ser transparente, ter ph neutro e inerte, possuir alta durabilidade e proteção UV e possibilidade de realizar a marcação de vincos e selagem, facilitando a produção de *folders* em diversos tamanhos para o encapsulamento dos documentos textuais e especiais – plantas arquitetônicas, mapas, fotografias, negativos-, jaquetas para proteção de livros e demais documentos encadernados.

Após a realização do acondicionamento adequado o armazenamento é fundamental a continuidade das ações de preservação. Caso contrário, pode-se perder todo o trabalho e investimento empreendido com as ações de acondicionamento. Os arquivos e estantes devem ser preferencialmente em metal, caso não seja possível, utilizar madeira tratada. Os modelos deslizantes têm a vantagem de ocuparem menos espaço, possibilitar a melhor organização dos acervos e podem ser confeccionados de acordo com as dimensões dos suportes documentais e o volume do acervo. Os arquivos deslizantes são encontrados nos modelos fechados e abertos devendo ser adquiridos de acordo com as diretrizes previstas no projeto (fig. 37, 38, 39 e 40). No caso do Centro de Memória da Ferrovia, já foram adquiridos alguns armários, os quais se mostraram eficientes e devem ser modelo para projetos futuros.

Figura 37 – Modelo de arquivo deslizante aberto. (Arquivo Histórico de São João del Rei –IPHAN/MG)



Fonte: CARMO, Mônica Elisque. 2010

Figura 38 – Modelo de arquivo deslizante aberto



Fonte: CARMO, Mônica Elisque. 2010

Figura 39 – Modelo de Arquivo deslizante fechado. CDI/IPHAN-MG.



Fonte: CARMO, Mônica Elisque. 2009

Figura 40 – Modelo de mapoteca feita sob medida.CDI/IPHAN-MG



Fonte: CARMO, Mônica Elisque. 2010

As ações de acondicionamento e armazenamento têm também como finalidade prolongar a vida útil dos documentos e evitar ou minimizar as intervenções possíveis no futuro, já que a restauração exige investimento de recursos financeiros e humanos mais elevados. Após o processo de recuperação dos acervos arquivísticos e bibliográficos visando à proteção memória ferroviária, faz-se necessário à continuação das diretrizes para preservação já implantadas e a normatização para o acesso e difusão desses acervos, pois a finalidade da preservação é socializar as informações, tornando-as acessíveis ao maior número possível de consulentes.

A implantação de uma política de preservação de acervos deve estar sempre presente na mente dos gestores visando à continuidade dos trabalhos de conservação preventiva e curativa, através do monitoramento e diagnóstico, educação do usuário, a normatização para acesso e difusão desses acervos, cumprindo dessa forma a missão do Centro da Memória Ferroviária.

4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Acesso, preservação e educação em torno do patrimônio cultural são essenciais para a evolução das pessoas e sua cultura

IFLA

As primeiras ideias referentes à proteção ao patrimônio surgiram na França no final século XVIII e ainda no início do século XX a influência teórica desse país exercia forte predomínio nas artes e ciências, em todo o mundo, incluindo elementos do campo da biblioteconomia, a museologia e a arquivologia como instrumentos importantes para a preservação e o patrimônio. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, surgem os primeiros cursos que possuíam interface com o patrimônio cultural: biblioteconomia, arquivologia e museologia, que também estão fundamentados nas matrizes francesas. (SÁ, 2013, p.32)

No Brasil, nas últimas décadas, o tema patrimônio cultural tem sido objeto de debates, estudos e pesquisas versando sobre a melhor forma da sua preservação, deslocando-se do modelo francês de preservação, cuja atuação é concentrada no Estado, passando a ter maior participação da sociedade civil organizada que começa a identificar e reclamar seu patrimônio. Essas ações de preservação do patrimônio com a participação da sociedade exigem uma nova postura dos órgãos de preservação diante da “seleção do patrimônio histórico, artístico e cultural”. A noção de identidade nacional foi substituída pelos valores locais, com uma nova visão sobre os bens e sua utilização.

No entanto, para que realmente ocorra à preservação do patrimônio cultural, faz-se necessário a organização e a gestão das informações referentes aos acervos móveis, imóveis, integrados, documentais, arqueológicos. A decisão sobre um sistema automatizado para o cadastro, manutenção, acesso e compartilhamento das informações é a ferramenta de suma importância para a identificação, o conhecimento e a gestão desses bens.

A Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia vêm desenvolvendo estudos e pesquisas sobre a organização e gestão do patrimônio histórico procurando a padronização

universal para descrição desses acervos empregando as tecnologias de informação e comunicação.

A biblioteca, o arquivo, o museu, o centro de documentação e centro de memória são responsáveis pela guarda, processamento técnico, acesso e divulgação dos registros do conhecimento em diversificados tipos de suportes e formatos, visto no capítulo anterior.

4.1. Organização, preservação, compartilhamento, difusão e acesso da documentação ferroviária

A Biblioteca, durante muito tempo, teve sua utilização restrita a determinadas classes sociais, prevalecendo a mentalidade de se preservar o livro restringindo o seu acesso, como ocorria nos mosteiros e nas bibliotecas particulares de príncipes, nobres e cortesãos. Apesar dessa mentalidade ainda ser comum nos dias atuais, pois muitas instituições públicas e privadas restringem o acesso e uso dos livros e documentos, verifica-se que, essa cultura vem se transformando desde meados do século XIX.

Até o meio do século XX a concepção das bibliotecas era acumular e armazenar o conhecimento e seu uso era minimizado a uma classe bastante restrita da sociedade. As bibliotecas não tinham a finalidade de difundir e dar acesso ao conhecimento para toda população.

Pode-se considerar um marco na história das bibliotecas, acesso e uso da informação, os estudos sobre organização da informação e do conhecimento feito pelo pensador indiano, filósofo, matemático e bibliotecário Ranganathan (1892-1972). Em seu livro “As Cinco Leis da Biblioteconomia”, publicado pela primeira vez em 1963, em que estabelece o seguinte pensamento: os livros são para usar; a cada leitor seu livro; a cada livro seu leitor; poupe o tempo do leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento.

Essas leis parecem declarações simples, e até ingênuas, mas apresentam profundidade de significado e conteúdo, pois nelas é proposta uma completa filosofia para a biblioteconomia, sendo ainda considerada declarações fundamentais para as metas que os serviços de informação deveriam buscar a alcançar.(NAVES, 2006, p.43)

Ranganathan (1892-1972) criou novo paradigma para a Biblioteconomia influenciando estudos de especialistas de vários países naquela época e continua sendo utilizado até os dias atuais. Após a publicação das As Cinco Leis da Biblioteconomia, a concepção que existia anteriormente “os livros existem para serem preservados” foi substituída pelo paradigma “os livros existem para serem usados” – Ranganathan questionava qual seria a finalidade da preservação? Se a cada geração o livro continuava a ser mantido trancafiado em armário com portas, argumentava também sobre a localização dos livros nas estantes e o mobiliário, que impediam o acesso do leitor aos livros, o horário de funcionamento e corpo técnico. (RANGANATHAN, 2009)

A segunda lei dilata o conceito “os livros são para os poucos eleitos”, que existia desde que os livros eram escritos, por “a cada leitor o seu livro” sendo compreendidas como “os livros são para todos” fazendo surgir a necessidade de se criar novas bibliotecas, pressupondo o “conceito de educação para todos” (RANGANATHAN, 2009, p. 51), a partir da seleção de materiais. “Embora as bibliotecas existam desde tempos imemoriais, só as origens do ‘movimento por bibliotecas’ é que estão na memória de nossos avós”. (RANGANATHAN, 2009, p. 94). Reforça também a ideia do acesso ao livro a um maior número de pessoas ao invés de atingir a um público bastante restrito.

Se a primeira lei provocava a abertura das bibliotecas, a segunda criava a demanda de novas bibliotecas e a terceira lei, “a cada livro seu leitor”, traduz-se em “sistema de livre acesso, permitindo ao leitor andar a vontade entre os livros e pegar qualquer um deles conforme seu agrado”. Dando um novo sentido à biblioteca, transformando-a em um ambiente fechado para outro de “livre acesso”. (RANGANATHAN, 2009, p. 189).

A quarta lei da biblioteconomia “poupe o tempo do leitor” surge em consequência do cumprimento das três primeiras leis propõe que seja observado o comportamento do leitor desde a sua entrada até a saída da biblioteca (RANGANATHAN, 2009, p. 211). Esta lei mostra a necessidade da constante evolução e aprimoramento na administração das bibliotecas e serviços prestados.

A quinta lei “a biblioteca é um organismo em crescimento” mostra que a biblioteca é “um organismo em crescimento absorve matéria nova, elimina matéria antiga, muda de tamanho e assume novas aparências e formas”. (RANGANATHAN, 2009, p 241). Esse

crescimento poderá ser rápido, eficaz e contínuo ou lento e desordenado, de acordo com o seu uso pelos usuários, o acervo e a existência de pessoal qualificado em seu corpo técnico.

Mas, o princípio fundamental da biblioteca – que prevaleceu ao longo de todas as etapas de sua evolução, é comum a todas as suas diferentes formas e perdurará como sua característica peculiar para todo o sempre – é ser um instrumento de educação universal que reúne e difunde livremente todos os recursos de ensino e dissemina o conhecimento com a ajuda delas. (RANGANATHAN, 2009. p.263)

Apesar das “Cinco Leis da Biblioteconomia” ter sido escrita por Ranganathan (1892-1972), em meados do século XX, seus preceitos continuam sendo discutidos e ansiados pelos profissionais da informação. Quais seriam os melhores modos de organizar, preservar, dar acesso, difundir e compartilhar as informações depositadas numa unidade de informação; seja uma biblioteca, um arquivo, um museu, um centro de documentação e um centro de memória?

Essas leis são consideradas, por muitos autores e interpretada na literatura internacional, como atuais e flexíveis o suficiente para embasar diretrizes de novos padrões de crescimento e de desenvolvimento da informação. Tem sido discutida a atualidade dessas cinco leis, o desenvolvimento dos conceitos filosófico e práticos que ela contém desde a sua concepção até a atualidade. (NAVES, 2006, p.43). “No contexto de “informação”, Ranganathan trata também conhecimento e informação, algumas vezes como sinônimos” (NAVES, 2006 p. 40)

Neste momento de reflexão da pesquisa, a intenção não é descrever a evolução das bibliotecas de modo isolado, mas mostrar o desenvolvimento dos conceitos de organização, preservação, divulgação e acesso à informação. Diversificados fatores colaboraram para essa mudança de comportamento que vão desde a abertura dos espaços anteriormente fechados darem acesso a um público externo, a concepção de biblioteca pública, o desenvolvimento do hábito da leitura entre os povos ocidentais e mais recentemente o uso das tecnologias da informação e comunicação. A discussão na atualidade sobre a organização da informação tem sido reforçada pela mudança do paradigma sobre a guarda e armazenamento da informação para a divulgação e acesso à informação, na área da ciência da informação. No entanto, ainda não há consenso entre os estudiosos da área sobre a expressão “organização

da informação” e “organização do conhecimento”. Embora estudos desenvolvidos e publicados, mostrem o amadurecimento desses conceitos. (NAVES, 2006).

Conhecimento e informação são termos difíceis de conceituação devido à amplitude semântica e às diversas perspectivas de análise, domínios e concepções de cada área, como já foi problematizado por vários autores, dentre eles Brookes (1980), Wilson (2002), Le Coadic (2004) e (Zins). (LIMA; ALVARES, 2012, p.23).

Os conceitos sobre dado, informação e conhecimento precisam ser analisados em conjunto visando facilitar o entendimento e a relação entre eles, dado pode ser definido como “representação convencional, codificada, de uma informação em forma que permita submetê-la a processamento eletrônico” (LE COADIC, 2004, p.8) e informação é o “um conhecimento inscrito (registrado) em forma de escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual em um suporte [...] e conhecimento depende de como vemos, como qualificamos as coisas no mundo e em nós mesmos” (LE COADIC, 2004, p.4). Para que a informação seja convertida em conhecimento dependerá de aspectos relacionados à cultura, valores e compreensão sobre determinado assunto que determinado indivíduo possui.

Davenport e Prusak, (1998, p. 18) descrevem no quadro abaixo dado, informação e conhecimento. Os autores dão maior ênfase a “informação” por ser um termo que “envolve os três, além de servir como conexão entre os dados brutos e o conhecimento que se pode eventualmente obter”. (DAVENPORT; PRUSAK, 1998. p.18)

Quadro 2 – Dado, informação, conhecimento

| Dados, Informação, Conhecimento | | |
|---|--|--|
| Dados | Informação | Conhecimento |
| Simple observações sobre o estado do mundo | Dados dotados de relevância e propósito | Informação valiosa da mente humana Inclui reflexão, síntese, contexto |
| Facilmente estruturado Facilmente obtido por máquinas Frequentemente quantificável Facilmente transferível | Requer unidade de análise Exige consenso em relação ao significado Exige necessariamente a mediação humana | De difícil estruturação De difícil captura em máquinas Frequentemente tácito De difícil transferência |

Fonte: Davenport e Prusak (1998, p. 18)

Para este estudo será empregado o conceito de dado, informação e conhecimento, dos autores Davenport e Prusak (1998). Sendo compreendida a informação como a reunião e a análise dos dados produzidos pela RFFSA no cumprimento de suas funções através da descrição e arranjo dos acervos feitos por bibliotecários, arquivistas e museólogos e demais profissionais da informação, cuja finalidade primordial da organização da informação é a recuperação de dados sobre objetos informacionais, registrados em diversos suportes, documentação textual – impressa, manuscrita, datilografada e documentação especial – imagens, mapas, plantas arquitetônicas, desenhos.

Desde o final do século XIX vivemos a denominada “Era da Informação”, onde o capital intelectual é a maior riqueza das organizações e para manutenção e uso das informações o emprego das tecnologias da informação é primordial para a elaboração de estratégias. (MARTINS et al, 2003). Atualmente, considera-se que vivemos a “Sociedade do Conhecimento” (CABRAL, 2014) como grande mudança do século XIX até a atualidade. Essa nova sociedade necessita de uma melhor condição de controle, armazenamento e acesso mais ágil das informações, tanto para fins de obter conhecimento como para a tomada de decisões nas diversas instâncias da gestão tanto econômica quanto política, possibilitado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação. Segundo Castells (1999, p.67) “entre as tecnologias da informação, incluo, como todos, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/radiofusão, e optoeletrônica”.

O avanço tecnológico ocorrido a partir do século XX caminhou junto com a valorização da informação como recurso estratégico para as empresas públicas e privadas. Apesar da oferta de recursos tecnológicos ter aumentado exponencialmente, a escolha por um sistema de recuperação de informações ainda é um desafio. Muitas escolhas nem sempre atingem ao objetivo almejado ou somente conseguem alcança-lo por um tempo determinado.

De acordo com Ferneda (2012, p. 9), o termo recuperação da informação foi criado na metade do século XX, e alguns modelos de recuperação da informação concebidos nos anos 1960 e 1970 e aperfeiçoados em 1980, criados no âmbito da especialidade denominada “informação técnica ou científica”, ou informação especializada. Contudo as principais ideias

permanecem presente na maioria dos sistemas de recuperação atuais e mecanismos de busca Web.

Um modelo de recuperação de informação é a especificação formal de três elementos: a representação dos documentos, a representação da necessidade de informação por meio de uma expressão de busca e como estes dois elementos serão comparados, a função de busca. A eficiência de um sistema de recuperação da informação está diretamente ligada ao modelo que ele utiliza, influenciando diretamente em seu modo de operação. (FERNEDA, 2012, p. 20)

A escolha por um determinado sistema de recuperação da informação deve levar em consideração o volume do acervo, público alvo estimado, necessidade de acesso remoto ou somente presencial, corpo técnico qualificado, capacidade da instituição em acompanhar a atualização do sistema, capacidade de armazenamento e possibilidade de migração de dados e informações.

Os sistemas de recuperação da informação poderão cumprir sua função somente após as ações de conservação curativa e preventiva dos acervos, organização e processamento técnico dos documentos, armazenamento do material e diálogo com o usuário para entendimento das suas necessidades, além de ter conhecimento vasto sobre o acervo e a instituição produtora dos dados e informações, terem sido alcançados.

O processamento técnico compreende a descrição física (características físicas) e temática dos documentos (descrição do conteúdo). Para a realização da representação descritiva dos documentos existem normas, códigos e regras com a finalidade da padronização e normatização do processo de catalogação. Essa ação tem como meta a extração de termos para a produção de índices, catálogos e ainda criar subsídios para a elaboração de vocabulário controlado ou thesaurus. O trabalho de processamento técnico de acervos, hoje requer, necessariamente, em vista da globalização comercial e técnica a adoção de procedimentos internacionais. A finalidade desses procedimentos é o intercâmbio de dados. Por isso, faz-se necessário a adoção de normas internacionais para a realização da catalogação.

A formação do Centro da Memória Ferroviária ao realizar a organização do acervo documental deve prever além da conservação, restauração e processamento técnico do

acervo, o uso das tecnologias de informação como ferramenta para preservação, acesso e difusão das informações referentes à memória da ferrovia.

A definição de políticas e diretrizes para Centro de Memória da Ferrovia referente a adoção das tecnologias da informação deverá considerar que:

A avaliação de recursos informacionais não se limita apenas à análise dos acervos, mas inclui também as informações disponibilizadas por meio de banco de dados locais, bem como aquelas acessíveis por redes locais ou pela internet. (ALMEIDA, 2005, p. 80)

Após as atividades de organização dos acervos documentais que visam à proteção da memória cultural ferroviária, faz-se necessário a continuação do cumprimento de políticas de preservação e acesso desses acervos, cuja finalidade é socializar as informações, tornando-as acessíveis ao maior número de pessoas possível.

Aspectos como precisão na recuperação da informação, facilidade e rapidez ao acesso, ambiente amigável, disponibilidade da consulta local e remota, possibilidade de compartilhamento de arquivos através da utilização da internet, custo de implantação e manutenção e capacitação de pessoal, precisam ser considerados nas escolhas para o investimento das tecnologias da informação.

As bases de dados não podem deixar de ser mencionadas quando se estudam os recursos informacionais de determinada unidade de informação. Essas bases de dados podem referir-se ao acervo de uma biblioteca ou serviço de informação, ou constituir bases referenciais, que remetem a outros acervos ou apenas indicam a existência do documento. (ALMEIDA, 2005, p. 81)

Num período curto de tempo, passamos da necessidade de se obter uma base de dados para atender a uma demanda pontual à necessidade de se pensar num sistema automatizado, como uma plataforma de gestão de acervos, com a função de gerenciamento e de compartilhamento das informações.

A ideia de um sistema automatizado está essencialmente vinculada à adoção de normas e padrões internacionais para o processamento técnico dos acervos, caso contrário, as informações não serão compartilhadas “engessando” o sistema, que poderá apenas ser considerada uma base de dados.

A estruturação do projeto de implementação do Centro da Memória Ferroviária deverá prever o uso das tecnologias da informação em concordância com a sua missão, objetivando a seleção de hardware e software, infraestrutura de rede, estrutura de back-up, equipamentos adequados, capacitação dos funcionários e demais envolvidos, tais como instituições que compartilharão os dados e as informações, visando o estabelecimento de uma política sólida para gestão de T.I. atendendo a determinação da preservação expressa na Lei nº 11.483/07 em específico no Art. 9º § 1º “caso o bem seja classificado como operacional, o Iphan deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário” .

O objetivo da organização e manutenção do Centro de Memória Ferroviária cumprirá sua função quando políticas de tecnologias da informação forem implantadas visando além da preservação, promoção ao acesso remoto, a difusão, compartilhamento das informações em rede a serem utilizadas pelas instituições na tomada de decisões e pesquisadores interessados no patrimônio cultural ferroviário.

O uso das tecnologias da informação contribui na preservação dos documentos originais que apresentam um estado degradado por evitar o manuseio, através da digitalização e reprodução que deverá ser feita com equipamentos que garantam a integridade do suporte.

Para a obtenção do sucesso na formação do Centro de Memória Ferroviária a utilização das tecnologias de informação e comunicação deverá integrar a missão da Instituição, não podendo ser vista como custo elevado, mas como investimento a ser empregado na sua implantação bem como manutenção, atualização e possível ampliação.

Anteriormente a escolha do sistema automatizado que será utilizado para o acesso e o compartilhamento das informações será necessária à realização da organização e descrição dos acervos de acordo com as normas empregadas pela biblioteconomia, arquivologia e museologia.

4.2. Processamento técnico do acervo: desenvolvimento de normas e regras

4.2.1. Na Biblioteconomia

A Biblioteconomia baseia-se em normas e regras consolidadas em âmbito universal através da utilização de instrumentos destinados a classificação documentária. Os principais instrumentos empregados na classificação de documentos bibliográficos são os CDD - Classificação Decimal de Dewey, CDU – Classificação Decimal Universal, Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, amplamente utilizadas no Brasil e a Lista ou Tabela de Cutter. “Os bibliotecários empregam a palavra *classificação* para designar sistemas de classificação ou símbolos de classificação (descritores codificados).” O sistema de classificação pode ser feito através do método dedutivo, parte do assunto geral e o subdivide, ou pelo método indutivo parte do conhecimento dos fenômenos e os agrupa sucessivamente em classes maiores. (PIEDADE, 1983, p. 30).

O CDD criado em 1876 por Melvil Dewey (1851-1931) utiliza apenas números decimais para classificação, atualmente encontra-se na 23ª revisão e a empresa OCLC – Online Computer Library Center que adquiriu a marca detém os direitos autorais referentes ao Código Decimal de Dewey. O CDU foi desenvolvido no final do século XIX, por Paul Otlet (1869-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943) combina os números básicos do CDD, acrescidos de sinais tais como: dois pontos, parênteses, vírgula, entre outros. Embora o CDD seja utilizado com frequência e tenha passado por um maior número de revisões, é considerado um sistema inferior ao CDU. Tanto o CDD quanto o CDU são sistemas internacionais de classificação de documentos, publicados em diversos idiomas, incluindo o espanhol e o inglês, idiomas universais. O IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia edita a versão portuguesa desde 1997, por intermédio do British Standards Institute, responsável pela geração do sistema.

A Classificação da Biblioteca do Congresso Americano, desenvolvida posteriormente é utilizada com menor frequência. No entanto, constitui uma fonte importante para importação de dados.

A lista ou tabela de Cutter, criada em 1880, por Charles Ammir Cutter (1837-1903), é uma tabela de códigos que é empregada para indicar a autoria de uma determinada obra,

composta por meio da utilização de todas as letras do alfabeto e números. Encontra-se disponível via internet, com acesso livre e gratuito.

O CDD ou o CDU correspondem a primeira linha do endereço do livro em uma biblioteca, a Lista ou Tabela de Cutter são utilizadas para representar a segunda linha do número de chamada em exemplar.

A Biblioteconomia tem como um dos seus objetivos a guarda, o processamento técnico do acervo e a recuperação e o acesso às informações, tendo

A catalogação, como mecanismo essencial para a padronização e descrição das informações, é construída a partir de regras que ofereçam o máximo de padronização e minimizem as interpretações individuais, procurando garantir a unicidade do item informacional representado e, ao mesmo tempo, sua universalidade.(CORRÊA, 2008, p. 22)

Em meados do século XV com o aperfeiçoamento da imprensa por Gutemberg (1398 - 1468), os catálogos deixam de serem listas ou índices bibliográficos e ocupou o lugar de importantes fontes de consultas e pesquisas, como meio de acesso a informação.

Os catálogos são instrumentos técnicos resultantes da catalogação por meio da “linguagem de descrição bibliográfica, que só poderá ser um bom instrumento de comunicação à medida que for normalizado”. (BARBOSA, 1978, p. 30)

Segundo MEY (1995, p. 10) os catálogos devem ter:

flexibilidade, que permite inserção de representações de novos itens; exclusão de representação de itens descartados ou perdidos e mudanças nas representações, quando necessário;

facilidade de manuseio, que significa, além da facilidade para ser manuseado propriamente, ter boa sinalização – no caso de catálogos manuais, interna e externa; estar em local visível e acessível e apresentar instruções de uso;

portabilidade, que permite ser consultado fora da biblioteca, ou em diferentes locais da biblioteca;

compacidade, que significa ocupar pouco espaço.

Contudo, os catálogos, sejam manuais ou automatizados, nem sempre cumprem na integra todas essas funções, pois dependem do tipo de biblioteca, dos recursos humanos e financeiros que dispõe e principalmente a discussão sobre normas e padrões internacionais

que serão empregados possibilitando o compartilhamento e acesso as informações a partir das necessidades dos usuários.

A catalogação foi beneficiada pelas tecnologias da informação e comunicação, sua prática e conceitos foram também atualizados com a finalidade de facilitar a divulgação e o acesso através do uso da internet. Se anteriormente, a catalogação era feita em fichas, mais tarde em banco de dados, depois em base de dados, hoje os sistemas automatizados revolucionaram o modo de comunicação e divulgação de informações nas unidades de guarda de acervos. A “catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização” (MEY, 1995, p. 38). No entanto, a partir da utilização dos sistemas automatizados, a preocupação com a necessidade de pesquisa do usuário passa a ser fator preponderante para o desenvolvimento das normas internacionais de catalogação.

Uma das conquistas no âmbito da catalogação foi o Código de Catalogação Anglo Americano – CCAA2 ou AACR2 (sigla em inglês), uma compilação de regras para criação de descrição bibliográfica utilizada para instituir e conferir pontos de acesso (cabeçalhos) representando entidades coletivas, pessoas, localizações geográficas títulos uniformes, remissivas, com a finalidade de uniformizar as entradas para obras num catálogo. Trata-se de um padrão traduzido para vários idiomas e aceito internacionalmente. A primeira edição brasileira do código foi feita em 1969, com adaptações e a segunda foi publicada em 1978, contendo dois volumes. A importância ao AACR2 para a biblioteconomia é a amplitude para o tratamento de descrição de materiais especializados. O modelo é gerenciado pelo comitê internacional *JSC – Joint Steering Committee for Revision AACR*, Comitê Conjunto Permanente para Revisão das Regras Anglo Americanas de Catalogação, compreendido pela *Library of Congress, American Library Association, Canadian Committee Cataloguing e Australian Committee on Cataloguin*.

Após estudos e discussões no âmbito da Biblioteconomia, empregou-se o Código de Catalogação, AACR2r, tornando-se o mais utilizado e aceito no mundo. Na realidade, o AACR foi concebido a partir de um modelo de catálogo de fichas adaptado para ser utilizado num ambiente digital.

Em 1969 nasce o MARC 21 – Machine Readable Cataloging “idealizado para servir de condutor de informações bibliográficas sobre diversos suportes, desde material textual impresso ou manuscrito, arquivo de computador, mapas, música, recurso contínuo, material

visual e material misto” (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010, p. 4), fruto de uma busca por uma padronização internacional de uma linguagem comum que possibilitasse “às bibliotecas o reconhecimento dos registros de maneira correta e confiável, ou seja, a catalogação cooperativa”, que teve início em 1961, com a realização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação e a aprovação da Declaração de Princípios, que subsidiou a elaboração de códigos de catálogo no mundo. (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010, p. 3). O MARC foi criado para ser utilizado por todo o tipo de material e por diferentes sistemas automatizados. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 77). A discussão sobre o formato MARC no Brasil teve início em 1972, quando Alice Príncipe Barbosa apresentou o projeto CALCO – Catalogação Legível por Computador da FGV – Fundação Getúlio Vargas, que posteriormente passou a se chamar Bibliodata/CALCO e depois Rede Bibliodata. (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010, p. 4).

A partir da necessidade de aprimorar o AACR2, foi desenvolvido e com previsão para publicação em 2009, o *RDA – Resource Description and Access*, descrição e acesso de recursos, elaborado pelo Joint Steering Committee for Development for RDA, da IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions (Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias). (CORRÊA, 2008, p. 11). Essa ferramenta *on-line* com base na *Web* - RDA - foi lançada em julho de 2010.

As principais características do padrão *RDA* são possuir diretrizes de ampla aceitação, não se fixando em regras rígidas e atenção centrada em atender a necessidade da informação do usuário, a partir do sua utilização na geração de registros bibliográficos que possuam dados relevantes para o usuário. O grande diferenciado do *RDA* é “[...] um esquema criado para viabilizar, de modo eficiente, a construção de formas de representação para satisfação dos usuários da informação.” (CORRÊA, 2008, p. 22)

Também foi criado o ISDB(G) – *International Standards Bibliographic Description* - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (Geral), cuja finalidade era considerar os diversificados documentos que compõem os acervos das bibliotecas – livros, revistas, mapas, partituras, gravações de áudio, entre outros.

As ISBDs constituem ferramentas de gestão muito valiosas para as bibliotecas, fornecendo especificações básicas para uma catalogação descritiva compatível à nível mundial, que facilite o intercâmbio

internacional de registros bibliográficos entre agências bibliográficas nacionais e internacionais. (GASPAR, 2003, p.6).

Os estudos sobre as ISBDs iniciaram-se em Paris, no ano de 1961, durante a Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, momento em que foram apresentados os problemas gerais da catalogação decorrentes do CBU – Controle Básico Universal, programa desenvolvido pela IFLA, com o intuito de criar um sistema universal que possibilitasse a troca e o controle da informação e continuaram nos anos de 1969, 1971, 1973, 1975, 1977, 1978. Nos anos 1990 houve a revisão das ISBDs e a nomeação para um grupo de estudos sobre Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – *FRBR* – *Functional Requirements for Bibliographic Records*. (GASPAR, 2003, p.6), que tem como finalidade

[...] estabelecer conceitos novos incluindo metadados (visando a facilitar a inclusão e navegação dos dados no meio digital) que, futuramente, darão origem ao novo Código Internacional de Catalogação, cujo objetivo principal será a satisfação do usuário. (CORRÊA, 2008, p. 40).

O *FRBR* possibilita uma catalogação de modo mais compreensível tanto para organização quanto para a recuperação da informação e atinge resultados de busca mais refinados pelos usuários.

[...] pesquisa-se apenas uma única vez para encontrar todos os materiais relacionados, mesmo que estes materiais estejam catalogados em diferentes idiomas, ou com diferentes cabeçalhos de assunto. (CORRÊA, 2008, p. 41)

Pode-se observar que a preocupação dos estudos vai além da padronização da catalogação para a descrição do acervo, o usuário passa a desempenhar um novo papel nesse cenário, a preocupação com a recuperação da informação por um público comum passa ser também o foco dos estudos.

As ISBDs foram desenvolvidas de acordo com o de material ou suporte para atender a um anseio de se conseguir a padronização das informações “em qualquer idioma e geração de catálogos coletivos com qualidade, tornando-o possível a concretização do controle bibliográfico, projeto almejado desde a Antiguidade.”. (CORRÊA, 2008, p. 30):

- a) ISBD(A): International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian), para monografias anteriores a 1801;
- b) ISBD(CF): International Standard Bibliographic Description for Computer Files, para recursos eletrônicos alterados para ISBD(ER) em 1995;
- c) ISBD(CM): International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials, para materiais cartográficos;
- d) ISBD(CR): International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources, para recursos contínuos, inclusive periódicos;
- e) ISBD(ER): International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources, para recursos eletrônicos;
- f) ISBD(G): General International Standard Bibliographic Description, contem as Regras gerais aplicáveis a todas as outras ISBD;
- g) ISBD(M): International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications, para monografias;
- h) ISBD(NBM): International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials, para materiais não livros, conceituados como os materiais visuais em duas dimensões;
- i) ISBD(PM): International Standard Bibliographic Description for Printed Music, para partituras;
- j) ISBD(S): International Standard Bibliographic Description for Serials, alterado para ISBD(CR). (CORRÊA, 2008, p. 30)

A finalidade dessas normas e códigos de catalogação é indispensável para a obtenção de um modelo de descrição das informações nos diversos suportes de modo padronizado e universal do acervo, assegurando a unicidade do item documental e ao mesmo tempo funcionando como uma linguagem única entre as unidades de documentação em todo o mundo.

Torna-se essencial, portanto, a existência de padrões que possibilitem uma interpretação uniforme e universal, em qualquer idioma e em qualquer tipo de unidade de informação, por catalogadores e usuários nos mais diversos ambientes informacionais. (CORRÊA, p.20)

A catalogação descritiva é uma das atividades inerentes a Biblioteconomia cuja finalidade primordial é tornar disponível o acesso à informação a um maior número de pessoas possível. Nos encontros promovidos pela IFLA as discussões têm evoluído para a construção de um Código de Catalogação Universal que minimize as diversas formas utilizadas para catalogar acervos bibliográficos em todo o mundo.

4.2.2. Na Museologia

A documentação museológica é composta por: aquisição (coleta, doação, legado, empréstimo, compra e permuta); arrolamento; registro ou inventário; classificação; catalogação; pesquisa. Em alguns aspectos, muito semelhante à Biblioteconomia, cuja entrada do acervo numa biblioteca ocorre através de seleção, aquisição (doação, compra e permuta), registro, inventário, classificação, catalogação, indexação, divulgação e disponibilização para pesquisa através de empréstimo ou consulta local.

No entanto, na Museologia a descrição física dos objetos é mais complexa do que nas áreas da Biblioteconomia e Arquivologia, já que trata da “[...] riqueza das informações de que são portadores os objetos criados pelo homem, aos quais requerem dos museus o desenvolvimento de sistemas de documentação igualmente complexos.” (FERREZ, 1991, p.1), fazendo com que cada item tenha uma história individual, mesmo tratando-se de objetos idênticos.

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada item dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação da informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (FERREZ, 1991, p.1).

A Museologia pode apropriar-se das normas utilizadas pela Biblioteconomia para registro, descrição e catalogação do acervo. A realização do inventário tanto na Biblioteconomia quanto na Museologia são etapas que antecedem as atividades de descrição física e catalogação do acervo.

Pelo fato da documentação museológica ser mais complexa, talvez tenha sido durante muito tempo tratada de forma empírica e de acordo com a necessidade pontual do pessoal ou da instituição envolvidos no processamento técnico dos acervos dos museus. Embora haja a necessidade de empregar normas e técnicas buscando padronização que permita o compartilhamento das informações em rede, deve-se tomar cuidado para que não ocorra a perda da identidade dos acervos em função da construção de campos descritores muito genéricos e que não individualizam o item no acervo – função do inventário.

A documentação de acervos museológicos é procedimento essencial dentro de um museu, representando o conjunto de informações sobre objetos por meio da palavra (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica). Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação de informação capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, o que exige a aplicação de conceitos e técnicas próprios, além de algumas convenções, visando a padronização de conteúdos e linguagens. (CÂNDIDO, 2006 p. 34)

O processo de documentação museológica inicia-se com a entrada dos objetos no museu e a busca de informações sobre o objeto através de pesquisa bibliográfica e documental. (FERREZ, 1991, p .2).

Contudo, a Museologia possui uma característica, além do controle, que a aproxima da Conservação e Restauração, a necessidade da conservação das coleções, que é realizado por meio da documentação. A necessidade de registrar a procedência, o estado de conservação e intervenções realizadas colabora para a construção das instruções museológicas normalizadas e a uniformidade dos trabalhos de descrição dos bens. De acordo com Mensch (1987 apud FERREZ, 1991, p.2) as categorias de informação a serem identificadas a partir dos próprios objetos ou de outras fontes, distingue de três aspectos básicos:

- 1) Propriedades físicas dos objetos – (Descrição Física)
 - a. composição material
 - b. construção técnica
 - c. morfologia, subdivida em:
 - forma espacial, dimensões
 - estrutura da superfície
 - cor
 - padrões de cor, imagens
 - texto, se existente
- 2) Função e significado – (Interpretação)
 - a. significado principal
 - significado da função
 - significado expressivo – valor emocional
 - b. significado secundário
 - significado simbólico
 - significado metafísico
- 3) História
 - a. gênese – processo de criação no qual ideia e matéria se transforma num objeto
 - b. uso:
 - inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador (fabricante)

- reutilização
- c. deterioração (marcas do tempo)
 - fatores endógenos
 - fatores exógenos
- d. conservação, restauração

A Museologia necessita da descrição física dos objetos e da reconstituição da sua história, decorrentes da sua utilização, reparos, degradação, alteração de proprietário. Essas informações determinam a sua importância dentro de uma cultura; num contexto museológico ele perpetua sua existência fornecendo também informações a partir da realização de pesquisas e através de exposições, pode também perder parte da sua história quando restaurado ou perde suas características originais; a maioria das informações sobre um objeto são extrínsecas, tornando impossível de serem resgatadas, porque na maioria das vezes não há registros documentais, todos esse fatores tem como consequência a dificuldade ou impossibilidade de se obter um sistema de documentação eficiente na Museologia. (FERREZ, 1991, p.3)

A Museologia utiliza o inventário, também atividade intrínseca a Biblioteconomia, que consiste na atribuição de um número de registro sequencial a cada item bibliográfico, tornando-o único, sendo o primeiro registro do documento em uma biblioteca, com a principal finalidade o controle para fins administrativos e atribuição de valor do acervo bibliográfico. Na Museologia, o inventário é utilizado também para tornar o objeto único e registrar sua entrada no Museu, no entanto, alguns utilizam uma numeração tripartida, com diferentes significados, outras instituições adotam o sistema binário sequencial, mais simples. E ainda, alguns museus introduzem a sigla da instituição antes do número. “Embora a Museologia estabeleça algumas recomendações metodológicas para o registro dos objetos, não há uma norma oficial para isso. Assim, cada museu adota uma sistemática própria, segundo sua conveniência”. (CÂNDIDO, 2006 p. 38)

O código de registro deve ser feito também no próprio objeto. Segundo Camargo-Moro (1986 apud CÂNDIDO, 2006 p. 38) “a marcação dos objetos museológicos envolve critérios metodológicos bastante diferenciados, relacionados a sua natureza/espécie. Mas, principalmente, está submetido a critérios rigorosos da área de Conservação.” Na Biblioteconomia o número do registro tem a finalidade de possibilitar o controle através do inventário do acervo bibliográfico e o número de chamada, apostado na lombada do livro, é

feito após a classificação, utilizando os códigos escolhidos pela biblioteca, para localizar o livro no acervo.

Segundo FERREZ (1991, p.4) “os sistemas de documentação museológica, equivalem aos que em Biblioteconomia e Ciência da Informação recebem a denominação de “sistemas de recuperação da informação” e que em linhas gerais se define como”:

OBJETIVOS:

- conservar os itens da coleção
- maximizar o uso da informação contida nos itens
- maximizar o acesso aos itens

FUNÇÃO: estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, isto é, fazer com que estes, através de informações relevantes, transformem suas estruturas cognitivas ou os conjuntos de conhecimentos acumulados.

COMPONENTES: - Entradas: seleção e aquisição

- Organização e controle: - registro
- número de identificação/marcação
- armazenagem/localização
- classificação/catalogação
- indexação

SAÍDAS:

- recuperação
- disseminação

Embora haja semelhanças para a realização da descrição física tanto do item bibliográfico quanto do artefato museológico, há ainda, na museologia a necessidade de se obter informações mais complexas sobre produção, significado, utilização, reutilização do objeto, entre tantas outras. Necessitam ainda da realização de pesquisas documentais arquivísticas e bibliográficas para obtenção de informações sobre o objeto. Além disso, há a necessidade de dar continuidade aos registros documentais após a entrada do artefato no museu, devido à realização de mostras, exposições permanentes e temporárias, itinerantes e intervenções feitas por restaurações, por exemplo.

Na área da Ciência da Informação, os museus, devido à diversidade de seus acervos, requer uma maior amplitude dos campos descritores, de modo que possa atender as demandas informacionais dos itens da coleção, razão pela qual por isso não se encaixa nos sistemas de classificação tão definidos como os da Biblioteconomia e da Arquivologia.

Nos museus, cada peça do acervo é tratada unitariamente, mesmo que faça parte de uma coleção específica. Além disso, características peculiares a instituição museológica, como perfil do museu (Histórico, Arqueológico,

História Natural, Pedagógico, Antropológico, Artes, etc.) privilegia um tipo específico de informação, onde as leituras serão diferentes, assim como os valores que permeiam essas leituras. (YASSUDA, 2009, p.16)

Essa diversidade de características, informações, tipologias dos acervos museológicos tornam mais complexo a padronização dos dados para descrição dos objetos museológicos e conseqüentemente o compartilhamento das informações em rede.

A documentação museológica, sobretudo em museus históricos, é de fundamental importância para o conhecimento do acervo, sob pena do museu se tornar um mero depósito de objetos sem passado, sendo a documentação “[...] um instrumento essencial para todas as atividades do museu, inclusive administrativas.” (FERREZ, 1991, p.6). Essa documentação gerada extrapola a função de registro e controle do acervo; também é uma rica fonte de pesquisa científica.

A elaboração das fichas de descrição dos museus exige “um trabalho interdisciplinar de pesquisa e resgate de informações que contribuirão para a geração de conhecimento, e também para a preservação da memória social.” (YASSUDA, 2009, p. 17)

Outra etapa do processamento técnico do museu é a elaboração do instrumento de pesquisa denominado “Categorias de Acervo, compondo quadros parciais do acervo por diferentes categorias”. (CÂNDIDO, 2006 p. 41). A categoria do acervo normalmente é baseada na função do objeto. Como exemplo, CÂNDIDO (2006, p.41,42) cita dezesseis Categorias de Acervo do Museu Mineiro, identificadas durante o Projeto Inventário, em andamento no Museu: 1. Achados arqueológicos; 2. Armaria; 3. Arte Sacra; 4. Castigo e Penitência; 5. Comunicação; 6. Equipamentos Domésticos; 7. Esculturas; 8. Fragmentos de Construção; 9. História Natural; 10. Insígnias; 11. Mobiliário; 12. Objetos Cerimoniais; 13. Objetos Pecuniários; 14. Objetos Pessoais; 15. Pinacoteca; 16. Trabalho.

Quanto ao arranjo de acervo museológico deve ser decidido após a definição de critérios. “Grande parte dos museus brasileiros adotam o critério procedência como determinante no arranjo das coleções. Esse critério de organização permite recuperar a história de formação de um acervo”. Outro modelo de descrição de arranjo é feita através de tipologias específicas de acervo, cuja busca é feita por “conjuntos de objetos pertencentes à mesma classe funcional ou categoria”. (CÂNDIDO, 2006 p. 42)

Incluem no processo de documentação museológica, a pesquisa bibliográfica e arquivística que possibilitam o conhecimento dos objetos e acervos, servem como instrumento de consulta e fazem parte do Inventário. O registro fotográfico também faz parte do Inventário e funciona como informação iconográfica e ainda pode compor um banco de imagens para pesquisas e consultas. (CÂNDIDO, 2006 p. 43)

4.2.3. CIDOC

Na Europa o ICOM - INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, Conselho Internacional de Museus, criado na França em 1946 e sediado em Paris, instituição não governamental vinculado a UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura é composto por membros de diversas áreas; é a maior instituição internacional que trata de temas voltados para a museologia, cujos membros se reúnem em assembleias para discussões. É formado por cento e dezesseis Comitês Nacionais e trinta Comitês Internacionais além de Organizações Regionais. No Brasil, o ICOM foi fundado em 1948.

Entre os Comitês Internacionais do ICOM, existe um grupo denominado CIDOC, criado em 1950, composto por profissionais de diversas áreas, bibliotecários, especialistas em informação para elaboração de um conjunto de recomendações referentes à prática de registro, documentação e implantação de sistemas automatizados em museus. Não são normas, trata-se de orientações pormenorizadas para a descrição do objeto.

De acordo com CABRAL (2014) o comitê CIDOC/ICOM tem desenvolvido um trabalho que tem como finalidade discutir e disponibilizar informações sobre a documentação de acervos museológicos, cuja finalidade é a criação de normas e recomendações mínimas que devem constar no registro dos objetos referente à coleção dos museus. Esses dados referem-se a: nome da instituição; número do inventário; palavra-chave do objeto; breve descrição e/ou título; método de aquisição e acesso; origem (pessoa/instituição) da aquisição/acesso; data de aquisição/acesso; local de permanência. Podendo ser ainda acrescentados várias informações de acordo com a necessidade específica de cada museu, tais como: material/técnica; mensurações; número da fotografia; valor; produção (artista/data), entre muitas outras. Contudo, CABRAL (2014) aponta uma

desvantagem, “não permite a inclusão e registro de qualquer tipo de medida; nem a inserção de medidas específicas de partes do que está sendo registrado; não possibilita alteração dos dados porque não mantém histórico dos registros.” Esclarece ainda a importância das medidas para o tratamento e gestão do patrimônio, no caso de empréstimos, exposição, restauro, entre outras. E ressalta a ausência de padronização para as medidas: tipo de medida (altura, largura, densidade, profundidade); parte descrita (borda, asa, moldura); unidade de medida (milímetro, centímetro, metro); notas; etc. E pergunta se é possível registrar tantas medidas necessárias para todos os tipos de objetos? São registradas de forma linear, volume, etc.? No caso dos objetos sofrerem alterações e consequentemente as medidas também, como seria feita o registro dessas medidas? Existe uma unidade de medida comum? A possibilidade de divergência do resultado gerado pela falta de padronização mostra que não há clareza nas áreas de museologia e conservação/restauração sobre determinadas denominações de campos, que consequentemente acarretarão em informações imprecisas e duvidosas.

Se por um lado uma ficha extensa com campos muito diversificados pode acarretar em ações morosas para descrição do acervo museológico, uma ficha enxuta e padronizada poderá impossibilitar a identificação e a individualização do objeto.

Mais recentemente, foi elaborado o CIDOC/CRM – Modelo de Referência Conceitual com a intenção de padronizar no âmbito internacional a documentação de museus.

Em 1996, o Internacional Committee for Documentation (CIDOC) do Internacional Council of Museums (ICOM) começou a elaborar um modelo conceitual para a descrição de objetos museológicos. O Conceptual Reference Model (CRM), inicialmente voltado para museus, veio a ser concebido como um modelo de referência que pudesse servir ao desejo mais amplo de tornar possível o acesso integrado ao patrimônio cultural, abrangendo o acesso a arquivo, biblioteca e museu. Nesse sentido foi formado em 2003 o Internacional Working Group on FRBR/CIDOC CRM Harmonisation. (GUEGUEN et al, 2013, p.109)

O CIDOC/CRM é um Modelo Conceitual de Referência, composto por um grupo de trabalho que foi formado há mais de dez anos, que tem por finalidade “fornecer definições e uma estrutura formal para descrever os conceitos e relações implícitas e explícitas utilizados na documentação referente ao patrimônio cultural e se destina a promover uma

compreensão compartilhada de informações sobre patrimônio cultural”. (CIDOC/CRM, 2014).

De acordo com CABRAL (2014) o CIDOC/CRM “é um modelo conceitual que destaca como uma ontologia formal com a finalidade de possibilitar a mediação e o intercâmbio de informação do patrimônio cultural heterogêneo”, para isso conta com a participação de diversas instituições como a IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e a ISO – Organização Internacional de Padronização. Em 2006 se tornou padrão oficial ISO 21127:2006, que estabelece diretrizes para a troca e integração de informações sobre documentação científica entre instituições de patrimônio cultural.

Nos museus da Europa é comum a utilização de normas e padrões, por isso a atuação do CIDOC/ICOM tem auxiliados as instituições museológicas quando necessitam dos serviços de documentação e informatização dos seus acervos. Contudo, no nosso país, de acordo com as informações prestadas por BOTALO (2008 apud YASSUADA, 2009, p.26), membro do CIDOC/ICOM no Brasil, ainda

[...] é um comitê pequeno e pouco expressivo no que diz respeito à influência que poderia ter nos procedimentos de documentação museológica. Isso se deve, em parte, a uma importância demasiada atribuída a outras áreas aplicadas da museologia (expografia e ação educativa, sobretudo).

Na museologia pesquisadores e estudiosos tem buscado a estruturação das informações constante na documentação dos museus com apoio das tecnologias atuais que ao mesmo tempo favorecem a troca e o compartilhamento de informações também cobram a concretização de tais meios de comunicação.

Outros organismos internacionais também estão buscando soluções para a padronização e controle da documentação museológica, tais como a Associação para Documentação dos Museus no Reino Unido, criou um sistema de gestão documental para os britânicos, o SPECTRUM – Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums. França, Itália, Alemanha e Canadá, também criaram normas, catálogos, bases de dados, redes de informação, contendo legislação, registro, controle, empréstimo, entre outras providências referentes ao patrimônio cultural.

4.2.4. Na Arquivologia

No âmbito da arquivologia os estudos para o desenvolvimento da padronização das normas para a descrição de documentos arquivísticos a nível internacional, é recente, e teve início aproximadamente em 2000, com a finalidade de se obter um modelo conceitual que agregue as normas de descrição existentes e estabelecidas pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, que são ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística; ISSAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias; ISDF – Norma Internacional para Descrição de Funções; ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico vem evoluindo desde 1989, quando o CIA incorporou o desenvolvimento de normas como parte de sua missão. Embora a ideia inicial dos arquivistas reunidos em Ottawa, em 1988, era usar “[...] uma única descrição para descrever um fundo arquivístico, começando com a descrição mais geral e, em crescente especificidade, as partes do fundo, as partes das partes, e assim por diante.” Essa função é cumprida pela ISAD(G) nas duas edições. (GUEGUEN et al, 2013, p. 103). As outras quatro normas foram criadas como forma de complementar a ISAD(G).

A ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística tem como finalidade “estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para sua criação” e tem como objetivo “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”. “As regras contidas nesta norma não dão orientação para descrição de documentos especiais, tais como selos, registros sonoros ou mapas”. (CIA, 2000, p. 1)

A ISSAR (CPF) Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, “dá diretivas para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrição de entidades (coletivas, pessoas e famílias) relacionadas a produção e manutenção de arquivos” (CIA, 2004 , p.11). Essa demarcação do controle de autoridade para a descrição do documento foi baseada nos “sistemas de autoridades relacionadas” utilizadas como ponto de acesso nos catálogos de fichas de bibliotecas no início de 1980. (GUEGUEN et al, 2013, p.103).

Os registros de autoridades arquivísticas referem-se aos produtores dos documentos, a importância da informação contida nesses documentos e o contexto em que os documentos foram produzidos.

Os registros de autoridade arquivísticas podem ser utilizados para: a) descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família, como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico; e ou b) controlar a criação e o uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas; c) documentar relações entre diferentes produtores de documentos e entre essas entidades e os documentos que produziram e/ou outros recursos sobre ou produzidos por essas mesmas entidades. (CIA, 2004, p.11)

É importante que esse tipo de informação sobre entidade coletiva, pessoa ou família permaneça em destaque, pois permite

[...] a associação de descrições de produtores de documentos e informação contextual a descrições de documentos de mesmo(s) produtor(es), que podem ser mantidos por mais de uma instituição, e a descrições de outros recursos como materiais de bibliotecas e de museus que se relacionam à entidade em questão. (CIA, 2004, p. 11)

Essa característica da ISSAR (CPF) entre outras funções possibilita o compartilhamento de informações entre instituições de documentação detentoras de partes de acervos de um mesmo fundo arquivístico ou que produzam ou acumulam documentos sobre o mesmo tema, como é o caso específico do estudo aqui realizado sobre o patrimônio ferroviário, cuja documentação pode ser compartilhada por prefeituras municipais, governos estaduais e órgãos federais sucessores da RFFSA, como Iphan, DNIT e SPU, beneficiando também a pesquisa pelas instituições de ensino. O acervo documental ferroviário foi fragmentado pela ausência de uma política de recolhimento, transferência ou continuidade das ações de preservação dos Centros de Documentação da RFFSA. E ainda pela iniciativa de algumas prefeituras em cuidar do patrimônio ferroviário abandonado em muitos municípios. Essas ações contribuíram para o desmembramento do acervo.

A ISDF - Norma Internacional para Descrição de Funções resultou do reconhecimento da importância das funções no contexto da produção e manutenção documental das organizações. O termo função também é utilizado para incluir “[...] qualquer uma das subdivisões de uma função, tais como subfunção, procedimento operacional,

atividade, tarefa, transação, ou outro termo de uso internacional, nacional ou local.”. (CIA, 2008, p.11). A ISDF propicia diretrizes para a descrição das funções nas entidades coletivas que produzem e mantêm arquivos.

Suas funções são apropriadas para servir como: - uma base para o arranjo, classificação e descrição de documentos; - uma base para avaliação de documentos; - uma ferramenta para a recuperação e análise de documentos. [...]. Descrições de funções e atividades podem ser usadas:- para descrever funções como unidades num sistema de descrição arquivístico;- para controlar a criação e o uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas;- para documentar relações entre diferentes funções e entre essas funções e as entidades coletivas que as exerceram e os documentos que geraram. (CIA, 2008, p.11)

A intenção é que a ISDF seja utilizada em conjunto com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF), resultando menor repetição das informações e possibilitando uma estrutura de sistema de descrição arquivística mais maleável (CIA, 2008, p. 11)

A ISDIAH – Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico tem como objetivo “facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral.”. (CIA, 2009, p.11). Esta norma compreende a todas as instituições que detenham a guarda e que permitam o acesso aos documentos, tais como bibliotecas, museus, empresas, famílias e indivíduos que possuam documentos sob sua custódia.

A ISDIAH apresenta regras gerais para a normalização de descrições de instituições de acervos arquivísticos, chancelando:

[...] o fornecimento de orientação prática na identificação e contato com instituições com acervos arquivísticos e no acesso ao acervo e aos serviços disponíveis; - a elaboração de diretórios de instituições com acervo arquivístico e/ou listas de autoridades; - o estabelecimento de conexões com listas de autoridades de bibliotecas e museus e/ou o desenvolvimento de diretórios comuns de instituições de patrimônio cultural nos níveis regional, nacional e internacional; e – a produção de estatísticas de instituições com acervo arquivístico, nos níveis regional, nacional ou internacional. Estas descrições podem ser usadas: a) para descrever instituições como unidades em um sistema de descrição arquivística; b) para funcionar como um ponto de acesso normalizado para instituições com acervo arquivístico em um diretório, sistema de informação arquivística ou rede e/ou; c) para documentar relações entre instituições e entre essas entidades e os arquivos por elas custodiados. (CIA, 2009, p. 11)

A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH é um instrumento facilitador para mapeamento e identificação de instituições custodiadoras de acervos documentais, como bibliotecas, arquivos e museus, colaborando para o compartilhamento de informação e também a associação de sistemas entre instituições que possuam acervos cujas informações se complementem podendo funcionar numa rede de informações.

Apesar de essas quatro Normas existirem elas não são adotadas regularmente pelas instituições custodiadoras de arquivos, como centros de documentação e museus, por exemplo. Essa ausência da adoção das normas impossibilita a descrição arquivística consolidada e de modo claro que permita a recuperação, troca e compartilhamento de informações sobre os acervos num mesmo sistema de informação

Infelizmente, das quatro normas, apenas a ISAD(G) tem sido amplamente aceita e usada no desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística. Isto se deve em grande parte ao fato da ISAD(G) refletir a prática descritiva tradicional e ainda predominante de usar uma descrição voltada unicamente para o documento baseada na proveniência e incluindo todas as variadas facetas da descrição. (GUEGUEN et al, 2013, p.101)

A perspectiva para a descrição arquivística do CIA – Conselho Internacional de Arquivos foi a criação do Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) no final de 2012, formado por vinte e um membros, oriundos da comunidade profissional internacional com expertise em descrição arquivística e norma. O GEDA ficou incumbido do congraçamento das quatro normas arquivísticas em vigor do CIA, ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH, fundamentada num modelo conceitual de descrição arquivística. A medida que os trabalhos sejam desenvolvidos serão apresentados a comunidade para apresentação de comentários, com a finalidade de que a norma internacional possa efetivamente servir a todas as culturas, idiomas e sistemas de escrita. Apesar do objetivo inicial seja o modelo conceitual arquivístico, serão consultados os modelos conceituais de bibliotecas e museus, cujos modelos conceituais internacionais normalizados, encontram-se em estado mais adiantados e por terem em comum as práticas descritivas referentes ao patrimônio cultural. A consulta aos museus e bibliotecas colaborará para uma base consistente para integração entre as áreas, que em alguns momentos se contrapõe, mas em outros se sobrepõem,

facilitando maior abrangência ao acesso. O prazo final para apresentação desse trabalho será em 2016. (GUEGUEN et al, 2013, p.113 e 114)

O quadro abaixo, elaborado por quatro membros do GEDA – Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística, criado pelo CIA – Conselho Internacional de Arquivos descreve o recente período de desenvolvimento das normas constituídas através da participação dos arquivistas na elaboração e revisão das mesmas e consultas a instituições envolvidas com trabalhos de descrição arquivística.

Quadro 3– Dados sobre desenvolvimento, edição e publicação das Normas.

| NORMA | EDIÇÃO | DATAS DE DESENVOLVIMENTO | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--------------------------|--------|--------------------------|--------------------|
| Declaração de Princípios | | (1988) 1989-1992 | 1992 |
| ISAD(G) | 1ª | 1990-1993 | 1994 |
| ISAAR (CPF) | 1ª | 1993-1995 | 1996 |
| ISAD(G) | 2ª | 1996-2000 | 1999 |
| ISAAR (CPF) | 2ª | 2000-2004 | 2004 |
| ISDF | 1ª | 2005-2007 | 2007 |
| ISDIAH | 1ª | 2005-2008 | 2008 |

Fonte: (GUEGUEN et al, 2013, p. 102)

No entanto, a área ainda carece de um modelo conceitual, que trate de modo abrangente e exatidão os conceitos do cabedal da arquivologia, voltados especificamente para as necessidades dos arquivistas, como no caso do FRBR – Study Group on Funcional Requirements for Bibliographic Records da IFLA – Internacional Federation of Library Associations que desenvolveu no período de 1992 a 1995 um modelo conceitual de descrição bibliográfica para a Biblioteconomia. (GUEGUEN et al, 2013, p.109).

A modelagem conceitual é uma técnica formal para representar os principais conceitos e as relações entre eles em um dado domínio do conhecimento. Como diferentes métodos de representação de dados surgiram (por exemplo, base de dados, marcação de tecnologias gráficas) foram desenvolvidos métodos específicos para modelagem dos dados a serem representados e explorados nos sistemas (GUEGUEN et al, 2013, p.108).

As atividades de descrição bibliográficas, arquivísticas e museológicas compreendem em identificar conceitos, gerenciar informações, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar e promover a divulgação e o acesso.

Para o gerenciamento das informações é imprescindível que se tenha as informações organizadas, definido os instrumentos de normatização para descrição do acervo e posteriormente escolher o sistema de gerenciamento da informação, baseado nas necessidades da(s) instituição(ões) e dos usuários.

Esta pesquisa não tem por finalidade analisar rigorosamente todas as normas e padrões nem escolha de *softwares* que podem ser utilizados para estruturar um sistema automatizado para gerenciamento de um Centro de Documentação. Mas, destacar a evolução dos estudos e pesquisas a nível mundial que vem sendo desenvolvidos nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia para a padronização da catalogação dos acervos, dando ênfase o compartilhamento das informações e as necessidades dos usuários, bem como a importância da participação dos técnicos envolvidos na produção e organização da unidade de documentação na escolha do sistema automatizado mais adequado, levando-se em consideração as mudanças ocorridas nos últimos tempos em consequências do desenvolvimento das TIC's.

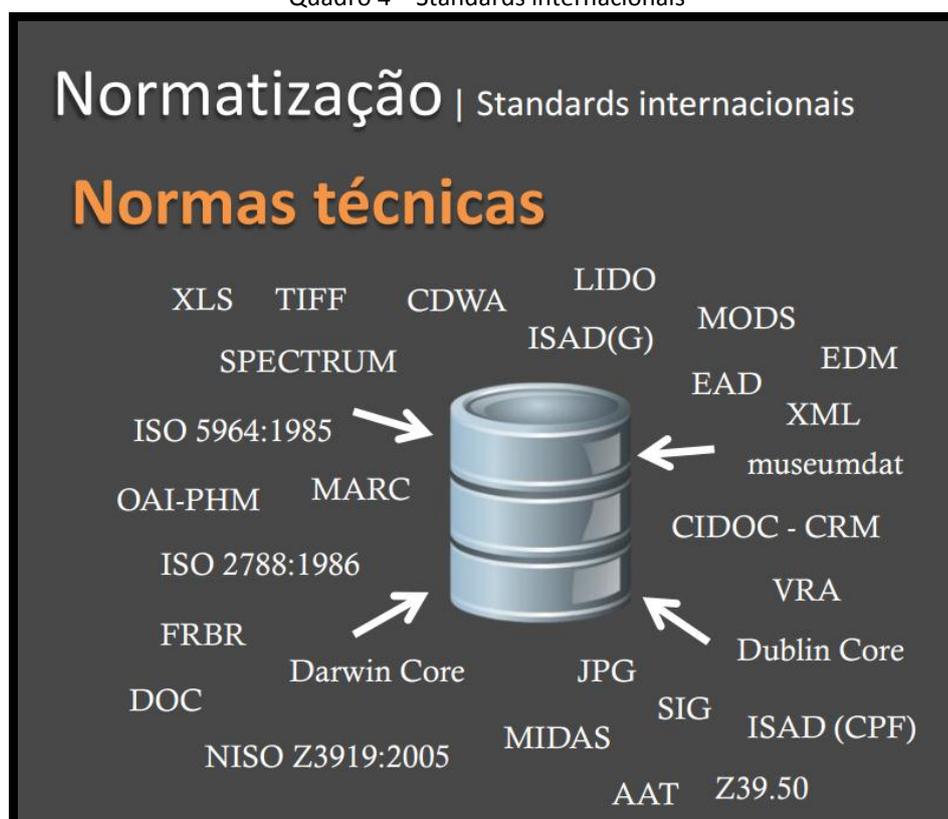
Cabe aqui apresentar relato de recentes encontros, eventos e trabalhos que vem contribuindo para a atualização dessas áreas embasando a fundamentação da presente dissertação. Tal procedimento objetiva mostrar a importância da construção dos sistemas automatizados baseados nas experiências e adoção de padrões internacionais.

Essas iniciativas têm colaborado para que diversas instituições trabalhem em conjunto para a elaboração de vocabulário controlado e padronização internacional das normas descritoras. No entanto, alguns problemas precisam ser sanados. Na Biblioteconomia as regras e normas descritoras encontram-se em estágio bastante desenvolvido possibilitando a padronização internacional, na Arquivologia

[...] suas práticas descritivas são menos normalizadas que as das outras comunidades, problemas com a complexidade geral de suas práticas descritivas (sendo a hierarquia e as listas ordenadas um desafio particular), e a falta de uma estrutura conceitual clara e abrangente para a descrição arquivística. (GUEGUEN et al., 2013, p. 108)

Apesar de a Arquivologia ter conseguido avanços no desenvolvimento e utilização das ISAD(G) para a padronização da descrição arquivística, faz-se necessário o emprego dessas normas pelas instituições detentoras de acervos documentais objetivando a eficácia da comunicação em rede entre instituições.

Quadro 4 – Standards internacionais



4.3. Vocabulário controlado e tesouros

A utilização de linguagem natural para a indexação de conteúdo de itens pertencentes aos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, inviabiliza o funcionamento de qualquer sistema automatizado para organização, controle e recuperação da informação. O uso de vocabulários controlados e tesouros ao possibilitarem a padronização da descrição de um determinado item, tornam viável a recuperação da informação sobre o mesmo. Os estudos para construção de um tesouro abrangem diversos campos do conhecimento, sendo, portanto, multidisciplinar. O uso do tesouro surgiu a partir

da necessidade da recuperação da informação, constituindo uma ferramenta indispensável para a organização das informações nas instituições. Não existe um tesouro para cada área e alguns podem ser utilizados para vários assuntos. O emprego do tesouro é feito após a análise do documento e identificação do conteúdo, de acordo com a política da instituição para indexação de acervos.

De acordo com o Dicionário Biblioteconomia e Arquivologia, o tesouro é um

1. “Vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um ramo específico de conhecimento” (AUR).
2. Lista estruturada de termos associados empregada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento de modo conciso e com a especificidade necessária, na etapa de entrada em sistemas de informação e também na etapa de recuperação posterior. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 362)

Os tesouros foram empregados primeiramente “na indexação do conteúdo temático dos documentos textuais e bibliográficos, em centros de pesquisa e bibliotecas, visando ao atendimento da demanda de pesquisa da sociedade” (Iphan, 2006, pag. 9). No Brasil, a publicação considerada referência para a museologia, “Thesouros para Acervos Museológicos”, publicado em 1987, pela Fundação Nacional pró-Memória/MINC/SPHAN, desenvolvidos por Maria Helena Bianchini e Helena Dodd Ferrez para utilização no Museu Histórico Nacional com a finalidade de prover as necessidades da utilização de um controle de vocabulário e também de um sistema de classificação. Esta publicação tem sido adaptada para utilização nos museus do país. Ressalta-se que se trata de uma publicação esgotada e não existe formato digital para disponibilização o que facilitaria sua utilização. Segundo as autoras, o thesaurus é um instrumento dinâmico, por isso, são necessárias revisões e atualizações periódicas, procedimento comum em todos os sistemas de documentação. (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 16).

Um thesaurus é um vocabulário controlado que possui conceitos e termos reunidos através de pesquisa e análise de documentos e acervos. Seus conceitos são instituídos de forma clara e sem ambiguidade, relacionados entre si a partir de estudos de uma estrutura conceitual da área.” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 15)

O uso da linguagem controlada para a padronização da documentação que trata dos acervos museológicos é possível através da utilização de tesouros que é um

Instrumento de controle da terminologia para designar os documentos/objetos, funcionando com um sistema internamente consistente de classificação e denominação de artefatos. Trata-se, portanto, de recurso metodológico fundamental para o processamento técnico de acervos museológicos. (CÂNDIDO, 2006 p. 38)

Este é um instrumento indispensável para a uniformidade e classificação dos termos e obtenção do sucesso na recuperação das informações num sistema automatizado. Ainda existem no Brasil, o Tesouro de Folclore e Cultura Popular, publicado em 2004 e disponível on-line e o Tesouro de Cultura Material dos Índios no Brasil, publicado em 2006, pelo Museu do Índio. Desde 2006 o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI e o Museu de Ciências da Universidade de Lisboa (MCUL) “uniram esforços para desenvolver um instrumento de controle terminológico que englobasse especificamente os Instrumentos Científicos”, o Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa, disponível na internet⁶. Além dessa ferramenta, há o “Thesaurus para Bens Móveis e Integrados”, desenvolvido pelo Iphan em 2006.

Após a definição dos campos de informação de um sistema automatizado de acordo com as normas existentes pertinentes é imprescindível a utilização terminologia controlada ou vocabulário controlado e até mesmo os “tesouros”, instrumentos mais elaborados para o controle do vocabulário, pois “na medida em que assegura sua consistência, impede que as informações relevantes sejam perdidas por que vários termos foram utilizados para designar uma mesma coisa.” (FERREZ, 1991, p. 7). O tesouro é um instrumento de vital importância para o uso do vocabulário controlado para indexação e recuperação da informação.

A existência dos tesouros é anterior à implantação de sistemas automatizados pelas instituições públicas no Brasil, sendo um dos motivos para alguns deles se encontrarem somente no formato impresso.

⁶ http://www.mast.br/projeto_thesaurus_de_acervos_cientificos_em_lingua_portuguesa.html

5. SISTEMAS AUTOMATIZADOS: CONSERVAÇÃO, COMPARTILHAMENTO, DIFUSÃO E ACESSO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado.

Manuel Castells

Na implantação do Centro da Memória Ferroviária, após a conclusão da organização do acervo documental, deverá ser estabelecido o modo pelo qual será feita a difusão, o acesso e o compartilhamento das informações.

Os avanços tecnológicos que vem ocorrendo desde o século XX foram simultâneos ao aumento da importância da informação como recurso estratégico nas instituições. No mundo atual, globalizado e competitivo, necessitamos da informação para desenvolvimento de atribuições profissionais; para o funcionamento de empresas; para subsidiar governos na elaboração e gestão de políticas públicas. No entanto, a busca por uma informação confiável ainda é uma empreitada desgastante e muitas vezes inatingível.

A Tecnologia de Informação nasceu com o uso dos computadores nas empresas e organizações. Antes do processo de mecanização do fluxo e tratamento das informações, elas eram produzidas em memorando, tratados na forma de planilhas e tabulações, datilografadas e distribuídas por meio de malotes (FOINA, 2001, p.14)

Nas instituições e empresas, as informações eram geradas e utilizadas por poucos e pelos próprios interessados, muitas vezes de modo informal e até mesmo verbal. Com o desenvolvimento e o crescimento das instituições no sistema capitalista e a demanda da otimização, controle e eficiência do tempo e dos serviços, ampliaram-se também o volume de informações produzidas e a necessidade de recuperá-las para auxiliar na tomada de decisões. No caso dos órgãos públicos, à exemplo da iniciativa privada, as instituições perceberam a importância e a necessidade de investir em equipamentos e programas que colaborassem na organização e disponibilização da informação para a elaboração, implantação, acompanhamento, organização e avaliação de políticas públicas, incluindo a área cultural. Há muito tempo, as decisões relativas à gestão da informação têm sido

tomadas de modo individualizado e isolado, gerando bases de dados não comunicáveis; em sistemas operacionais ineficientes ou por meio de protocolos com os campos gerados de uma forma autônoma, sem um princípio comum institucional. Nessas bases, nos quais se depositava muita informação, não havia retorno em relação a sua recuperação, comunicação ou acesso.

A partir da segunda metade de 1960 com os avanços tecnológicos ocorridos nos sistemas de comunicação e informação (TIC's), surgiram as redes de comunicação eletrônica, transformando os fluxos, o acesso e o compartilhamento das informações. Essas ferramentas e a nova postura dos profissionais da informação e público em geral, especialmente pesquisadores, diante das novas possibilidades, moldaram a atual base da Sociedade da Informação.

Não há dúvidas que o desenvolvimento das tecnologias de informação desempenhou papel importante para melhorar a qualidade do acesso à informação, como também expandiu as possibilidades de escolhas de equipamentos e programas computacionais, induzindo a uma facilidade a dispersão de escolhas. Contudo, o leque de ofertas – tanto e equipamentos quanto de programas e sistemas – exige um planejamento mais apurado em relação aos investimentos e manutenção adequados ao funcionamento dos serviços. *Open source; software* em nuvem ou físico; sistemas operacionais fechados que dependem de pagamentos regulares ou sistemas que demandam a terceirização de técnicos em sua implantação e manutenção são questões importantes que envolvem sempre uma matemática entre o ideal e o possível; a realidade orçamentária e a capacitação e envolvimento do pessoal interno. Aspectos como precisão na recuperação da informação; facilidade e rapidez ao acesso; ambiente amigável; disponibilidade de realização da consulta local e remota; possibilidade de compartilhamento de arquivos através da utilização da internet; custo de implantação e manutenção e capacitação de pessoal precisam ser considerados nas escolhas para o investimento das tecnologias da informação.

O projeto de implantação do Centro da Memória Ferroviária deverá prever o uso das tecnologias da informação em concordância com a sua missão, objetivando a seleção de hardware e software, infraestrutura de rede, estrutura de back-up, equipamentos adequados, capacitação dos funcionários e demais envolvidos. Neste caso em específico, as instituições que compartilharão os dados e as informações, visando o estabelecimento de

uma política sólida para gestão de T.I. atendendo ao disposto no Art. 9º § 1º “caso o bem seja classificado como operacional, o Iphan deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário”.

O objetivo da organização e manutenção do Centro de Memória Ferroviária cumprirá sua função quando políticas de tecnologias da informação forem implantadas visando além da preservação, promoção ao acesso remoto, a difusão, compartilhamento das informações em rede a serem utilizadas pelas instituições na tomada de decisões, bem como sejam utilizadas pelo público em geral e pesquisadores focados no patrimônio cultural ferroviário.

O uso das tecnologias da informação possibilita a preservação dos documentos originais que apresentam um estado degradado devendo evitar o manuseio, através da digitalização e reprodução que deverá ser feita com equipamentos que garantam a integridade do suporte.

Para a obtenção do sucesso na formação do Centro de Memória Ferroviária, a utilização das tecnologias de informação deverá estar integrada a missão da Instituição, não podendo ser vista como gasto, mas como investimento a ser empregada na sua implantação bem como manutenção, atualização e possível ampliação. Cabe ressaltar que este estudo de caso levanta uma série de questões a partir da experiência refletida, porém não tem por objetivo definir as ferramentas operacionais para a gestão do acervo sob a tutela da Superintendência Estadual do IPHAN em Minas Gerais.

5.1. Padronização da descrição de acervos: possibilidades e realizações

Conforme visto no capítulo anterior as bibliotecas se encontram em um estágio mais avançado referente ao processamento e normatização dos acervos, deste modo, estão conseqüentemente há mais tempo empregando regras e normas internacionais de catalogação. Essa situação coloca-as mais aptas a utilização de sistemas automatizados no mundo contemporâneo, proporcionando a divulgação, o acesso, a comunicação e o compartilhamento das informações dos seus acervos entre instituições e usuários.

A utilização do mesmo padrão universal para catalogação entre várias bibliotecas em diversos países permite a interoperabilidade, chamada pela área da tecnologia da informação como troca de informações e/ou dados através de computadores. Esse tipo de compartilhamento otimiza o trabalho desenvolvido pela biblioteca, minimizando custos com mão de obra e reduzindo o tempo gasto com esse tipo de trabalho. (YASSUDA, 2009, p. 50)

Os museus ainda encontram-se num processo voltado a preservação dos acervos sem terem alcançado uma padronização para documentação das suas coleções. No entanto, o avanço em relação à adoção de vocabulários controlados e tesouros é um aspecto favorável e imprescindível à estruturação de normas para possibilitar a busca das informações em um sistema automatizado, além de possibilitar a comunicação com outras instituições.

Em um sistema de documentação de museus a catalogação necessita de uma pesquisa apurada para se obter informações sobre determinado objeto, essa etapa é a que exige maior detalhamento das informações, podendo levar meses. (YASSUDA, 2009, p. 55). O que torna o trabalho mais moroso e aumenta a possibilidade de não se alcançar a padronização desejada para a adoção de sistemas automatizados eficientes.

Ratificando o explanado no capítulo anterior, nos arquivos, a documentação tem como característica a unicidade e de valor probatório; nesse tipo de instituição de memória, o emprego de padrões internacionais tem sido desenvolvido desde o ano de 2000 e ainda é pouco empregado no Brasil. Possui como base de referência algumas normas da Biblioteconomia.

O objetivo final na Biblioteconomia, na Arquivologia e Museologia é a comunicação com o usuário com a finalidade de gerar conhecimento. Esse objetivo amplia-se à medida que sejam utilizados sistemas automatizados de informação, superando os bancos de dados, que funcionavam como mero depósito de dados, sem recursos de busca com o mesmo nível que a entrada de dados; as bases de dados que recorriam aos mesmos problemas e, portanto eram também insuficientes para o compartilhamento de informações, atingindo-se o momento da adoção dos sistemas automatizados para armazenagem, busca difusão e compartilhamento dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

O uso das TIC'S - Tecnologias de Informação e Comunicação - possibilita a descrição dos acervos de forma mais ágil além de diminuir os investimentos com recursos humanos, ampliam o acesso e o compartilhamento possibilitando a elaboração de catálogos universais. Anteriormente a era das TIC's, o custo com a elaboração e distribuição de um catálogo impresso era bastante elevado e ainda havia a real possibilidade de estar defasado no momento da sua distribuição.

A busca por um sistema automatizado que possibilite a comunicação entre as diferentes áreas que integram as instituições de memória e pesquisa: Bibliotecas, Arquivos, Museus, Centros de Documentação e Centros de Memória composta por documentos em diversos suportes e formatos, com características peculiares, sem dúvida é o maior desejo dos pesquisadores e dos profissionais da Ciência da Informação.

As comunidades do patrimônio cultural, que durante longo tempo trabalharam muito isoladas uma das outras, cada uma perseguindo suas próprias práticas descritivas e desenvolvendo sistemas baseados nessas práticas, estão agora cada vez mais usando tecnologias semânticas para explorar diferentes sistemas descritivos interconectantes e realizar o acesso integrado ao patrimônio cultural. (GUEGUEN, 2013, p. 107)

Bibliotecas, Centros de Documentação, Arquivos e Museus voltados para a preservação da memória, muitas vezes, possuem bases de dados que atendem às suas necessidades internas, contudo há um enorme hiato na comunicação entre essas instituições. Anteriormente à definição de um sistema de informação automatizado, deverá ser feita a escolha pelos procedimentos acerca da estrutura de dados, da terminologia e do modo de divulgação que serão adotados.

A observação e o intercâmbio de experiências entre instituições internacionais voltadas para a preservação do patrimônio cultural devem ser concretizados. Portugal pode vir a ser um parceiro importante devido à proximidade da língua e de um histórico complexo, desde as orientações de acesso à cultura feita pela União Europeia. Os Estados Unidos têm a maior experiência nesse processo, porém devido a sua atuação endógena dificilmente estendem suas ações ao continente americano, além da OEA – Organização dos estados Americanos - não dispor de uma política equivalente à UE.

O envolvimento dos profissionais nas discussões para definição dos campos descritores, do vocabulário controlado, dos mecanismos empregados para acesso e difusão

na definição de um sistema automatizado é fundamental para o sucesso dessa ferramenta. O acompanhamento das normas e regras internacionais para organização, divulgação e compartilhamento das informações sobre patrimônio cultural por sua vez é condição para o funcionamento em rede das instituições – Arquivos, Bibliotecas, Museus, Centro de Documentação – possibilitando a comunicação dos sistemas entre si.

5.2. Sistemas de divulgação e intercâmbio de informações

Em Portugal, existe o SIPA – Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico que está integrado ao IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Um dos problemas no sistema é a falta de normalização das tipologias dos campos da base de dados e respectiva terminologia e uma sobreposição de atuação em relação à atuação do IMC – Instituto de Museus e Conservação – e IGESPAR – Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico. Contudo, essas instituições possuem dados significativos e bastante informação sobre os monumentos portugueses, além da aplicação da tecnologia de georeferenciamento. Organizados a partir da Lei de Bases do Patrimônio Cultural Português, nº 107/ 2001 de 8 de Setembro - que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural como realidade para a construção da entidade nacional e democratização da cultura -, a atuação dessas instituições decorre de uma política maior incentivada pela União Européia (UE) no decorrer dos anos 90 que objetivava a integração informatizada dos bens culturais europeus, seu inventário, acesso e divulgação. Contudo, com a crise européia, Portugal unificou alguns órgãos, visando à diminuição de quadros, infraestrutura e custos, criando a Direção-Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) em 2012, por meio do Decreto-Lei Nº 115/2012. De fato, a unificação encontra-se em processo e é possível perceber a manutenção dos sites institucionais específicos.⁷

A autonomia e o papel do IHRU em relação à DGPC têm causado vários conflitos, como a questão do repasse de dois milhões de desenhos, fotos e documentos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, extinta em 2007 após oitenta anos de atuação. A proposta foi feita pelo IHRU em meados de 2012, por este organismo considerar que o Sistema de Informação para o Patrimônio (Sipa) e o chamado Arquivo do Forte de Sacavém,

⁷ <http://www.igespar.pt/>; <http://www.imc-ip.pt/>; <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>

que abarcam 200 anos de história da arquitetura e urbanismo portugueses, não se integrava à missão do instituto, vinculado ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT). Longe de uma solução e unificação de sistemas, a administração cultural portuguesa sofre dos mesmos impasses que a administração pública federal tem em relação às políticas culturais, incluindo o patrimônio ferroviário.

Na Espanha o SIPHA - Sistema de Informação sobre Patrimônio Histórico de Andaluzia - trabalha com amplo conceito de patrimônio (móvel, Imóvel, paisagem cultural, bibliográfico) destacando-se o controle de terminologia no sistema.

A Europeana é um modelo exemplar de divulgação e acesso da informação sobre o patrimônio dos vinte e sete membros da União Européia, disponibilizando para o mundo milhões de livros, fotografias, documentos de arquivos, mapas, pinturas, filmes pertencentes às instituições culturais e bibliotecas. Trata-se de uma biblioteca digital europeia, que utiliza as tecnologias de informação e comunicação para divulgação e acesso em rede aos acervos digitalizados e audiovisuais das bibliotecas, arquivos e museu da Europa.

A Europeana busca fornecer acesso unificado a recursos digitais de arquivos, bibliotecas e museus da Europa. Com base no modelo de dados (ou ontologia) desenvolvida pela Europeana a Digital Public Library of America (DPLA) lançou uma iniciativa similar. (GUEGUEN et al, 2013, p.107)

Nas instituições públicas brasileiras voltadas à área da cultura, a adoção das tecnologias de informação e comunicação para difusão, acesso e compartilhamento, vem ocorrendo de modo mais lento, por diversas razões. Pode-se citar desde a carência de pessoal qualificado bem como ausência de integração entre as instituições e entre as distintas áreas e departamentos dentro das instituições; além disso, muitos cargos são ocupados por funcionários terceirizados, sobretudo na área de TI. Inexplicavelmente diferentemente de outros setores da administração pública federal, onde a área de TI é considerada estratégica, no âmbito do Ministério da Cultura não existe tal política de Recursos Humanos.

A ausência de diálogo entre as áreas da mesma instituição e entre diversas instituições, no caso do patrimônio ferroviário, em oposição ao que dispõe o Parágrafo 1º do Artigo 9º da Lei nº 11.483/07, “caso o bem seja classificado como operacional, o Iphan

deverá garantir seu compartilhamento para o uso ferroviário”, é dificultado também devido à:

- Discrepância entre a tecnologia disponível e a cultura tecnológica dos usuários;
- Incapacidade das áreas de informática em atender às demandas de informações das empresas no ritmo e velocidades desejadas;
- Vertiginosa velocidade de obsolescência da tecnologia na área. (FOINA, 2001, p.11)

Essa realidade torna os esforços realizados nas unidades descentralizadas como meio de organizar minimamente seus acervos e recuperar informações sobre os mesmos infrutíferos além de dispendiosos. Muitos trabalhos se perdem, assim como o investimento envolvendo contratação e capacitação dos recursos humanos. Outro aspecto do serviço público é a necessidade da realização do processo licitatório para aquisição de equipamentos de informática bem como para a contratação de empresa especializada de consultoria e prestação de serviços. São processos que asseguram a lisura e transparência na contratação de empresas e aquisição de materiais, essências a administração pública. De acordo com o Tribunal de Contas da União-TCU (2014):

Licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública, convoca mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar a oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Contudo a necessária adoção desse procedimento torna o mesmo um processo moroso devido às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, “que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.”. A denominada “Lei de Licitações e Contratos” define a metodologia para contratação de serviços e compra de materiais, não admitindo outra forma de contratação. A não ser em casos raros e excepcionais, poderá ser

feita dispensa de licitação. Esses casos são incomuns nas administrações, considerando a implicação legal e a responsabilidade administrativa nos processos.

Além disso, é muito comum nos órgãos públicos, sobretudo no caso do Iphan, um órgão que abrange toda federação com Superintendências em todos os Estados, responsável pelos Escritórios Técnicos e Unidades Especiais em muitos municípios, como a Superintendência no Estado de Minas Gerais, que dá suporte aos Escritórios nas cidades de Congonhas, Mariana, Ouro Preto, São João del Rei, Tiradentes, Serro e Diamantina, além da Biblioteca Antônio Torres em Diamantina.

Pela ausência de uma ação administrativa eficiente essa capilaridade transforma-se em significativo isolamento que acaba gerando adoção de medidas pontuais e emergências para a gestão dos acervos, tendo como consequência uma infinidade de soluções voltadas para a construção de base de dados, sem o cuidado com a adoção das normas internacionais que vem sendo desenvolvidas e até mesmo sem um protocolo comum de construção e manutenção, o uso de uma tecnologia compartilhada e comunicável ou uma capacitação comum. Na instituição pública, as orientações corporativas relacionáveis à eficiência das ações, nem sempre são contempladas:

A infraestrutura de sistemas disponível na empresa é decorrência dos processos definidos e implantados. Estes, por sua vez, traduzem a forma como a empresa se organiza e como as tarefas e responsabilidades foram distribuídas entre os diversos setores. A organização da empresa é, em última instância, reflexo da missão e das estratégias estabelecidas pela alta administração. Resumindo, a infraestrutura de sistemas e os processos implantados devem estar alinhados com a missão e com as estratégias definidas para a empresa. Quando esse alinhamento não existe (ou é parcial), temos grande desconforto na empresa com a quantidade de recursos gastos com as áreas de Tecnologia de Informação. (FOINA, 2001, pag. 43).

A estrutura organizacional da instituição, bem como sua relação com outros organismos, refletirá no sistema informacional. A ausência da clareza sobre a missão da instituição, a função de cada departamento e falta de diálogo e de compartilhamento das ações entres os diversos setores de uma mesma instituição contribuem para a adoção de sistemas informacionais que não atendem as reais necessidades da instituição e do seu corpo técnico no cumprimento das suas funções bem como aos pesquisadores que estudam o tema sobre o qual este estudo se dedica.

5.3. SICG

O SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão⁸ – é uma ferramenta que está em desenvolvimento pelo Iphan desde o ano de 2006 e com previsão para disponibilização via internet a partir de junho de 2014. Num primeiro momento foi desenvolvida a metodologia e a aplicação em diversos estudos e processos de gestão do patrimônio cultural e desde 2011 vem sendo desenvolvido o software em plataforma livre. Trata-se de uma grande rede georreferenciada⁹ para promover a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, possibilitando a gestores, pesquisadores e todos os interessados sobre o tema a trocarem informações, incluindo dados técnicos, socioeconômicos e geográficos, levantamento histórico, legislação federal e local, segmentado por categoria e natureza do bem, proporcionando ao gestor público maior subsídio para fomentar políticas e investimentos com base em pesquisas e relatórios gerenciais.

O SICG também pretende disponibilizar todas as pesquisas realizadas pelo Iphan, bem como informações necessárias ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, podendo integrá-lo às políticas e ações sociais desenvolvidas em sua área de interesse, mediante termos de cooperação.

Durante o curso de capacitação que o Iphan realizou via internet no período de 24 a 28 de fevereiro de 2014, destinado a técnicos, gestores, pesquisadores, agentes do patrimônio, governos federal, estaduais e municipais e demais interessados no tema, o SICG foi apresentado como um sistema informatizado georreferenciado sobre patrimônio cultural brasileiro, com a arquitetura da informação orientada no objeto e um sistema que integra em uma única interface o conhecimento e gestão de bens culturais.

No decorrer da capacitação destacou-se que o diferencial do SICG baseia-se no georreferenciamento; e foram apresentados os conceitos, as funcionalidades e a estrutura do sistema automatizado desenvolvido. Ressaltou-se que a construção do SICG norteou-se na necessidade da unificação dos sistemas atualmente existentes no Iphan.

⁸ Informações extraídas da página do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18349&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em 28 fev. 2014

⁹ Determinação precisa de um ponto na superfície terrestre. A técnica aprimorada consiste em tornar as coordenadas conhecidas num dado sistema de referência adotado pelo país, tem sido muito difundida nos dias atuais, devido a necessidade de se obter delimitação real de uma determinada área sem ocorrer riscos de sobreposição desta. Fonte: http://www.unemat.br/revistas/rcaa/docs/vol4/10_artigo_v4_.pdf

A missão técnica do Iphan junto ao IAPH - Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico - também colaborou na construção do sistema, especialmente no que diz respeito à necessidade do controle de vocabulário.

Outro momento importante para a consolidação do sistema aconteceu no “I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural”, realizado no município de Ouro Preto, em Minas Gerais, no período de 13 a 16 de dezembro de 2009, com a finalidade de discutir os desafios, estratégias e experiências para o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC)¹⁰. Naquela ocasião, o Iphan lançou o manual de aplicação do SICG e o conjunto de fichas e orientação para preenchimento. Conforme disposto no Manual do Usuário do Sistema, que se encontra no momento na intranet do Iphan (*help desk*):

O SICG é um instrumento que tem por objetivo integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil. O SICG é constituído por um conjunto de informações agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui um conjunto de fichas estruturadas para a captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou inventário. Os módulos foram idealizados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, partindo do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais e, possibilitando a utilização de outras metodologias, como o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (voltado para a identificação de bens de natureza imaterial), por exemplo, caso seja necessário para a complementação dos estudos.

O módulo de Conhecimento visa reunir informações que contextualizem na história e no território, os bens que são objetos de estudo. Organiza, portanto, as informações provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. É um módulo básico para se iniciar um estudo temático ou inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico.

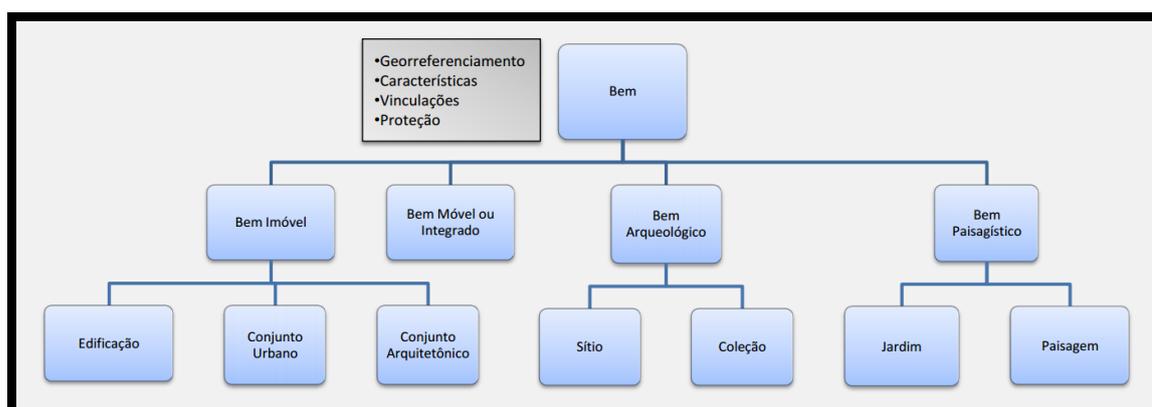
O módulo de Gestão reúne um conjunto de fichas cujo enfoque são as áreas já protegidas, ou seja, sobre as quais o Iphan ou os demais órgãos de preservação do patrimônio cultural – nas esferas estadual e/ou municipal – têm obrigação de fazer a gestão através de normatização, ações de fiscalização, da construção de planos e preservação, de reabilitação, entre outros.

¹⁰ Desde 2007, o Iphan tem investido na construção do SNPC que tem como objetivo implementar a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro visando a otimização de recursos humanos e financeiros para a efetiva preservação do patrimônio nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14492&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>> Acesso em 24 fev. 2014

O **módulo de Cadastro** reúne um conjunto de fichas que serão aplicadas para cada bem de interesse ou já protegido. Possui uma ficha padrão comum a todas as categorias do patrimônio material, denominada de Cadastro Básico, com informações indispensáveis sobre o bem cultural, que permitem sua identificação e o recebimento de um número de identificação, como uma cédula de identidade.

O SICG é constituído por módulo de cadastro (bens materiais): dados básicos, bem imóvel edificação, bem imóvel conjunto arquitetônico, bem imóvel conjunto urbano, bem móvel ou integrado, bem paisagístico jardim, bem arqueológico sítio, bem arqueológico coleção; módulo de gestão: voltado especialmente para fins de fiscalização e módulo imap (bem imaterial): para cadastro e emissão de relatórios e o módulo conhecimento: destinado ao contexto geral e imediato (Quadro 6).

Quadro 5 – Estrutura SICGC



Fonte: IPHAN. 2014

Através do SICG torna-se possível a realização de inventários com a finalidade de permitir a identificação e o conhecimento do bem até a sua utilização como instrumento de proteção; possibilita a elaboração de um cadastro unificado e uma cartografia do patrimônio cultural; permite a construção de planos de preservação e projetos de reabilitação urbana; viabiliza a articulação sobre o conhecimento e gestão do patrimônio cultural; colabora para a consolidação da Rede Nacional de Proteção do Patrimônio Cultural (SNPC).

De acordo com o SICG,

Os inventários de conhecimento ou varredura funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização. Para a proteção, devem ser utilizados os diversos

instrumentos existentes, tanto em nível federal, como estadual e/ou municipal, aplicados de forma compartilhada entre Iphan, estados e municípios, através da pactuação de ações, que é a base da proposta de construção de redes de patrimônio.

De acordo com as informações contidas no próprio Manual do Usuário, o SICG

É um instrumento que tem por objetivo integrar os dados sobre o patrimônio cultural, **com foco nos bens de natureza material**, reunindo em uma base única informações sobre **idades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário** e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil. (grifos nosso).

Deixando clara a finalidade de Sistema em atender as necessidades de algumas áreas do patrimônio cultural, não contemplando os acervos bibliográficos – adquiridos, doados, permutados e arquivísticos - produzidos e acumulados em cumprimento das funções de uma instituição, órgão, por uma família ou indivíduo, que constituem uma rica documentação especializada sobre patrimônio cultural.

No SICG o documento integra o sistema apenas como um anexo, conforme suas orientações no manual - *Capítulo 4. Auxiliar/Cadastros Básicos*, podendo ser incluindo de acordo com a classificação: gráfico, legislação, cartográfico, monográfico/multimeio. (Tabelas 1, 2, 3 e 4)

Tabela 1 -Modelo 4.10. – Tipo de material gráfico

| Nome do Campo | Tipo | Descrição | Obrigatório |
|------------------|---------------|---|-------------|
| Tipo | Seleção única | Tipo de material gráfico (quadros, gravuras, fotografias, etc.) | Sim |
| Título | Texto | Título do elemento referido | Sim |
| Localização | Texto | Local de publicação | Não |
| Responsabilidade | Texto | Pessoa de guarda ou autoria | Não |
| Edição | Texto | Informação sobre editoria do material gráfico referenciado | Não |
| Publicação | Texto | Informa os dados da publicação que contém o elemento referido | Não |
| Série | Texto | Série de publicação do elemento referenciado (gravuras <u>do nordeste</u> , cartazes da semana de arte moderna,etc) | Não |

| | | | |
|------------------|-------|---|-----|
| Descrição física | Texto | Descrição das <u>propriedades físicas</u> do material gráfico referenciado (óleo sobre tela, pôster em couche 200mg/m ²). | Não |
| Assunto | Texto | Descrição do assunto abordado no elemento referido | Sim |

Fonte: IPHAN. 2014

Tabela 2 - Modelo 4.11. - Tipo de legislação

| Nome do campo | Tipo | Descrição | Obrigatório |
|-------------------------|---------------|--|-------------|
| Tipo | Seleção única | Tipo de legislação (lei, decreto, portarias, instruções normativas, etc) | Sim |
| Título | Texto | Título do elemento referido | Sim |
| Numeração | Inteiro | Numeração oficial | Sim |
| Data de publicação | Data | Data de publicação do material referido | Sim |
| Competência legislativa | Texto | Competência legislativa do material referenciado | Não |
| Dados publicação | Texto | Informa os dados da publicação que contém o elemento referido | Não |

Fonte: IPHAN. 2014

Tabela 3 - Modelo 4.12. – Tipo do documento cartográfico

| Nome do campo | Tipo | Descrição | Obrigatório |
|------------------|---------|---|-------------|
| Tipo | Tipo | Tipo do documento cartográfico | Sim |
| Título | Texto | Título do elemento referido | Sim |
| Escala | Inteiro | Escala utilizada no elemento referenciado | Não |
| Formato | Data | Formato utilizado no elemento referenciado | Sim |
| Localização | Texto | Localização do material publicado | Sim |
| Disponibilidade | Texto | Indica disponibilidade do documento ou arquivo para acesso de pesquisas ou carga via internet | Não |
| Data | Texto | Data de publicação | Sim |
| Descrição física | Texto | Descrição das propriedades físicas do material cartográfico referenciado (óleo sobre tela, pôster em couche 200mg/m ²). | Sim |
| Assunto | Texto | Descrição do assunto abordado no elemento referido | Não |
| Autoria | Texto | Informações sobre os autores do elemento referenciado | Não |

Fonte: IPHAN. 2014

Tabela 4 - Modelo 4.13.- Documento monográfico/multimeio

| Nome do campo | Tipo | Descrição | Obrigatório |
|------------------|---------|--|-------------|
| Tipo | Texto | Tipo de documento monográfico / multimeio | Sim |
| Título | Texto | Título do elemento referido | Sim |
| Local | Texto | Localização do material publicado | Não |
| Ano | Inteiro | Ano de publicação do material | Sim |
| Descrição física | Texto | Descrição das propriedades físicas do material referenciado (óleo sobre tela, pôster em couche 200mg/m2) | Sim |
| Assunto | Texto | Descrição do assunto abordado no elemento referido | Não |
| Idioma | Texto | Idioma utilizado no elemento referido | Sim |
| Série | Texto | Série de publicação do elemento referenciado (gravuras do nordeste, cartazes da semana de arte moderna, etc) | Não |
| ISBN | Inteiro | Número padrão internacional de livro | Sim |
| ISSN | Inteiro | Número internacional normalizado para publicações seriadas | Não |
| Autoria | Texto | Informações sobre os autores do elemento referenciado | Não |

Fonte: IPHAN. 2014

No caso do patrimônio ferroviário, uma vez que muitas estações, mobiliário, malhas ferroviárias, locomotivas, vagões, entre outros acervos, não existem mais, restam apenas os documentos – textuais (manuscritos, datilografados), impressos, plantas arquitetônicas, mapas, desenhos, croquis, fotografias, diapositivos, revistas e livros especializados.

Como ficaria então a “reunião das informações que contextualizem na história e no território, os bens que são objetos de estudo” disposto no Módulo de Conhecimento? E os inventários de conhecimento, de identificação/proteção e articulação do conhecimento e gestão do patrimônio cultural previstas no Capítulo 2 do SICG, que corroboram o disposto no Art. 9º, § 2º, item 1, da Lei nº 11.483/2007?

Art. 9º Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

...

§ 2º **A preservação e a difusão da Memória Ferroviária** constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão **promovidas mediante:**

I - **construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos; (grifos nosso)**

No bojo das discussões acerca da viabilidade do SICG para a gestão documental do patrimônio ferroviário, consideramos que o modo como foi construído não há possibilidade da consolidação do SNPC – Sistema Nacional de Proteção ao Patrimônio Cultural – através do compartilhamento de informações previsto no SICG, caso contemplasse a documentação oriunda da RFFSA, que colaboraria para o compartilhamento dos dados e informações entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, que ficassem com a guarda dos acervos arquivísticos e bibliográficos, visando à preservação, acesso e difusão do patrimônio ferroviário, fortalecendo os princípios do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.

De acordo com o Caderno de Referência do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG (DEPAM, 2013, p. 27,28):

Para acompanhar o desenvolvimento do sistema, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito do Depam, composto inicialmente por representantes de todas as Coordenações Gerais e CNA. As reuniões aconteciam com uma frequência semanal, com a **característica de um fórum de discussão do patrimônio material**. (grifo nosso). Para definir como transformar as fichas de *word* em um sistema informatizado integrado, foi preciso muito debate que envolveu temas como: identidade visual, vocabulário controlado, cadastro de patrimônio natural, recortes temáticos, classificação de bens, recortes temáticos, estado de conservação e preservação, licenciamento cultural, definição de acervos, coleções e conjunto entre tantos outros o que contribuíram ainda mais para o amadurecimento de cada campo.

[...]

Neste contexto, novas oportunidades de integração surgiram e o Departamento de Patrimônio Imaterial que estava desenvolvendo o MaPI – Mapa do Patrimônio Imaterial, viu a oportunidade de iniciar um trabalho que integrasse informações do patrimônio material e imaterial em uma mesma base de dados. Assim, o SICG deixou de ser um sistema de inventário voltado ao patrimônio material para ser um sistema de patrimônio cultural brasileiro.

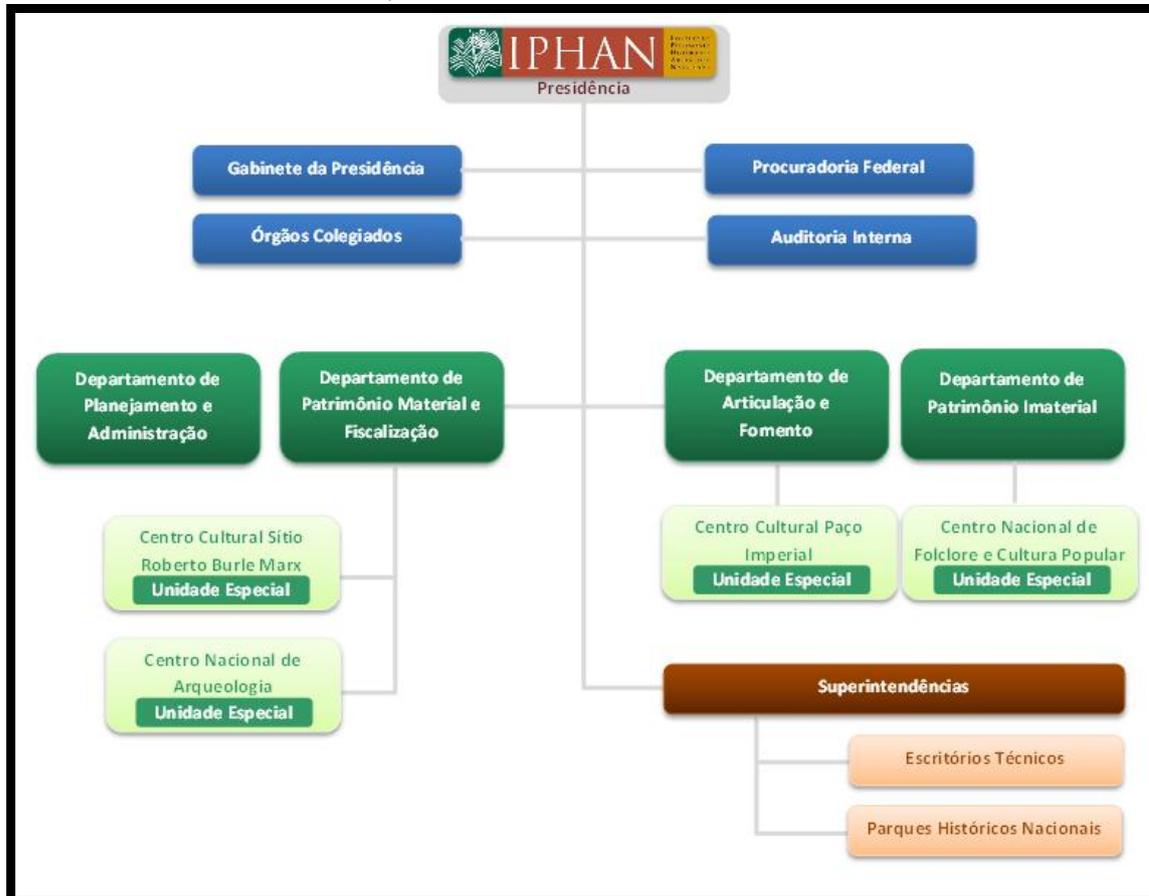
Neste processo, o GT foi ganhando novos participantes, até tornar-se de fato, em 2012, um GT interdepartamental, com integrantes da Assessoria de Relações Internacionais (ARIN), do Departamento de Articulação e Fomento (DAF) e do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

O Departamento de Patrimônio Material-DPA do Iphan iniciou a construção do SICG em 2006 e somente em 2012 houve a participação de todos os Departamentos na Sede, em

Brasília, não tendo ainda técnicos representantes das Superintendências Estaduais, unidades que executam as atividades de fiscalização e desenvolvimento de projetos para a preservação do patrimônio cultural.

O Iphan é composto atualmente por Presidência, Departamento de Planejamento e Administração, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, Departamento de Articulação e Fomento, Departamento de Patrimônio Imaterial, quatro Unidades Especiais, Superintendências Estaduais e Escritórios Técnicos (Quadro 7). Centralização e descentralização são questões institucionais importantes que garantirão sua operacionalidade e eficiência no cumprimento de sua missão no século XXI. Contudo, cabe lembrar que protocolos comuns não significam centralização, mas uniformização e comunicação entre setores. O volume de documentos, informações e acervos produzidos ao longo de sua consolidação é algo que demanda um projeto integrado, porém apoiado na autonomia das Superintendências, Escritórios e Unidades Especiais.

Quadro 6 - ORGANOGRAMA DO IPHAN



De acordo com o Relatório de Gestão do Iphan (2013, p.29), às Superintendências Estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do Iphan, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos Escritórios Técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição e, ainda:

- I - analisar, aprovar, acompanhar, avaliar e orientar projetos de intervenção em áreas ou bens protegidos pela legislação federal;
 - II - exercer a fiscalização, determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais;
 - III - autorizar a saída do país e a movimentação de bens culturais que não estiverem sujeitos à aplicação da legislação federal de proteção;
 - IV - colaborar com os órgãos do Iphan na elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural;
 - V - instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e as de registro de bens culturais de natureza imaterial;
 - VI - articular, apoiar e coordenar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural;
 - VII - manter e gerenciar os arquivos e bibliotecas do Iphan, dentro de sua área de atuação; e
 - VIII - apoiar a execução das ações de promoção, visando à organização e à difusão de informações acerca do patrimônio cultural.
- Parágrafo único. Subordinam-se às Superintendências Estaduais os Escritórios Técnicos, Parques Históricos e outras unidades de gestão, segundo a natureza do bem sob sua tutela e das exigências operacionais para a preservação do local, em sua área de atuação.

O Relatório de Gestão do Iphan exercício 2013, produzido em 2014, destaca a importância da sua documentação acumulada pela instituição no cumprimento das suas funções, bem como a documentação bibliográfica adquirida através de doação, compra e permuta:

Os **acervos bibliográficos e arquivísticos base das informações sobre o patrimônio cultural**, encontram-se depositados em 11 bibliotecas com a presença de bibliotecários, além de existirem acervos em outras unidades, porém sem a presença do profissional da área, sendo assim não pode ser considerada uma biblioteca, contendo aproximadamente 200 mil livros, além de aproximadamente 6.500 metros lineares de documentos textuais em todo Brasil. [...] (Iphan, 2014, p.21) (grifo nosso).

Os Centros de Documentação e Informação do Iphan atuam na preservação e conservação documental produzida no âmbito do Iphan. O acervo constituído pelos técnicos no cumprimento de suas funções é de acesso público. O Iphan possui também bibliotecas especializadas e

arquivos históricos que podem ser igualmente pesquisados. (Iphan, 2014, p. 34)

No entanto, pode-se observar que há um histórico de predominância de uma área de atuação sobre outras no Iphan

[...] Quando o Instituto do Patrimônio foi criado, em 1936, seu plano já incluía um conceito amplo de bem cultural. Não privilegiava apenas nosso acervo histórico e artístico feito em pedra e cal. O grande golpe inteligente de seu primeiro diretor, Rodrigo Mello Franco, foi o de instituir a lei com toda a abrangência. Mas, por razões lógicas e inevitáveis, ele foi obrigado a se dedicar quase exclusivamente aos bens em perigo de extinção: casas, igrejas, conventos, conjuntos urbanísticos, monumentos. Através deste conceito, tratado por ele com todo o rigor e coragem, Rodrigo conseguiu estabelecer no país um gabarito ético para os nossos bens culturais. No entanto, o próprio Rodrigo, em artigo no primeiro número da revista do Patrimônio, chamou a atenção para a excessiva ênfase que o Patrimônio estava dando à arquitetura. (MAGALHÃES, 1997, p. 120).

[...] O presente número desde logo se ressentia de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes. A verdade, entretanto, é que, tal como foi definido pelo decreto-lei nº 30 de novembro, aquele patrimônio consiste do “conjunto dos bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se acharem vinculados a factos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Equiparam-se ainda a esses valores “os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana[...] (ANDRADE, 1937, p.4)

Mesmo com a ampliação das ações de proteção ao patrimônio cultural voltado inicialmente para a proteção dos bens arquitetônicos, segundo Aloísio Magalhães (1997,p.120), “Rodrigo Mello Franco de Andrade [...] por razões lógicas e inevitáveis, foi obrigado a se dedicar quase exclusivamente aos bens em perigo de extinção: casas, igrejas, conventos, conjuntos urbanísticos, monumentos.” Atualmente, a ampliação da missão institucional em relação à proteção do patrimônio documental, patrimônio imaterial, patrimônio genético, patrimônio ambiental, entre outros, causam inúmeras dificuldades operacionais. Nota-se, ainda, claramente que no momento da implantação de sistemas de gestão da informação, alguns “patrimônios” ainda são considerados mais importantes que outros “patrimônios” e que o discurso da equivalência de valor entre os distintos patrimônios, de fato não se estabelece nas políticas do SICG.

O patrimônio documental é sempre renegado nas instituições culturais, seja na esfera municipal, estadual e federal.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º veio garantir o desejado acesso a informação, explicitado mais tarde na Lei nº 8.159/91 que atribuiu ao poder público o dever de zelar pela preservação do patrimônio documental, colocando-o ao alcance de todos para dar transparência à ação do governo, e com isso, contribuir para o fortalecimento da democracia. (MARTINS, 2013, p. 239).

A Constituição Federal de 1988, ao assegurar a todos o direito ao recebimento de informações dos órgãos públicos; a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.”; e mais recentemente a Lei nº 12.527/11, chamada de “Lei de Acesso à Informação”, que trata dos procedimentos a serem adotados no âmbito do serviço público – União, Estados, Municípios - garantindo o acesso à informação, são instrumentos legais propulsores de iniciativas internas na política pública para uma gestão eficiente dos arquivos institucionais. Marcos legais são fundamentais para a percepção de uma demanda social e de uma reflexão crítica sobre princípios de valor e atuação institucional; entretanto, as condições dos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e centros de memória continuam precárias em relação ao corpo técnico, ao processamento técnico, às atividades de conservação, ao mobiliário para armazenamento, ao uso de tecnologias de informação e comunicação, à segurança contra sinistros e a própria ação humana. Sem uma ação compartilhada entre órgãos legais, como o Ministério Público, e a sociedade civil; sem fiscalização e sanções quanto ao não cumprimento dessa legislação, bem como sem o empenho do governo em suas distintas esferas – municipais, estaduais e federais – na efetiva condução de projetos voltados à gestão documental de seus acervos – administrativos ou culturais -, a política nacional relacionada aos arquivos públicos e privados continuará inoperante.

As ações de preservação e proteção do patrimônio documental ainda encontram-se vinculadas as manifestações provocadas pela Sociedade Civil Organizada através do Ministério Público Federal e Estadual. O direito a preservação da memória registrada nos acervos documentais, como é o caso exemplar do patrimônio ferroviário, ainda encontra-se num estágio atrasado em relação a todos os avanços obtidos nos Encontros, Seminários, Congressos realizados nas últimas décadas sobre a gestão da informação, utilizando as

normas descritoras internacionais e os sistemas de informação que vem sendo desenvolvidos.

Camargo (1999, p.15) aponta que o patrimônio documental, incluindo-se publicações e manuscritos, “foi marginalizado pelas políticas públicas de proteção patrimonial, e desde o início, com a criação do SPHAN, os acervos documentais sob a guarda das instituições foram marginalizados pelas políticas então elaboradas, reforçando uma tendência de abandono que vinha gradativamente se consolidando desde a fase republicana”.

No início, a ênfase dada à arquitetura era justificada pela necessidade de evitar a extinção do patrimônio edificado. Mesmo após quase 80 anos de criação do IPHAN, as ações e discussões voltadas à proteção do patrimônio cultural, ainda são concentradas no “acervo histórico e artístico feita em pedra e cal” (MAGALHÃES, 1997, p. 120), ampliando-se as ações de proteção a paisagem natural e cultural. Além de retomar as ações de proteção ao patrimônio imaterial e arqueológico. Contudo, alguns “patrimônios” como o ferroviário, entre outros não tem a mesma atenção.

No caso do patrimônio documental, a ausência de qualquer iniciativa de gestão bem como a interação com as demais áreas da instituição revela o descaso com esses acervos. Como exemplo, nos últimos dez anos ocorreram dois Encontros Nacionais envolvendo os profissionais, arquivistas e bibliotecários que trabalham nos Arquivos, Bibliotecas e Centro de Documentação e um Encontro Nacional entre os bibliotecários, no IPHAN. A ausência de uma política sobre a gestão da informação, envolvendo os profissionais da Ciência da Informação no âmbito do IPHAN, contribui para que as demais áreas e profissionais considerem irrelevantes as questões pertinentes a preservação do patrimônio documental.

As decisões sobre a implantação de sistemas automatizados é tomada por dirigentes que muitas vezes ocupam cargos públicos sem deterem conhecimento sobre a instituição e a atuação do órgão ao qual foi nomeado para representá-lo. No Brasil, essa prática de seleção de dirigentes para cargos públicos baseados em critérios políticos e não técnicos, vem prejudicando o desenvolvimento das instituições, como é o caso do Ministério da Cultura, órgão aos quais as instituições de guarda e preservação de acervos – Bibliotecas, Arquivos, Museus, Centros de Referência, Centros de Documentação entre outros – estão

vinculados, inclusive o Centro de Documentação da Ferrovia em Minas Gerais. Essa realidade reforça a descontinuidade das ações institucionais a medida que ocorrem as substituições de dirigentes, muitas ações, projetos e processos em andamento são descontinuado ou tem o curso significativamente alterado.

A tomada de decisões sem discussões prévias com o corpo técnico qualificado nas instituições culturais colabora para o entrave na decisão sobre a adoção de uma política para a gestão da informação, incluindo-se a adoção do sistema automatizado. Há ainda a ausência de discussões sobre a necessidade da adoção de medidas que possibilite o compartilhamento de dados e informações. E principalmente o desconhecimento sobre o nível de organização e conservação dos acervos documentais – encontram-se identificados, inventariados, quais as condições de armazenamento e acondicionamento, se existe espaço adequado - em cada unidade da instituição. A falta de recursos para o investimento em sistemas automatizados não tem sido na última década o ponto central da questão, no âmbito do serviço público federal, mas sim o planejamento e a gestão consciente que permita a continuidade das ações nas administrações seguintes.

O corpo técnico enxuto e a ausência de programas de capacitação desde treinamento de pessoal até organização de seminários e congressos, enorme quantidade de editais na área da cultura pulverizando as ações ao invés de concentrá-las acaba tendo como consequência a perda do foco da questão primordial, como a gestão da informação, no âmbito interno das instituições do Ministério da Cultura, essas situações também resultam numa ausência de objetivo essencial para a tomada de decisão para a construção de um sistema automatizado de informações sobre acervos do patrimônio cultural.

5.4. Proposta do Plano Diretor para o Centro de Memória Ferroviária

O Centro de Memória Ferroviária previsto para funcionar no local da antiga SR-2 da RFFSA, no bairro Floresta no município de Belo Horizonte, o prédio está situado na área de entorno do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa, que compreende a Praça, Jardins e Esculturas, Estação Central, antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas, Casa do Conde de Santa Marinha, Edifício Chagas Dória, Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Eletrotécnica, antigo Instituto de Química, Pavilhão Mário Werneck e Viaduto Santa Tereza, as edificação foram

construídas na primeira metade do século XX, e são protegidas pelo IEPHA, através do Decreto nº 27.927 de 15/03/88.

A proposta do Plano Diretor para o Centro de Memória Ferroviária, tem como finalidade definir as áreas estratégicas de atuação e missão a partir da recuperação dos acervos móveis e documentais, extrapolando o interesse em constituir uma unidade de preservação da memória ferroviária que simplesmente atenda uma legislação, tendo em vista a importância e o enorme significado das ferrovias para o país.

A definição a princípio como centro especial de documentação, conhecimento e pesquisa, deve ser ampliada para a facilitação na tomada de decisões e articulação entre diversas instituições, a princípio, SPU-Iphan-DNIT, consolidando e ampliando suas competências.

A partir da elaboração da proposta do Plano Diretor o Centro de Memória Ferroviária além de cumprir a finalidade de preservar a memória ferroviária, funcionará também como um centro de referência para a realização de pesquisas técnicas e científicas sobre ferrovias; ampliação, empréstimo, permuta de acervos; compartilhamento de informações; realização de mostras e exposições; elaboração de programas educativos; produção de publicações; oferecimentos de cursos de capacitação.

Devendo ser utilizados como referência para elaboração do estudo, Planos Diretores de outras instituições renomadas, bem como debates através de Seminários, reunindo grupos de estudos de diversas instituições, envolvendo profissionais de diversas áreas, arquivistas, bibliotecários, restauradores, conservadores, museólogos, arquitetos, engenheiros, historiadores, entre outros, visando à ampliação e aprofundamento dos procedimentos a serem adotados.

Condizente com o estado atual imagina-se que as condições de trabalho serão precárias; com um quadro de funcionários em número insuficiente; contratos temporários terceirizados; recursos incertos e escassos; mobiliário improvisado ou adaptado, sendo inadequada a guarda dos acervos.

Esperamos, porém, que as pesquisas feitas por pesquisadores da instituição, como esta dissertação, possam servir de apoio às decisões políticas; e que os princípios conceituais, operacionais e técnicos, assim como os protocolos de gestão de informação e de conservação, subsidiados por parâmetros científicos e acadêmicos, se sobreponham aos

interesses pessoais; que a ação civil e o Ministério Público apoiem projetos internos e que, acima de tudo, as responsabilidades sejam compartilhadas e as ações específicas sejam valorizadas pelos dirigentes institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da ferrovia no Brasil desde os seus primórdios no final do século XIX até o processo de liquidação da RFFSA provocou transformações na paisagem urbana e nas relações sociais nos lugares onde a ferrovia trafegava. Durante todo esse período, com variações de intensidade, mas de modo ininterrupto, foi produzido, recebido e acumulado, incalculável acervo, sobretudo documental, que reclama ação de proteção.

Mesmo com as ações da extinta RFFSA visando à preservação da memória ferroviária através da implantação dos Centros de Documentação em suas Superintendências Regionais; o Museu do Trem, no Rio de Janeiro, e o programa PRESERFE, o patrimônio ferroviário sofreu perdas com a morosidade na definição de políticas visando à continuidade das ações de proteção dos seus acervos.

As associações de ferroviários e ferroviaristas não se calaram durante a ausência da manifestação do poder público visando à preservação dos acervos da RFFSA. Promoveram ações e movimentos voltados ao resgate dos bens ferroviários acionando os Ministérios Públicos Federais e Estaduais, mesmo após a promulgação da Lei nº 11.483/2007, marco legal voltado à preservação da memória ferroviária, momento em que o IPHAN passou a ter atribuições sobre a proteção, a organização e a revitalização do patrimônio ferroviário.

Contudo, as ações realizadas até o momento apresentam-se claramente insuficientes pela ausência de uma visão global do patrimônio ferroviário, o que torna o resgate da memória ferroviária distante de se concretizar. A cada dia que passa, o conjunto dos bens ferroviários torna-se mais pulverizado e deteriorado devido à inexistência de uma política eficaz destinada à preservação desses bens, em especial, aos documentos que são mais suscetíveis a ação do tempo, do furto e do extravio.

Enquanto o IPHAN, desde 2007 até os dias atuais, ocupa-se em organizar eventos destinados à discussão sobre a gestão do patrimônio ferroviário; a importância da ferrovia em determinadas regiões, paisagens ferroviárias; os desafios da preservação do patrimônio ferroviário, entre outros, voltados primordialmente para o patrimônio edificado, a discussão e definição de critérios para a implantação de Centros de Memória Ferroviária, previsto na legislação, continuam olvidados.

Embora as iniciativas de preservação da memória no Brasil através da constituição de unidades de informação - arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, centros de memória, centros de referência, centros culturais - tenham aumentado significativamente em diversas regiões do país, o interesse por essa área de atuação no âmbito do IPHAN continua negligenciado.

Na realidade o IPHAN não possuía e ainda não possui uma estrutura técnica e administrativa adequada para a realização da gestão do patrimônio ferroviário, composto por um acervo diversificado e fragilizado devido às mudanças sofridas pela RFFSA nas últimas duas décadas. Acrescenta-se a essa situação, o fato de os problemas internos ao IPHAN voltados à gestão da informação não terem sido devidamente equacionados no tocante ao acervo documental que produz e acumula em cumprimento as suas funções. Essa inexperiência da Instituição agrava ainda mais as dificuldades em definir ações para organização e gestão do acervo documental ferroviário.

Até o momento, a preservação dos acervos ferroviários através da localização, da identificação, do resgate e da reunião de fontes bibliográficas, arquivísticas e museológicas tem sido fomentada pelas ações promovidas pelo terceiro setor, que em muitos casos promovem a preservação da memória ferroviária através do recolhimento daquilo que conseguiram salvar; dos objetos pessoais que os ex-funcionários guardaram; dos documentos da extinta RFFSA deixados nos locais de sua produção; e por meio do pedido de tombamento de estações ferroviárias, entre outras ações.

O cenário apresenta-se como o ideal para que seja repensado o papel das instituições frente à preservação da memória institucional, local e regional, no momento em que os movimentos sociais e associações preocupam-se cada vez mais em contar a sua própria história, em guardar sua memória. No mundo globalizado a cultura também é afetada por essa realidade. Mas as escolhas pelos patrimônios locais ainda são fruto de decisões políticas dos órgãos de preservação, que aos poucos começam ter a participação da sociedade, como tem ocorrido com o patrimônio ferroviário.

As universidades, as empresas privadas e o terceiro setor, por motivos, algumas vezes divergentes vêm estimulando o crescimento da implantação dos Centros de Memória no país, locais de recolhimento, guarda, preservação, divulgação e acesso da informação sobre determinado tema ou instituição.

As universidades em atendimento a uma demanda da pesquisa histórica e de proteção ao patrimônio cultural têm apoiado ações de resgate de acervos documentais em diversas regiões. Essas ações desenvolvidas em conjunto com os órgãos de proteção ainda são incipientes, mas o importante é que começam a ser delineadas.

As instituições privadas também têm demonstrado interesse em preservar sua memória, com intenção voltada à promoção da empresa, como meio de mostrar a história da instituição, como trabalham, o que fazem e para quem fazem.

Aliado a esse movimento, a ampliação do terceiro setor no Brasil provocou nas instituições tradicionais de proteção à memória, uma ponderação sobre sua atuação nessa área e sobre a possibilidade da redefinição de seus papéis. O terceiro setor vem preenchendo os espaços que antes eram do Estado e atualmente desempenha papel fundamental junto à sociedade.

A criação dos Centros de Memória responde às demandas da sociedade, exigindo cada vez mais das instituições públicas a organização dos seus arquivos por meio do aparelhamento e gestão da informação, registradas nos documentos institucionais, nos relatos orais, nos objetos e na produção bibliográfica produzidos pela própria instituição, bem como os arquivos pessoais, principais fontes de pesquisa.

No caso do patrimônio ferroviário, o Centro de Memória possui as características necessárias à preservação da memória ferroviária. A obtenção do acervo, por meio do resgate de fragmentos e seleção, possui um perfil temático e tem função educativa e de entretenimento.

Para que a proposta da implantação do Centro de Memória Ferroviária seja realizada, faz-se necessária a criação de grupo de trabalho multidisciplinar para definição de critérios para a realização da seleção, recolhimento e processamento técnico do acervo, adotando os protocolos definidos pela Ciência da Conservação e Informação.

Os estudos produzidos por esse grupo de trabalho multidisciplinar subsidiará informações necessárias à elaboração do Plano Diretor para o Centro de Memória da Ferrovia, objeto deste estudo, como meio de assegurar que os critérios e as normas previamente definidos por profissionais qualificados, sejam respeitados e obedecidos.

Essa proposta visa alertar a ausência de critérios para a preservação de determinados “patrimônios”, como é o caso dos documentos, normalmente ausente na definição das políticas institucionais.

Muitas vezes, as instituições de proteção ao patrimônio investem na preservação da memória através da implantação de programas, como no caso do IPHAN, o Programa Monumenta e o PACCH-Programa de Aceleração das Cidades Históricas. Contudo, os recursos destinados às unidades de guarda dessa documentação – centros de documentação e arquivos -, fontes que serão consultadas e abrigarão os novos documentos produzidos por estes mesmos programas, não são proporcionais. Na realidade, não existe nenhum investimento previsto nesses programas destinados a documentação por eles gerada e acumulada.

Essa cultura da ausência de política praticada pelos órgãos de proteção ao patrimônio cultural destinada à preservação de documentos incide diretamente nas ações desenvolvidas até o momento para a preservação da documentação ferroviária. Baseados em obras pontuais e emergenciais, sem conseguir realizar uma ação proativa e com planejamento prévio e merecedor que requer a preservação da memória das ferrovias no país, os protocolos estabelecidos são incipientes.

Outro imenso desafio a ser vencido refere-se à gestão compartilhada dos acervos e da informação. No Brasil, por questões históricas, ainda permanece arraigado o hábito do isolamento institucional: os órgãos públicos não estão aptos a darem explicações sobre seus atos. A transparência exigida nas instituições públicas ainda é muito recente. Esse fator também dificulta as iniciativas da gestão em conjunto previstas na legislação sobre a preservação do patrimônio ferroviário e o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.

Mas ainda resta esperança, uma luz no fim do túnel aponta um caminho que vem sendo trilhado por alguns pesquisadores, voltado para a história das instituições, durante muito tempo preterida. A história das instituições tem sido tema de pesquisas, principalmente no campo do patrimônio, onde a memória é o próprio objeto de estudo. Esse novo olhar sobre a memória das instituições reforça a importância da formação e manutenção do Centro de Memória Ferroviária e com ele todas as perspectivas de mudança de paradigmas necessários a sua concretização.

Esperamos que por meio da reflexão acadêmica da prática preservacionista institucional voltada ao patrimônio ferroviário seja possível fornecer subsídios para o estabelecimento de protocolos em torno desse acervo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 316 p.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2 ed. rev. ampl. Brasília,DF: Briquet de Lemos/Livros, 2005. 144 p.
- ALVES, Rubens. **O sapo que queria ser príncipe**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009. 230 p.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2a ed., São Paulo, Pioneira Thomson, 1999.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MEC. 1937. 170 p. Disponível em:<<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3177>>. Acesso em 22 de mai. 2013
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura:Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 184 p. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 38)
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **A ciência da informação como ciência social**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.
- ARQUIVO NACIONAL(BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas, nº 51)
- ARQUIVO NACIONAL(BRASIL). **Procedimentos de conservação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 10520: Informação e documentação - Citações em documentos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002. 7p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6023: Informação e documentação: Referência – Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002. 24p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6024: Informação e documentação — Numeração progressiva das seções de um documento**. Rio de Janeiro, 2012. 4p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação**. Rio de Janeiro, 2012. 3p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6028: Informação e documentação - Resumo – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2003. 2p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6034: Informação e documentação - Índice – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2004. 4p
- BAHIA. Denise Marques. **A preservação da arquitetura moderna de Belo Horizonte: relato de uma experiência**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, v. 12, n.13, p. 155-163, dez. 2005

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Org., ver. atual. de Elza Lima e Silva Maia. Rio de Janeiro: BNG: Brasilart, 1978.

BARBOSA, Elvina Maria de Souza; EDUVIRGES, Joelson Ramos. **O formato MARC 21: principais vantagens para bibliotecários, bibliotecas e usuários para a recuperação da informação**. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação. Os desafios do profissional da informação frente às tecnologias e suportes informacionais do século XXI: lugares de memória para a biblioteconomia, 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/14/18>>. Acesso em 10 dez. 2013.

BASTIDE, R.; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Pesquisa comparativa e interdisciplinar**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976.

BECK, Ingrid. **Manual de preservação de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

BECK, Ingrid. **Caderno técnico: planejamento e prioridades**. Rio de Janeiro: Projeto em Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997. 24 p. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; 42).

BECK, Ingrid. **Caderno técnico: meio ambiente**. Rio de Janeiro: Projeto em Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997. 36 p. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; v. 14-17).

BECK, Ingrid. **Recomendações para construção de arquivo**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. 21 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construcao_de_arquivos.pdf>. Acesso em 03 de set. 2012

BECK, Indrig.; OGDEN, Sherelyn. **Armazenagem e manuseio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto em Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. 49 p. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; 1-9).

BECK, Indrig.; OGDEN, Sherelyn. **Administração de emergências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto em Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. 41p. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; n. 20-25)

BELAS, C. A. **Aspectos legais do INRC**: relação com legislações nacionais e acordos internacionais. Inventário nacional de Referências Culturais, Belém: Iphan, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. **Registro**, Indaiatuba (SP), n.1, jul.2002, p.14-27.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 320 p.

BENJAMIN, Walter. **Magia, Técnica; Arte, Política**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 245p.

BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Como fazer, 7).

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

BOITO, Camilo. **Os restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. (artes & Ofícios; 3)

BORJA, Jordi CASTELLS, Manuel. **Local y Global: la gestión de las ciudades em la era de la información**. Madrid: Taurus, 1997. 418 p.

BOSI, Alfredo. **O tempo e os tempos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOUCHENAKI, Mounir. **International Conservation Organizations**. The GCI Newsletter, Volume 14, Number 1, Spring 1999, s.p. Disponível em:<http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14_3feature1_8.html>

BRADFORD, S. C. The documentar chaos, In: ___. **Documentation**. London: Crosby Lockwood & Son, 1953.

BRASIL. **Caderno de diretrizes museológicas I**. 2.ed. Iphan-DEMU/Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

BRASIL. **Cartas patrimoniais** (Org. Isabelle Cury). 3 ed. Brasília: Iphan, 2004. 407 p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 01/05/2013

BRASIL. Decreto nº 101, de 31 de outubro de 1835. **Autorisa o Governo a conceder a uma ou mais Companhias, que fizerem uma estrada de ferro da Capital do Imperio para as de Minas Geraes, Rio Grande do Sul e Bahia, o privilegio exclusivo por espaço de 40 annos para o uso de carros para transporte de generos e passageiros, sob as condições que se estabelecem**. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-101-31-outubro-1835-562803-publicacaooriginal-86906-pl.html>>. Acesso em 22 jan. 2012.

BRASIL. Decreto nº 641, de junho de 26 de 1852. **Autoriza o governo para conceder a uma ou mais companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do município da corte, vá terminar nos pontos das províncias de Minas Gerais e São Paulo, que mais convenientes forem**. Disponível em:< http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/Dpl%20641-1852?OpenDocument>. Acesso em 10 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 3.277, de 07 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a dissolução, liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3277.htm>. Acesso em 25 nov. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em 31 out. 2012

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-norma-pl.html>>. Acesso em 10 mai 2012.

BRASIL. Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957. **Determina a transformação das empresas ferroviárias da União em sociedades por ações, autoriza a constituição da Rede Ferroviária S.A., e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3115.htm>. Acesso em 09 nov. 2010

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 03 de ago. 2013

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em 05 dez. 2013

BRASIL. Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. **Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm>. Acesso em 25 nov. 2010

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 01 mai. 2013

BRASIL. Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007. **Dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária S.A. – RFFSA altera dispositivos da Lei n 10.233, de 05 de junho de 2001 e dá outras providencias.** Disponível :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_353/medidaprovisoria/MP353.htm>. Acesso em 25 nov. 2010

BUNGE, M. A. **Ciência e desenvolvimento**. 4a ed., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1989.

BUNGE, M. A. **La investigacion científica: su estrategia y su filosofia**. 2a ed., Barcelona, Ariel, 1972.

BURKE, Peter. **Uma historia social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241 p.

CABRAL. Fernando. Workshop: **Novas Tecnologias para Bases de dados de Acervos Culturais. Belo Horizonte**. Escola de Ciência de Belas Artes. Universidade Federal de Minas Gerais. 11 a 14 de março 2014.

CALLOL, M. **Conservação preventiva para instituições cariocas que custodiam bens culturais**. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v.23, n. 2, p. 77-88, jul/dez 2010. Disponível em <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/13/11>>. Acesso em 13 abr 2012

CAMARGO. Ana Maria de Almeida. **Arquivos ou Centros de Memória**. Trabalho apresentado no Encontro SESC MEMÓRIAS. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gWI-GfNNI3s&hd=1>>. Acesso em 05 out. 2013.

CAMARGO. Célia Reis. Os Centros de Documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org). **Arquivos, patrimônio e memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999. p. 49-63.

CAMARGO. Célia Reis. Centros de Documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CAMARGO, Célia et. al. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Editora FGV:CPDOC, 2003. 192 p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6714/1350.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

CAMARGO. Célia Reis. **Fontes de pesquisa para a história institucional**. Trabalho apresentado no Encontro SESC MEMÓRIAS. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AGALDCKQ6Zo&hd=1>>. Acesso em 05 out. 2013.

CAMPOS, L. C. M. Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas Gerais. In: **Cidadania, Memória e Patrimônio**. (org.) Flávia AZEVEDO, João Ricardo PIRES e Leandro CATÃO. Belo Horizonte, 2009. CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, 2ª ed. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf>. Acesso em 05 mar. 2014.

CARMO. Mônica Elisque. O inventário como ferramenta da preservação da memória ferroviária. In: I Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. **Anais...**Niterói, RJ: MACPS/UFMG;UFF, 02 a 06 de set. de 2012. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT10%20Estudos%20do%20desenvolvimento/O%20INVENT%20RIO%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20PRESERVA%20C%20ODA%20MEM%20RIA%20FERROVI%20RIA%20-%20Trabalho%20completo.pdf>>. Acesso em 02 mai. 2013

CARMO. Mônica Elisque. Trilhos e memória: preservação do acervo documental do patrimônio ferroviário. In: **4º FÓRUM Mestres e Conselheiros**, 2012, Belo Horizonte. 4º FÓRUM Mestres e Conselheiros: Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local – Caderno de Resumos. Belo Horizonte: IEDS; MACPS/UFMG; Ministério Público Estadual, 2012. v.1. p.67-68.

CARMO. Mônica Elisque. Preservação do acervo documental do arquivo histórico de São João del Rei do IPHAN em Minas Gerais. In: II Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. **Anais...**Belo Horizonte: MACPS/UFMG, 08 a 11 de out. de 2013. Disponível em: <<http://www.2coninter.com.br/trabalhos?gt=gt02--memoria-e-patrimonio>>. Acesso em 09 de dez. 2013

CARMO. Mônica Elisque. Centro de Documentação e Informação do IPHAN em Minas Gerais: preservação do patrimônio documental histórico. In: **3º Seminário Ibero Americano de Arquitetura e Documentação**. **Anais...**Belo Horizonte: MACPS/UFMG, MG, 12 a 14 de nov. de 2013.

CARMO. Mônica Elisque; FRONER, Yacy-Ara. Trilhos e memória: preservação do acervo documental do patrimônio ferroviário (pôster) In: 2º Encontro Luso Brasileiro: Conservação e Restauração. **Anais...** São João del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013. pôsters, vol. 3., p. 50 a 52.

Disponível em:< <http://www.eba.ufmg.br/encontrolusobrasilconserv/documentos/caderno-de-resumos-posteres.pdf>>. Acesso em nov. 2013.

CARRARA, K. **Educação, universidade e pesquisa**. 2a ed., São Paulo, FAPESP, 2001.

CARVALHO, Claudia Rodrigues de. **Plano de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa**: documentação para preservação. Disponível em: < http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_Projeto_de_conservacao_preventiva_do_museu_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf>. Acesso em 03 ago. 2013

CARVALHO, Maria Cecília de Alvarenga. **Memória social e patrimônio ferroviário em Além Paraíba**. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 159 f.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, política, instrumentos. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.

CASTRO, Alessandra Ladeira Dornellas. **A proteção de conhecimento sensível no Brasil**: uma proposta para ampliar a atuação do Programa nacional de Proteção do Conhecimento Sensível da Agência Brasileira de Inteligência. 179 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública com Inteligência Competitiva). Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais/Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, 2009.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 64 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 282 p.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões; tradução Eliana Rocha. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

CHUVA, M. A História como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, L.; SILVA, M. B. R. (Org.). **Inventários de Identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: Iphan, 1998. p. 41-50.

CIÊNCIA & AMBIENTE. **A cultura do automóvel**. Santa Maria – RS: UFSM, n.37, jul/dez 2008. 174 p.

CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (org). **Dilemas do planejamento urbano e regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 253 p.

COIMBRA, Ricardo Resende. **Uma viagem pelos trilhos da Centro-Oeste: 120 anos de história ferroviária**: São Lourenço: Novo Mundo. 2009

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. Disponível em:< <http://www.cbtu.gov.br/estudos/pesquisa/preserfe/preserfe.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

CONSELHO Internacional de Arquivos (CIA). **ISAAR (CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar_cpf.pdf>. Acesso em 10 fev. 2013

CONSELHO Internacional de Arquivos (CIA). **ISAD(g)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Trad. Arquivo Nacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em 10 fev. 2013

CONSELHO Internacional de Arquivos (CIA). **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: < <http://www.arquivonacional.gov.br/media/ISDF%20ATUAL.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2013

CONSELHO Internacional de Arquivos (CIA). **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/isdiah.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2013.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo descritiva no século XXI**: um estudo sobre RDA. 2008. 68 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em:< http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf>. Acesso em 20 ago. 2013.

CONSELHO Internacional de Museus (ICOM). Disponível em:< <http://icom.museum/>>. Acesso em 17 fev. 2012

COSENZA, R.; GUERRA, L. **Neurociência e Educação**: Como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 744p.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Base de dados e bibliotecas brasileiras**. Brasília: ABDF, 1984. 224 p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília-DF: Brinquet de Lemos, 2008. 451 p.

CUNHA, Murilo Bastos da. ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã**. São Paulo: Global, 1994. 400 p.

DAVALLON, Jean. Palestra: **Imagem, memória, patrimônio**. Belo Horizonte. Escola de Ciência da Informação.UFMG. 2012.

DAVENPORT, Thomas. H. **Ecologia da informação**: porque a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura. 1998.

DAVENPORT, Thomas. H., PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as empresas gerenciam o seu capital intelectual; tradução Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. 3a ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED, 1999. 340 p.

FAUSTO, Ruy. **A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles)**. São Paulo: Lua Nova, 1989. n. 19, p.47-68

FERNEDA, Edberto. **Introdução aos modelos computacionais de recuperação da informação**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2012. 166p.

FERREIRA, Ialy Cintra; SILVA, Neuman Bárbara da; RAMOS, Renata Maria Silva. A conservação do acervo: o papel do usuário e o bibliotecário na política de conservação dos acervos em bibliotecas. IN: **XXXIII ENEBD, Paraíba**, 2010. Os desafios do profissional da informação frente às tecnologias e suportes informacionais do século XXI: lugares de memória para a biblioteconomia. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/163/106>>. Acessado em: 02 nov. 2010

FERREIRA, Victor José (Org.). **Trilhos & Letras: uma antologia do trem**. Florianópolis: Pandion, 2010. 232p.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática**. In: FÓRUM NORDESTINO DE MUSEU, 4., Recife. Trabalho apresentado. Recife: IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991. Disponível em: <http://www.nucleodespesquisadosexvotos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/ferrez_h_d._documentao_museologica._teoria_para_uma_boa_prtica.pdf>. Acesso em 12 dez. 2013.

FERREZ, Helena Dodd et al. **Uma experiência brasileira em automação de museus: o Museu Nacional de Belas Artes**. Porto Alegre, 2002. Texto apresentado no Encontro do CIDOC.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura. 1987. 2v. (Série Técnica).

FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. **O método de atmosfera anóxia: tratamento atóxico para a desinfestação de acervos bibliográficos**. Rio de Janeiro: MAST / MCT, 2009. 84 p.

FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. O método de atmosfera anóxia: tratamento atóxico para a desinfestação de acervos bibliográficos. In: 2º Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração, 2013, São João del Rei. **Anais...São João del Rei:PPGA-EBA-UFMG**, 2013. p. 209-220.

FOINA. Paulo Rogério. **Tecnologia de Informação: planejamento e gestão**. São Paulo: Atlas, 2001. 190 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 1997. 316 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FRANÇA, Conceição Linda de; BARBOSA, Kleumary de Melo. Uso da radiação gama com fonte de cobalto 60 na desinfestação de acervos documentais. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação: ARC**, v. 3, n. ed. esp., 2011. pag. 1-6.

FRÓES, Eduardo de Araújo; OLIVEIRA, Albano Souza; SCHÄFER, Stephan. Atmosfera anóxia: um método atóxico de desinfestação de pragas e de preservação do patrimônio documental.

In: SIMPÓSIO BAIANO DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2011, Salvador. **Anais...** Disponível em: <<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Froes.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

FRONER, Yacy-Ara. **Os domínios da memória**. São Paulo: USP, 2001 (tese de doutorado).

FRONER, Yacy Ara. Patrimônio histórico e modernidade: construção do conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros urbanos. In: **CONIFES – V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes**, 2001, Ouro Preto – MG. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms1502.htm>>. Acesso em 02 nov. 2010.

FRONER, Yacy-Ara. Memória e preservação: a construção epistemológica da ciência da conservação. In: **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, 2007. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=261&VI>. Acesso em 02 nov. 2010.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR, 2008. 24 p.

FUNARI, P. P. & PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

GASPAR, Maria da Anunciação Ferreira Coutinho. **Catálogo manual e informatizado: as ISBDs e o formato UNIMARC**. Trabalho apresentado no Seminário Tecnologias da Informação Documental da Pós-Graduação em Ciências da Informação e Documentação da Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2003. Disponível em: <http://www.cerem.ufp.pt/~nribeiro/aulas/tid/TID_maria_coutinho.pdf>. Acesso em 12 dez. 2013.

GARSON, Sol. **Regiões metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. 247 p.

GERARDI, L. H. O.; SILVA, B.-C. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GOLDENBERG, M. A Arte de **Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Como fazer, 2).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos (orgs.) Mário CHAGAS e Regina ABREU, Rio de Janeiro, 2003. p. 175-189.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: URFJ; Iphan, 2002. 147 p.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Como fazer, 2).

GOULART, Silvana. CAMARGO. Célia Reis. **As instituições e seus centros de memória**. Trabalho apresentado no Encontro SESC MEMÓRIAS. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xJEiG2IgpwU&hd=1>>. Acesso em 05 out. 2013.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 325 p.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **As experiências de gestão metropolitana em Belo Horizonte**. Revista dos Transportes Públicos, São Paulo, n. 123, p. 51-64, 3º trimestre 2009.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **Emancipação de subprefeituras e de regionais**. Revista dos Transportes Públicos, São Paulo, n. 116, p.55-60, 4º trimestre 2007.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **Políticas plurimunicipais: interesse local e interesse metropolitano**. Revista dos Transportes Públicos, São Paulo, n. 111, p. 83-91, 3º trimestre 2006.

GUEGUEN, Gretchen; FONSECA, Vitor Manoel Marques da; PITTI, Daniel V; GRIMOÛARD, Claire Sibille-De. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **ACERVO**, Rio de Janeiro, v. 26, n.2, p. 110-116, jul./dez. 2013. Disponível em:<<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/658>>. Acesso em 20 jan. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994

HOLLÓS, Adriana Cox. **Preservação de acervos documentais no Brasil**. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 13-30, jul/dez 2010. Disponível em <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/8/6>>. Acesso em 13 Abr. 2012

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **I centenário das ferrovias brasileiras**. 1954. Disponível em:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBISRJ/centenarioferrovias1954.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

INTERNACIONAL Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias. Edimburg. Escócia. Disponível em <<http://www.ifla.org/>>. Acesso em 08 dez. 2013.

IGNARRA, José Cássio. Dodeskaden. In: FERREIRA, Victor José (Org.). **Trilhos & Letras: uma antologia do trem**. Florianópolis: Pandion, 2010. p. 117-123.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Brasília.DF. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/classificacao-decimal-universal-cdu/historico>>. Acesso em 24 jan. 2014

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **SICG**. Brasília/DF, 2014. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginalphan>>. Acesso em 24 fev. 2014.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **A prevenção do tráfico ilícito de bens culturais: manual da UNESCO para implantação da convenção de 1970**. Prefácio em português de Celia Corsino. Brasília: Iphan, 1999.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. 320p.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados**: Manual de Preenchimento – versão 30/06/00. Brasília: Iphan, 2000.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev.aum. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 2004. 408 p. Isabelle Cury (Org.).

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Relatório de Gestão do Iphan**: 2013. Brasília-df, 2013.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Tesouro para Bens Móveis e Integrados**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

INTERNATIONAL Council of Museums (ICOM). Disponível em: <<http://www.icom.org.br>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

INTERNATIONAL Council of Museums (ICOM). Código de ética. Código de ética do ICOM. 2004. Disponível em: <http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade Marconi. **Metodologia científica**. 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1993.

LARA, M.L; FUGINO, A; NORONHA, D.P (Org.). **Informação e Contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.; SIMAN, L. M. C. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, Artmed, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Tradução Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p. (Tradução de: La science de l'information).

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003, p. 419-539.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. **Organização e representação a informação e do conhecimento**: In: ALVARES, Lilian (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 21-48.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **Ferrovias, Sociedade e Cultura**: 1850-1930. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

LINO, Lucia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Política de preservação no âmbito do gerenciamento de coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. In: **Encontro Nacional de Acervos Raros**, 7, Rio de Janeiro, 2006 [Anais do...]. Disponível em:< <http://eprints.rclis.org/archive/00013315/>>. Acesso em 10 jun. 2011.

LOW, Setha M. **Social sustainability**: people, history, and values. In TEUTONICO, J.M.; MATERO, F. Managing Change: Sustainable Approaches to the Conservation of the Built Environment. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, p. 47-64. 2001

- LUCCAS, Lucy; SERIPIERE, Dione. **Conservar para não restaurar**: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.
- MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. 1 ed. Ver. Rio de Janeiro. Interciência; Niterói: Intertexto, 2006. 94 p.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? – a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, Nova Fronteira, 1997. 269 p.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 2a ed., São Paulo: Atlas, 1990.
- MARTINS, G. B.; [et al]. A tecnologia da informação no processo organizacional. **T& C Amazônia**, ano 1, nº 1, fev. de 2003. Disponível em: <http://www.fucapi.br/tec/imagens/revistas/ed_01_08.pdf>. Acesso em 01 Out. 2012.
- MARTINS, Marcelo Quintanilha. Maços, laços e softwares: o arquivo público do estado de São Paulo e suas reconfigurações. **ACERVO**, Rio de Janeiro, v. 26, n.2, p. 232, 242 jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/624/511>>. Acesso em 20 jan. 2014.
- MATERO, Frank. Ethics and policy in Conservation. In: **The Getty Conservation Institute Institute Newslettrt**, v.15, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/15_1/>. Acesso em 13 mar. 2012
- MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MEMÓRIA do Trem. Disponível em: <<http://www.trembrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- MENEU, Michel; GUINCHAT, Claire. **Introdução à Ciência e Técnicas da informação e documentação**. 2.ed. rev. aum. *Brasília*: Ibict. 1994. 540 p.
- MENEZES, Ulpiano Toledo B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes (Org). **Arquivos, patrimônio e memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999. p.11-29.
- MENEZES, Ulpiano Toledo B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol. 2, tomo1. Brasília:IPHAN, 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4181>>. Acesso em: 10 set. 2013
- MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: ABDF, 1987.
- MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123 p
- MEY, Eliane Serrão Alves. **Não brigue com a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Christofolletti Naira. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002. 116 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível: <<http://www.prmg.mpf.gov.br/instituicao>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 504 p.

MONPETIT, R. “**Les Musées, générateurs d’un patrimoine pour aujourd’hui: quelques réflexions sur les musées dans nos sociétés postmodernes**”. In Patrimoines

MORENO, Júlio. **O futuro das cidades**. São Paulo: SENAC, 2002. 146 p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORRA, Sergio et al. **Cognitive Development: Neo-piagetian perspectives**. New York: LEA, 2008.

MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. (ORG). **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MUSEU de Astronomia e Ciências Afins; MUSEU Villa-Lobos. Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2006. 122 p. Disponível em:<http://www.mast.br/pdf/politica_de_seguranca_para_arquivos_biblioteca_e_museus.pdf>. Acesso em 18 mai 2012

NASCIMENTO, M. S. O. **Proteção ao Conhecimento: uma proposta de fundamentação teórica**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2008.

NAVES. Madalena Martins Lopes. **A importância de Ranganathan para a organização do conhecimento**. In: Naves. Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (Orgs). Organização da informação: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. p. 36-45

NAVES. Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (Orgs). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 142 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, S.Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, S.Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2012.

OGDEN, S. **Armazenagem e manuseio**. 2ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001

OLIVEIRA, R. H. **Uma breve história do conhecimento e de sua proteção: aspectos da inteligência e da propriedade intelectual**. Belo Horizonte: Fundac-BH, 2009.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação: introdução aos trabalhos do**

PAULA, Dilma Andrade de. **Fim de Linha: Extinção dos Ramais da E.F Leopoldina 1955-1964**. Niterói: Doutorado em História, UFF, 2000. 347p.

PAULA, Dilma Andrade de. O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras. In: **Muitas memórias: outras historias**. Olhos d’água. 2004, p. 41 a 67.

PAULA, Dilma Andrade. **154 Anos de Ferrovias no Brasil: Para onde caminha esse trem?** História Revista, Goiânia, v.13, n.1, p. 45-69, jan./jun. 2008.

- PAZ, Octávio. **Sóror Juana Inés de La Cruz: as armadilhas da fé**. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Ed.Mandarim, 1998
- PELEGRINA, Gabriel Ruiz. **Memórias de um ferroviário**. Bauru: EDUSC, 2000
- PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 185 p.
- PINHEIRO, Ana Virginia. **A ordem dos livros na biblioteca: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007. 66 p.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA** Einaudi. Memória-História.
- PORTUGAL. **Lei nº 107, de 8 de setembro de 2001**. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural. Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf>. Acesso em 13 set. 2013
- PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 115, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf>. Acesso em 12 set. 2013
- POULOT, D. **Uma História do patrimônio no ocidente**; Trad. Guilherme João TEIXEIRA, São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- POULOT, Dominique. **Cultura, História, valores patrimoniais e museus**. Varia história. Belo Horizonte, vol.27, n.46, p. 471-480, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752011000200004>>. Acesso em 11 abr. 2011
- RABELLO, Andréa Fernandes C. Campagnac. **Os caminhos de ferro da província do Rio de Janeiro: ferrovias e café na 2ª metade do século XIX**. Niterói, 1996. Dissertação (mestrado em história) – Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- RANGANATHAN. Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Tradução: Tarcísio Zandonade. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336p.
- REDE FERROVIARIA FEDERAL SOCIEDADE ANONIMA (RFFSA). Inventariança. Disponível em <<http://www.rffsa.gov.br/principal/historico.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.
- REGATO, Hélio. A alma do trem. In: **Trilhos e letras: uma antologia do trem**. Florianópolis: Pandion, 2010, p. 15-17.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007, 535p.
- RICOUER, Paul. Pierre Nora: insólitos lugares de memória. In: RICOUER, Paul. **La memória, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica. 2000. p. 518-529.
- RODRIGUES, G. **Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história**. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p. 257-286, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/478>>. Acesso em: 13 Abr. 2012.
- ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1994.

RUEDA, Valéria Matias da Silva, et. al. **Memória institucional: uma revisão de literatura**. CRB-8 Digital, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, 2011.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. (Artes & Ofícios; 7)

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e as origens comuns no Brasil dos cursos de formação de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **ACERVO**. Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 31-58, jul/dez 2013. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/623>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SALOMON, D. C. **Como Fazer uma Monografia**. 11a edição, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SANTIAGO, R. P. **Memória e Patrimônio cultural em ambientes virtuais**. Dissertação de Mestrado. Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2007.

SANTOS, A. C. F. D. **A Proteção de conhecimentos Sensíveis como Atividade de Estado: o Programa nacional de Proteção de Conhecimentos Sensíveis (PNPC) In Museus, Museologia e Sociedade**. Fórum Franco Brasileiro de Museus. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2009.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003. 210 p.

SANTOS, Vilma Moreira et al. **A Coleção Linhares em meio digital**. Varia História. Belo Horizonte, v. 27, nº 46. p. 735-750, jul/dez/2011

SARACEVIC, Tefko. **Ciência da informação: origem, evolução e relações**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 386 p.

SERRA, Afonso Celso da Cunha (Trad.). **Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SERRA, G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, EDUSP, 2006.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Região metropolitana e seu regime constitucional**. São Paulo: Verbatim, 2009. 248 p.

SISTEMA Nacional de Cultura (SNPC). Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/iniciativas>>. Acesso em: 11 jun. 2007

SILVA, A. de F.; RIBEIRO, E. S. **Relatório técnico final de atividades de campo do INBMI/Olinda**. Recife, [s.n.], 2010.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2008.

SILVA, Moacir M. F. Geografia das estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954). In: **I Centenário das Ferrovias Brasileiras**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Geografia. Diversos autores. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1954.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Centro de Memória,

1998. (Comunicação Técnica 2). Disponível em: <<http://www.cpba.net>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

SILVA, Zélia Lopes (Org). **Arquivos, patrimônio e memória**: Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. 154 p.

SILVA, Zélia Lopes. O centro de documentação e apoio à pesquisa, um centro de “Memória” local? In: SILVA, Zélia Lopes (Org). **Arquivos, patrimônio e memória**: Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. p. 85-95.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca, memória e identidade social**. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362010000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 abr. 2012.

SMIT, Johanna. **O que é documentação?** São Paulo: Brasiliense, 1987. 83 p. il.

SOUTO, Leonardo Fernandes. **Informação seletiva, mediação e tecnologia**: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 142 p.

SOUZA, Alexandre Jairo Campos de. **A formação da vila ferroviária da estrada de ferro Goiás na cidade de Araguari – MG**: trabalho e cotidiano cercado pelos muros da ferrovia, 2009. 94 f. Trabalho final de Graduação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SOUZA, Alexandre Jairo Campos de; NAVES, Maria Consuelo Ferreira Montes. **Araguari-MG**: Três décadas de preservação dos remanescentes culturais da Estrada de Ferro Goiás. Revista UFG, Goiás, v. 20, n. 11, 62-68, Dez/2011.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-ara (Orgs). **Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR-EBA-UFMG, 2008 (Tópicos em Conservação Preventiva 1). Disponível em: <<http://www.lacicor.org/demu/pdf/caderno1.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2012.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **Introdução à conservação de acervos bibliográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1995.

STAREC, Claudio; GOMES, Elisabeth; BEZERRA, Jorge (Org.). **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

STUDART, D. C. **Debates sobre a Conferência Museus e Patrimônio Universal**. In V encontro do ICOM-Brasil, 22-25 maio, Recife, 2007.

TAKEUCHI, H., NONAKA, T. **Gestão do conhecimento**; tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TARAPANOFF, Kira (Org). **Inteligência Organizacional e Competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

TARGINO, Itapuan Bôtto. Fragmentos de memória. In: **Trilhos e letras**: uma antologia do trem. Florianópolis: Pandion, 2010. P. 108-111.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil – séc. XX**. Rio de Janeiro: Clavero Editoração, 1993

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 52 p. (Projeto Como Fazer; 9).

THROSBY, David. **Sustainability in the conservation of the built environment**: economist's perspective. In TEUTONICO, J.M.; MATERO, F. *Managing Change: Sustainable Approaches to the Conservation of the Built Environment*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2001, p. 3-10.

Tribunal de Contas da União. **Noções sobre licitações**: conceitos. 2014. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

TZU, S. **A arte da guerra**. Trad. Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2008.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 220 p.

VIEIRA, Flávio. Os caminhos ferroviários brasileiros. In: **I Centenário das Ferrovias Brasileiras**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Conselho Nacional de Geografia. Diversos autores. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1954.

VOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. (Artes & Ofícios; 1).

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no museu paulista. 2009. 123 f. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em:< http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_me_mar.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013